



"ELA VAI NO
MEU BARCO"

CASAMENTO

NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

NO BRASIL

RESULTADOS DE
PESQUISA DE
MÉTODO MISTO

ALICE TAYLOR
GIOVANNA LAURO
MARCIO SEGUNDO
MARGARET GREENE

"ELA VAI NO
MEU BARCO"

CASAMENTO

NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

NO BRASIL

RESULTADOS DE
PESQUISA DE
MÉTODO MISTO

ALICE TAYLOR
GIOVANNA LAURO
MARCIO SEGUNDO
MARGARET GREENE





PARCEIROS:



FORD
FOUNDATION

FINANCIAMENTO:

INSTITUTO PROMUNDO (BRASIL)

Rua da Lapa, 161
Lapa/Centro – Rio de Janeiro
Brasil – Cep: 20241-110
www.promundo.org.br
contato@promundo.org.br

DIRETORA EXECUTIVA
Tatiana Moura

PROMUNDO-US (ESTADOS UNIDOS)

1367 Connecticut Avenue NW, Suite 310
Washington, DC 20036
Estados Unidos
www.promundoglobal.org
contact@promundoglobal.org

DIRETOR INTERNACIONAL
Gary Barker

EQUIPE DE PESQUISA

COORDENAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA, ANÁLISE E REDAÇÃO

Alice Taylor
Giovanna Lauro

COORDENAÇÃO DA PESQUISA QUANTITATIVA E ANÁLISE

Márcio Segundo
João Afonso

EDITORA SÊNIOR E CONSULTORA

Margaret E. Greene

PARCEIROS DA PESQUISA DE CAMPO

Lúcia Chaves Lima
COORDENADORA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Helliza Rodrigues, Luca Sinesi
COORDENADORES – PLAN INTERNACIONAL BRASIL
(NO MARANHÃO)

FINANCIAMENTO

Ford Foundation

TRADUÇÃO

Paulo Scarpa

PROJETO GRÁFICO

Mórula Oficina de Ideias

CITAÇÃO SUGERIDA

TAYLOR, A.Y., LAURO, G., SEGUNDO, M., Greene, M.E.
“Ela vai no meu barco.” *Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto*. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. Setembro 2015.

ESTE DOCUMENTO PODERÁ SER REPRODUZIDO NO TOTAL OU EM PARTE SEM A AUTORIZAÇÃO DO PROMUNDO, DESDE QUE HAJA CITAÇÃO COMPLETA DA FONTE E A REPRODUÇÃO NÃO TENHA FINS COMERCIAIS.

“ELA VAI NO MEU BARCO”

O TÍTULO VEM DE UMA FALA DE UM HOMEM CASADO EM BELÉM, REFERINDO-SE À EXPECTATIVA DE QUE MENINAS CASADAS SIGAM AS PREFERÊNCIAS DOS SEUS MARIDOS E AS NORMAS DENTRO DO CASAMENTO POR ELES ESTABELECIDAS. SIMBOLIZA TAMBÉM A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DO RIO EM BELÉM.

Fundado no Rio de Janeiro, Brasil, em 1997, a missão do Promundo é promover masculinidades e relações de gênero não-violentas e igualitárias ao redor do mundo. As organizações independentemente registradas do Promundo no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Ruanda colaboram para atingir esse objetivo através da realização de pesquisas aplicadas para construir uma base de conhecimento sobre masculinidades e igualdade de gênero; desenvolvendo, avaliando e ampliando intervenções transformadoras das relações de gênero; e defendendo, em nível nacional e internacional, a igualdade de gênero. Mundialmente, o Promundo possui mais de 45 colaboradores e 25 consultores com experiência em pesquisa aplicada, tratamento e desenvolvimento de programas envolvendo o engajamento de homens em questões de igualdade de gênero e prevenção de violência.

De 2013 a 2015, o Instituto Promundo (Brasil) e o Promundo-US (Estados Unidos) realizaram uma pesquisa exploratória, a fim de investigar atitudes e práticas envolvendo casamento na infância e adolescência em duas cidades brasileiras, com o apoio da Fundação Ford. Os dados foram coletados em parceria com pesquisadores locais, vinculados à Universidade Federal do Pará, em Belém, e à Plan Internacional Brasil, um afiliado da Plan Internacional em São Luís, no Maranhão.

AGRADECIMENTOS

Obrigado a Gary Barker, Vanessa Fonseca, Tatiana Moura, Margaret Hempel, e Tanya Khokhar por seu apoio essencial para tornar essa pesquisa possível. A pesquisa também não seria possível sem as duas equipes de trabalho de campo. Da equipe de Belém, vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA), agradecemos Maria Lúcia Chaves Lima (coordenadora), Larissa Gonçalves Medeiros, Eric Campos Alvarenga, Bruna Cruz, Karen Priscila dos Anjos e Arthur Elias Santos. Na Plan Internacional Brasil, em São Luís, agradecemos a Helliza Rodrigues (coordenadora), Luca Sinesi, Patrícia Sampaio, João Júnior, Afonso Aguiar, Avelino Júnior, Elaine Azevedo e Mara Souza. Agradecemos também a João Afonso, e pelas contribuições e apoio durante o projeto, a João Dutra, Nina Ford, Amanda Guimarães, Danielle Lopes, Benedito Medrado, Alexa Hassink, Marina Motta, Rosemeri Orth, Barbara Pires, Tassia Pacheco, Arati Rao, Letícia Serafim, e Mohara Valle.

SUMIÁRIO EXECUTIVO

A PROBLEMÁTICA | Um casamento, sendo formal ou informal, envolvendo uma menina ou um menino com idade inferior a 18 anos é internacionalmente conhecido como *casamento infantil*.¹ Embora tanto meninos quanto meninas vivenciem casamentos infantis, meninas são significativamente mais afetadas por esta prática. As evidências mostram que casamentos na infância e adolescência na América Latina são, em sua maioria, informais e consensuais, envolvendo homens adultos e meninas na fase da infância e adolescência. O fato das meninas terem agência, ou seja, níveis de escolha própria que influenciam a decisão a casar, em alguns casamentos – ainda que dentro de contextos de diferenças de poder e limitações socioeconômicas, bem como outras restrições no que se refere às opções disponíveis para as meninas – desafiam os pressupostos em torno do casamento infantil em outras partes do mundo. As práticas de casamento na infância e adolescência na América Latina contrastam com as dinâmicas mais ritualizadas e formais de outros ambientes nos quais existem altos níveis de prevalência, tais como no Sul da Ásia e na África Subsaariana. Trabalhar o tema de casamentos nestas faixas etárias é essencial para a realização dos direitos das crianças e adolescentes e para alcançar uma gama de objetivos relacionados ao desenvolvimento.

OS NÚMEROS | No conjunto de evidências sobre casamento na infância e adolescência na América Central e América Latina, o Brasil se destaca pelo alto contraste entre o ranking elevado do país em números absolutos e a falta de pesquisas sobre o assunto. De acordo com uma estimativa, o Brasil ocupa o quarto lugar no mundo em números absolutos de mulheres casadas até a idade de 15 anos, com 877 mil mulheres com idades entre 20 e 24 anos que se casaram até os 15 anos (11%). O Brasil é também o quarto país em números absolutos de meninas casadas com idade inferior a 18: cerca de 3 milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos casaram antes de 18 anos (36% do total de mulheres casadas nessa mesma faixa etária).² Em outros países da



1. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), assinada e ratificada pelo Brasil em 1990. Atualmente é o marco mais utilizado e de maior consenso entre profissionais e pesquisadores no nível global, e, portanto utilizado ao longo desta pesquisa. A palavra ‘adolescência’ é acrescentada nesta pesquisa dado que muitos casamentos no Brasil e na região da América Latina envolvem meninas não apenas na fase da infância como também na adolescência. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro que surge pouco depois do CDC, distingue entre as faixas etárias da infância (menores de 12 anos) e adolescência (12 a 18 anos). Conceitos, legislação e dados estão discutidos em maior detalhe no relatório completo.
2. Porcentagens na faixa etária 20 a 24 da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNAD) de 2006: pag. 161, Tabela 2: “Idade na primeira união,” disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_PNDS2006_04julho2008.pdf (Essas porcentagens são as mesmas usadas em UNICEF, 2014. *The State of the World's Children 2014 In Numbers: Every Child Counts*). Fonte de números absolutos usados no ‘ranking’ Statistics and Monitoring Section, Division of Policy and Strategy, UNICEF (2013), feito em Vogelstein, 2013. O cálculo do ‘ranking’ foi baseado em uma população de mulheres entre 20 a 24 anos (2011). Devido à falta de dados disponíveis, o ‘ranking’ exclui a China, Bahrein, Irã, Israel, Kuwait, Líbia, Omã, Catar, Arábia Saudita, Tunísia e Emirados Árabes Unidos, entre outros países.

América Latina e Caribe, os níveis de prevalência são maiores apenas na República Dominicana e Nicarágua.³ De acordo com dados coletados no Censo de 2010, pouco mais de 88 mil meninas e meninos (idades entre 10 e 14 anos) estão em uniões consensuais, civis e/ou religiosas, no Brasil.⁴

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA | No Brasil, a idade legal para o casamento é de 18 anos para homens e mulheres; ambos podem se casar aos 16 anos com o consentimento de ambos os pais ou responsáveis legais. Uma exceção, no entanto, segundo o Código Civil permite que menores de idade possam se casar com menos de 16 anos, no caso de uma gravidez.

PARCERIA | De 2013 até 2015, o Promundo conduziu uma pesquisa exploratória em dois estados do Brasil com o apoio da Fundação Ford. Os dados foram coletados em parceria com equipes da Universidade Federal do Pará e da Plan Internacional Brasil, no Maranhão.

FOCO DA PESQUISA | O estudo – o primeiro do gênero no Brasil – analisa as atitudes e práticas em torno do casamento na infância e adolescência nos dois estados brasileiros com maior prevalência desta prática, de acordo com o censo de 2010: Pará, no Norte, e Maranhão, no Nordeste. O estudo analisa atitudes e práticas locais, bem como fatores de risco e de proteção em torno do casamento em comunidades de baixa renda das capitais destes dois estados. A pesquisa analisa tanto uniões formais quanto informais (ou seja, coabitação), já que estes últimos são as formas mais comuns de casamento na infância e adolescência praticadas no Brasil, mas que carregam implicações semelhantes para as meninas e para as comunidades em que vivem em comparação aos casamentos formais.

METODOLOGIA | Nas áreas urbanas de Belém e São Luís, os(as) pesquisadores(as) realizaram 60 entrevistas semiestruturadas em profundidade com os seguintes grupos: (1) *meninas* (idades entre 12 e 18 anos) em união com homens mais velhos (com idades de 24 anos ou mais); (2) *homens* (idades entre 24 e 60) em união com meninas (com idades abaixo de 18 anos); (3) *membros da família* de meninas casadas; e (4) *profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes*. Seis grupos focais (três por local) foram realizados com meninas, homens e representantes de redes de proteção. Além disso, 50 entrevistas também foram realizadas com informantes-chave em níveis estaduais, federais, regionais (América Latina) e internacionais. No intuito de entender atitudes mais amplas sobre ca-



3. UNICEF, 2014.

4. IBGE, *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>.

samento na infância e adolescência no âmbito das mesmas comunidades urbanas, um questionário domiciliar quantitativo foi realizado com 145 homens (idades 24 a 60) e 150 meninas (idades 12-18) – não necessariamente casados(as) – em São Luís.

AUSÊNCIA EM PESQUISAS E NA AGENDA POLÍTICA | Apesar de elevados números absolutos e prevalência do casamento na infância e adolescência no Brasil, o problema não tem sido parte constitutiva das agendas de pesquisa e de formulação de políticas nacionais de proteção dos direitos das meninas e das mulheres, ou na promoção de igualdade de gênero. O Brasil – assim como no restante da América Latina – também esteve ausente de discussões globais e de ações em torno desta prática, que em grande parte se concentra em áreas “hotspot”, tais como na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Embora exista um conjunto relevante de pesquisas e debates sobre políticas públicas em torno de assuntos relacionados ao casamento na infância e adolescência no Brasil – tais como gravidez na adolescência, evasão e abandono escolar, exploração sexual na infância e adolescência, trabalho infantil e violência contra mulheres e crianças – nenhum estudo aborda esta prática diretamente ou suas causas e as consequências para as vidas de milhões de meninas e jovens mulheres. À luz da ausência da questão do casamento na infância e adolescência nos debates sobre políticas públicas nacionais, este estudo serve como base para o desenvolvimento de intervenções específicas, novas pesquisas, conscientização e divulgação sobre as implicações para as políticas públicas no Brasil. Este trabalho também contribui para o diálogo sobre políticas públicas em outros países e contextos em que tais práticas também são informais e/ou consensuais, e, portanto, menos propensa a ser abordada por políticas públicas ou pesquisas.

RESULTADOS - DESTAQUES | Os dados coletados confirmam a natureza majoritariamente informal e consensual das uniões envolvendo meninas menores de 18 anos nos contextos que são foco desta pesquisa. Nossa análise destaca as maneiras pelas quais um casamento na infância ou adolescência pode criar ou exacerbar fatores de risco (por ex., relacionados a saúde, educação e segurança), muitas vezes sendo percebido pelas próprias meninas ou familiares como configurações estáveis de proteção, frente a contextos de insegurança econômica e oportunidades limitadas. A idade média de casamento e do nascimento do primeiro filho(a) de meninas entrevistadas é de 15 anos, sendo *os homens, em média, nove anos mais velhos*.

De acordo com os resultados, os principais fatores que levam ao casamento são: (1) o desejo, muitas vezes, de um membro da família, em função de uma gravidez indesejada e para proteger a reputação da menina ou da família e para segurar a responsabilidade do homem de “assumir” ou cuidar da menina e do(a) bebê potencial; (2) o desejo de controlar a sexualidade das meninas e limitar comportamentos percebidos como ‘de risco’ associados à vida de solteira, tais como relações sexuais sem parceiros fixos e exposição à rua; (3) o desejo das meninas e/ou membros da família de ter segurança financeira; (4) uma expressão da agência das meninas e um desejo de saírem da casa de seus pais, pautado em uma expectativa de liberdade, ainda que dentro de um contexto limitado de oportunidades educacionais e laborais, além de experiências de abuso ou controle sobre a mobilidade das

meninas em suas famílias de origem; (5) o desejo dos futuros maridos de se casarem com meninas mais jovens (consideradas mais atraentes e de mais fácil controle do que as mulheres adultas) e o seu poder decisório desproporcional em decisões maritais.

As principais consequências do casamento na infância e adolescência identificadas incluem: (1) gravidez (por vezes é a própria causa do casamento) e subsequentes problemas de saúde maternal, neonatal e infantil que ocasionam um aumento de risco no corpo de uma criança ou adolescente; (2) atrasos e desafios educacionais; (3) limitações à mobilidade e às redes sociais das meninas (principalmente porque as expectativas de independência são frustradas por maiores restrições à mobilidade do que antes do casamento); (4) exposição à violência do parceiro íntimo, incluindo uma gama de comportamentos controladores e não equitativos por parte dos maridos mais velhos. O estudo também constatou oferta inadequada e muitas vezes discriminatória de serviços e de proteção dos direitos de meninas casadas.

No geral, namoro e relacionamentos pré-maritais saudáveis (que favorecem os direitos sexuais e reprodutivos) estão ausentes das trajetórias de vida das meninas, com o casamento sendo concebido como a via principal e mais socialmente aceita como a transição para a vida adulta – uma alternativa considerada ‘menos pior’ à uma educação que é percebida como pouco atrativa ou fora do alcance do projeto de vida. As meninas que abandonam os casamentos tendem a enfrentar piores perspectivas de emprego e de educação, quando comparadas com meninas não casadas da mesma idade. Além disso, frequentemente são as únicas cuidadoras dos/das filhos(as). Em geral, a principal expectativa dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, é de que o principal papel dos maridos deve ser o de provedor, mesmo que eles também enfrentem poucas oportunidades. Os meninos adolescentes da mesma idade que as meninas casadas são unanimemente desprezados enquanto parceiros viáveis devido à uma percepção de que são incapazes enquanto provedores e que ‘falta a eles responsabilidade’. Normas de gênero desiguais são reforçadas pela religião, mídia e pelas comunidades nas quais as meninas vivem.

RECOMENDAÇÕES | Os resultados oferecem elementos para aprimorar a nossa compreensão das atitudes e práticas relacionadas ao casamento na infância e adolescência no Brasil e em outros contextos onde a prática também é principalmente informal ao invés de uma prática tradicional ou ritualizada, e envolvendo níveis de agência e escolha por parte das meninas. O relatório completo “Casamento na Infância e Adolescência no Brasil” irá discutir as implicações para pesquisas futuras, políticas públicas e programas de intervenção no Brasil, enfocando as maneiras pelas quais legislação e políticas adequadas – combinadas com iniciativas destinadas a transformar as normas sociais e propor alternativas viáveis ao casamento, tais como escolarização – podem promover o direito de meninas de livremente e plenamente decidirem se, quando, e com quem casar. Como uma estratégia importante, o relatório irá também discutir abordagens para trabalhar com homens e meninos as normas de gênero subjacentes à prática do casamento na infância e adolescência. Estas recomendações partem de pesquisas que demonstram que meninas adolescentes que conviveram com pais envolvidos de forma ativa e positiva na paternidade e no cuidado sofrem menos violência sexual ou menos atividade sexual precoce indesejada, apresentam melhor autoestima e melhor autoimagem além de uma maior propensão a escolherem parceiros com comportamentos e atitudes mais equitativos em termos de gênero.

CONTEÚDO

AGRADECIMENTOS	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1 INTRODUÇÃO	14
Por que pesquisar casamento na infância e adolescência no Brasil?	15
Definindo casamento na infância e adolescência	19
Casamento na infância e adolescência no Brasil	22
2 METODOLOGIA	30
Coleta de dados	31
Descrição dos locais de pesquisa	36
Perfil dos participantes da pesquisa	39
3 RESULTADOS DA PESQUISA	46
A natureza dos casamentos no Brasil	47
Por que casar? Motivações que levam à união	54
• MOTIVAÇÕES PRIMÁRIAS PARA CASAR	56
• PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS COMPLEMENTARES EM CASAMENTOS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA	68
• PERSPECTIVAS DA REDE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MOTIVAÇÕES MARITAIS	71
Impactos e mudanças durante e depois do casamento	72
• QUEM FAZ O QUÊ EM CASA? DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE MENINOS E MENINAS NO BRASIL	73
• CASAMENTO E ASPIRAÇÕES: EXPECTATIVAS E EXPERIÊNCIAS	74
• NORMAS DE GÊNERO DESIGUAIS DENTRO DO CASAMENTO	77
• MOBILIDADE E REDES SOCIAIS	84
• VIOLÊNCIA CONTRA A PARCEIRA ÍNTIMA (VPI) E ABUSO DE MENINAS CASADAS	87
• EDUCAÇÃO	88
• SAÚDE	102
• O PAI E O CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	106
• SEPARAÇÃO E VIDA APÓS O CASAMENTO	110
• “É SÓ NO PAPEL:” OS DESAFIOS COM A LEGISLAÇÃO E SERVIÇOS	112
• RESISTINDO, OU “DESVIANDO” DO CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	115
4 IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO E PESQUISAS	116
Fortalecimento da legislação e de serviços de proteção	117
Participação dos setores de educação e saúde	119
Transformar as normas sociais	121
Recomendações de pesquisa	124
5 CONCLUSÕES	126
REFERÊNCIAS	130
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

POR QUE PESQUISAR CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL?

O Brasil tem se mantido ausente das discussões e posicionamentos globais sobre o casamento infantil. Dados disponíveis sobre casamentos iniciados aos dez anos sugerem que essa prática — definida internacionalmente como o casamento envolvendo uma menina ou menino com idade inferior a 18 anos⁵ — é um problema no país. As evidências mostram que casamentos infantis na América Latina são, em sua maioria, informais e considerados consensuais, envolvendo diferentes níveis de agência por parte das meninas. Embora tanto meninos quanto meninas vivenciem casamentos infantis, meninas são desproporcionalmente mais afetadas por esta prática. Tais casamentos frequentemente envolvem meninas na infância ou adolescência — ainda no início da puberdade, elas se casam com homens muito mais velhos. A natureza da agência das meninas, em alguns casamentos e relações de coabitação desafiam os pressupostos existentes sobre o casamento infantil. Essa agência precisa ser compreendida fundamentalmente no contexto das diferenças de poder e das escolhas restritas disponíveis para as meninas. Na América Latina, os casamentos infantis tendem a diferir da natureza mais ritualizada e formal dessa prática em outros ambientes com altos níveis de prevalência.

No conjunto de dados sobre casamento na infância e adolescência na América Central e Latina, o Brasil se destaca devido ao contraste entre seu alto ranking em termos absolutos e a ausência de pesquisas sobre o tema. De acordo com uma estimativa, o Brasil é o quarto país no mundo, em números absolutos, de mulheres casadas ou coabitando aos 15 anos, com 877.000 mulheres com idade entre 20 e 24 anos relatando haver se casado aos 15 anos (11 por cento). Entre mulheres com idade



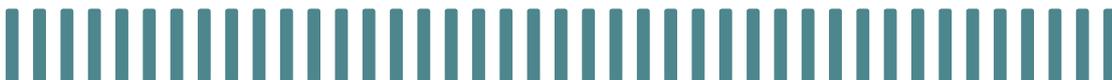
5. A equipe de pesquisa usa o termo “casamento infantil” baseado na definição de criança (abaixo de 18 anos) na Convenção Sobre os Direitos da Criança (CRC, pela sigla em inglês), um tratado internacional que o Brasil assinou e ratificou em 1990. É atualmente o termo mais aceito e frequentemente usado por profissionais e pesquisadores em todo o mundo, e por isso utilizado nessa pesquisa. A palavra “adolescente” também é usada, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado no Brasil pouco após a CRC ter sido assinada e ratificada. Esse estatuto distingue as faixas etárias criança (abaixo de 12 anos) e adolescente (12 a 18). Pela definição desse estatuto, muitos casamentos no Brasil e na América Latina envolvem meninas adolescentes, assim como crianças. Conceitos, legislação e dados referentes a casamento infantil são discutidos nessa introdução.

entre 20 e 24 anos, estima-se que 36 por cento (aproximadamente três milhões de mulheres) delas se casaram aos 18 anos.⁶ Em outros países da América Latina e da região do Caribe, a incidência é maior apenas na República Dominicana e Nicarágua (UNICEF, 2014). De acordo com dados do Censo de 2010 (IBGE 2010), pouco mais de 88.000 meninas e meninos (com idades entre 10 e 14 anos) estão em uniões consensuais, civis e/ou religiosas no Brasil.

AUSÊNCIA EM PESQUISAS E NA AGENDA POLÍTICA | Apesar dos elevados prevalência e números absolutos do casamento na infância e adolescência no Brasil, o problema não tem sido parte constitutiva das agendas de pesquisa e de formulação de políticas nacionais de proteção dos direitos das meninas e das mulheres, ou na promoção de igualdade de gênero.

O Brasil, assim como no restante da América Latina, também esteve ausente de discussões globais e de ações em torno desta prática, que em grande parte se concentra em áreas “hotspot”, tais como na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Embora exista um conjunto relevante de pesquisas e debates sobre políticas públicas em torno de assuntos relacionados ao casamento na infância e adolescência no Brasil – tais como gravidez na adolescência, abandono escolar, exploração sexual infantil, trabalho infantil e violência contra mulheres e crianças – nenhum estudo aborda esta prática diretamente, ou suas causas e as consequências para as vidas de milhões de meninas e jovens mulheres.

FOCO DA PESQUISA | A presente pesquisa exploratória sobre casamento na infância e adolescência em dois contextos brasileiros representa um passo inicial na abordagem do problema. O estudo, o primeiro do gênero no Brasil, explora as atitudes e práticas em torno do casamento na infância e adolescência nos dois Estados brasileiros com maior prevalência desta prática, de acordo com o censo de 2010: Pará, no Norte, e Maranhão, no Nordeste. Após analisar os conceitos chave e marcos legais relativos ao casamento na infância e adolescência nos níveis internacional, regional e nacional nessa introdução, a pesquisa utiliza dados empíricos para analisar as atitudes e práticas locais, bem como fatores de risco e de proteção em torno do casamento em comunidades de baixa renda das capitais destes dois estados (Belém, no Pará, e São Luís, no Maranhão). A pesquisa analisa tanto uniões formais quanto informais, já que estas últimas são as formas mais comuns de casamento na infância e adolescência praticadas no Brasil.



6. *Porcentagens na faixa etária de 20 a 24 anos do PNDS, 2006, página 161, Tabela 2: “Idade na primeira união”, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_PNDS2006_04julho2008.pdf (essas porcentagens se assemelham aos da mesma fonte em UNICEF, 2014). Fonte dos números absolutos: Seção de Estatística e Monitoramento, Divisão de Políticas e Práticas, UNICEF (2013), classificados em Vogelstein, 2013. Classificação baseada na população feminina de 20 a 24 anos (2011); exclui China, Bahrain, Irã, Israel, Kuwait, Líbia, Oman, Qatar, Arábia Saudita, Tunísia e os Emirados Árabes Unidos, entre outros países, devido à falta de dados disponíveis.*

Entre 2013 e 2015, o Promundo conduziu uma pesquisa exploratória em dois Estados do Brasil com o apoio da Fundação Ford. Os dados foram coletados em parceria com equipes da Universidade Federal do Pará e da Plan Internacional Brasil, no Maranhão. Os pesquisadores aplicaram 60 entrevistas semiestruturadas em profundidade aos seguintes grupos: (1) *meninas* (com idades entre 12 e 18 anos) em união com homens mais velhos (com idades de 24 anos ou mais); (2) *homens* (com idades entre 24 e 60) em união com meninas (com idades abaixo de 18 anos); (3) *membros da família* de meninas casadas; e (4) *profissionais da rede de proteção a crianças e adolescentes*. Foram realizadas discussões de grupo focal (DGFs) com meninas, homens, e representantes da rede de proteção. Além disso, 50 entrevistas também foram realizadas com informantes-chave em nível estadual, federal, regional e internacional. Com o intuito de compreender as atitudes e práticas mais amplas sobre casamento na infância e adolescência no âmbito das mesmas comunidades urbanas, um questionário domiciliar quantitativo foi aplicado com 145 homens (com idades entre 24 e 60) e 150 meninas (com idades entre 12 e 18) – não necessariamente casados(as) – em São Luís.

CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA | À luz da relativa ausência da questão do casamento infantil nos debates sobre políticas públicas nacionais, este estudo serve como base para o desenvolvimento de intervenções específicas, novas pesquisas, conscientização e divulgação sobre as implicações para as políticas públicas no Brasil. Estas incluem intervenções transformadoras das relações de gênero, assim como potenciais campanhas com e voltadas para as comunidades. O estudo objetiva contribuir para a construção de conhecimento em torno da prática, enquanto explica os modos pelos quais ela se relaciona a outras formas de exploração sexual e violação dos direitos das meninas no país.

Este trabalho também pretende contribuir para o diálogo sobre políticas públicas em outros ambientes nos quais essa prática é informal e considerada consensual e, portanto, menos propensa a ser abordada por políticas públicas ou pesquisas. Os resultados demonstram os riscos que estar em um casamento na infância ou adolescência pode criar ou exacerbar. No contexto desses riscos, a pesquisa explora como o casamento é percebido como uma forma de proteção ou de melhor alternativa para as meninas. A pesquisa também visa contribuir para as análises dos atuais e potenciais papéis dos homens em mitigar os casamentos na infância e adolescência, papéis que têm se mantido largamente sub-aproveitados nos esforços para combater mundialmente o casamento infantil.

Esse estudo também permite aos pesquisadores e formuladores de políticas públicas a situarem as implicações do casamento infantil, no Brasil, no contexto da pesquisa mundial sobre as consequências da prática na vida das meninas, seus maridos, filhos e comunidade. De acordo com um relatório de 2013 da UNICEF sobre casamento infantil, das 1.1 bilhões de meninas no mundo, 22 milhões já estão casadas. Se as tendências atuais continuarem, o número de meninas menores de 18 anos casadas a cada ano crescerá de 15 milhões hoje para mais de 18 milhões em 2050 (UNICEF, 2013). A prática está associada a morbidades e mortalidades materna e infantil (Nove et al., 2014; Raj & Boehmer, 2013; Raj, 2010), e frequentemente ocorre em áreas com menor

acesso à educação e oportunidades de emprego para mulheres e meninas, e com altas taxas de violência de gênero (Jain & Kurtz, 2007; UNICEF, 2007; Raj et al., 2010).

RESUMO DO RELATÓRIO | O relatório começa com descrições da metodologia qualitativa e quantitativa, do campo e dos perfis dos participantes da pesquisa, no capítulo intitulado “Metodologia”. A seguir, o capítulo “Resultados da Pesquisa” apresenta os resultados de acordo com os temas. Primeiramente, os tipos de casamentos e uniões, fases da vida (i.e., adolescência, vida adulta), e as percepções sobre decisões e comportamentos nesses estágios são discutidos. A primeira seção principal inclui as motivações, estímulos e fatores iniciais que levam ao casamento, incluindo as cinco principais motivações que levam ao casamento, além da influência da religião, da mídia, e do contexto de insegurança urbana.

A seção seguinte trata dos resultados da pesquisa qualitativa com homens e meninas casados. Essa seção analisa as mudanças nas aspirações e expectativas uma vez que estão casados, a desigualdade de papéis de gênero no casamento, e as restrições à mobilidade das meninas casadas. Também discute as consequências relacionadas à violência do parceiro, à educação e à saúde. Além disso, são identificados temas que surgem relacionados aos pais e casamento infantil, seguido de seções sobre separação e divórcio, legislação e assistência, e “desvios” ou resistência contra as normas que reforçam a prática do casamento infantil ou adolescente. O relatório conclui discutindo as implicações dos resultados para as políticas públicas, programas de intervenção e pesquisas.

DEFININDO CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Reconhecido internacionalmente como uma violação aos direitos humanos, o casamento infantil⁷ é definido pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) — que o Brasil assinou e ratificou em 1990 — como uma união envolvendo pelo menos um cônjuge abaixo dos 18 anos. O casamento infantil também viola o artigo 16(2) da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (“O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos”), assim como o artigo 16 da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), segundo o qual as mulheres devem possuir os mesmos direitos que os homens de “escolher livremente o cônjuge e de contrair matrimônio somente com livre e pleno consentimento,” e os “esponsais e o casamento de uma criança não terão efeito legal”.

As seguintes características ajudam a contextualizar o conceito de casamento infantil no Brasil, e mais amplamente na América Latina. Essas características, listadas abaixo, surgiram ao longo do trabalho de campo nos dois contextos brasileiros, e são sustentadas também pela revisão da literatura e pelas discussões com profissionais e pesquisadores.

- **Adolescência versus Infância:** Comparado a outros contextos em que o casamento infantil possui alta incidência, no Brasil (e no resto da América Latina) as meninas tendem a casar com menos frequência nos primeiros anos da infância, e mais frequentemente ao atingir a puberdade, ou seja, geralmente a partir dos 12 anos ou durante a adolescência.⁸



7. Internacionalmente, os termos “casamento precoce” e “casamento forçado” também são utilizados, como por exemplo pela *Sexual Rights Initiative (2013)*, que privilegia o uso desses termos, dado que “diferentes nações permitem a seus cidadãos atingir a maioria em diferentes idades, e alguns permitem que a maioria seja atingida através do casamento” (não é o caso do Brasil). Alguns especialistas argumentam que o “precoce” atenua o problema do casamento que ocorre em uma idade em que a legislação internacional reconhece a ausência de consentimento.
8. O “casamento infantil” é um termo menos reconhecido na América Latina. Vários termos semelhantes têm sido usado além de casamento/matrimônio infantil (em português e espanhol respectivamente), tais como uniones tempranas, matrimonios tempranos (em espanhol) e casamento precoce.

- **(In)formalidade do Casamento:** A natureza frequentemente informal do casamento contrasta com o caráter ritualizado que a prática possui em outras partes do mundo. A habitualidade das uniões informais representa uma grande dificuldade em mensurar essa prática.
- **Agência das meninas:** O casamento é frequentemente percebido como uma expressão da agência das meninas, ainda que dentro de um contexto limitado de oportunidades educacionais e laborais e de diferenças de poder que restringem a natureza do consentimento expresso pelas próprias meninas (Murphy-Graham & Leal, 2015). Meninos e meninas podem estar em um casamento na infância ou adolescência, mas na América Latina em geral são as meninas que se casam com homens adultos. A agência das meninas em tais casamentos está em questão.
- **Sexualidade e relacionamentos:** As decisões maritais são frequentemente influenciadas pelo desejo de controlar a sexualidade das meninas, especialmente no que diz respeito à iniciação sexual e à gravidez (Population Council, 2013; UNFPA, 2015), especialmente em contextos caracterizados por alta insegurança e limitadas oportunidades educacionais e laborais para meninas. O casamento é entendido então como um caminho “seguro” para as meninas (Bruce & Hallman, 2008). Nesse estudo, tais percepções são evidentes para os familiares das meninas e as comunidades em que elas vivem.

TERMOS USADOS NESSE RELATÓRIO

Dada a natureza da prática no Brasil e na América Latina, essa pesquisa aborda **casamentos civis ou religiosos (formais)** e **uniões consensuais (informais)**, tais como categorizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambos os tipos se caracterizam pela coabitação e são usados indistintamente ao longo do relatório. Uma vez que as uniões informais são comuns no Brasil e podem ser compreendidas como semelhantes aos casamentos na infância e adolescência formais, com causas e consequências similares, essa pesquisa busca examinar o continuum e a natureza das relações estáveis no Brasil. O uso indistinto dos termos é um reconhecimento desse continuum. Onde for relevante, optou-se por fazer a distinção entre uniões informais e casamentos formais.

A pesquisa também usa o termo **“casamento na infância e adolescência”**. “Casamento infantil” é atualmente o termo mais utilizado e de maior consenso entre profissionais e pesquisadores no nível global para definir a prática (ver Greene, 2014 para uma discussão mais ampla sobre “nomenclatura”). A pesquisa também reconhece a adolescência como uma faixa etária, tal como definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (12 a 18 anos).

Acabar com o casamento infantil é considerado crucial tanto para proteger os direitos básicos das meninas, quanto para melhorar uma série de objetivos de desenvolvimentos, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU. Há um crescente corpo de conhecimento relativo aos esforços de programas destinados a prevenir ou mitigar internacionalmente os efeitos nocivos do casamento infantil (Lee-Rife et al., 2012), e relativo às pesquisas necessárias para suprir as lacunas atuais, a fim de pôr fim à prática (Greene, 2014).

Embora pesquisadores e defensores na América Latina há muito tratem de questões relacionadas ao casamento na infância e adolescência, tais como gravidez na adolescência, pesquisas e discussões críticas especificamente sobre essa prática são muito recentes (ver Anexo 1, “Revisão de Publicações: América Latina”). Entre o pequeno número de estudos existentes, a maioria envolve informantes-chave e revisão bibliográfica, com poucos dados empíricos coletados de casais ou partes diretamente envolvidas no casamento. A maior parte dos estudos focam na América Central, onde alguns países com maior incidência estão localizados, mas esses estudos não são necessariamente representativos de tendências em toda a região.

Da perspectiva da defesa de políticas públicas, algumas tendências indicam um importante debate inicial sobre a prática:

- No final de 2013, foi feita uma chamada aos membros da sociedade civil, nos termos da Resolução A/HRC/RES24/23 do Conselho de Direitos Humanos (HRC), sobre casamento infantil, precoce e forçado, em função do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) para o HRC.⁹
- Em dezembro de 2014, o tema do casamento e união infantil, precoce e forçado foi incluído na resolução adotada no vigésimo primeiro Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente. A resolução foi apresentada pela delegação do Brasil e do Chile, e aprovada na Primeira Sessão dos Chefes de Delegação.
- Aproximadamente uma dúzia de representantes de instituições da América Latina foram convocados ao encontro global *Girls Not Brides*, em maio de 2015, para discutir maneiras de abordar o casamento infantil na região.



9. O Promundo enviou uma submissão baseada na pesquisa no Brasil apresentada nesse relatório (para a 26ª Sessão, em junho de 2013).

A cobertura de imprensa sobre o tema na América Latina permanece baixo, ainda que a cobertura da imprensa internacional sobre o casamento infantil tenha crescido nos últimos três anos.¹⁰

CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A despeito dos altos números absolutos e prevalência de casamentos infantis documentados no Brasil, há uma significativa falta de conhecimento sobre a prática e sua magnitude entre pesquisadores, formuladores de políticas públicas e profissionais que trabalham com direitos das crianças e adolescentes no país.

Essa pesquisa aponta uma notável discrepância entre o discurso das políticas públicas sobre o tema nos níveis federal e estaduais. Por um lado, formuladores de políticas públicas, pesquisadores, profissionais e ativistas dos direitos das mulheres e crianças que trabalham no nível federal tendem a dizer que o casamento infantil “não é um grande problema” no Brasil. Entrevistas realizadas em Brasília mostram uma percepção do casamento infantil como algo praticado sobretudo em áreas pobres, rurais e/ou indígenas (muitas vezes descrito como “tradição”, algo que acontece “lá” em certas partes do país ou “no norte/nordeste rural”). Essas entrevistas também mostram que outras questões, como gravidez adolescente, são priorizadas nas políticas públicas voltadas para os direitos e o bem-estar das meninas. Por outro lado, informantes-chave entrevistados nos campos de pesquisa¹¹ — as cidades de Belém do Pará e São Luís do Maranhão — reconhecem a alta

10. O aumento mundial da cobertura da imprensa é baseado em uma análise da imprensa em língua inglesa realizada pelo Communications Consortium Media Center (CCMC) para a Fundação Ford em 2014. Essa análise não inclui busca em outros idiomas, ou análise específica para a América Latina. No entanto, a cobertura em geral na região é considerada limitada. Uma exceção recente é o relatório sobre o tema na Guatemala, que inclui uma exibição fotográfica e de vídeo ao redor do mundo, Too Young to Wed: Guatemala <http://nyti.ms/1ukoUwt>.

11. As entrevistas iniciais incluem pesquisadores e profissionais no governo e em organizações não governamentais (ONGs) que trabalham com temas relacionados à proteção de crianças e adolescentes. Entrevistas posteriores incluem membros da rede de proteção, tais como professores, assistentes sociais, psicólogos, agentes de saúde comunitários, coordenadores de programas de ONGs para adolescentes, promotores que trabalham com direitos de crianças e adolescentes e conselheiros tutelares.

habitualidade do casamento infantil nos contextos da pesquisa, ainda que continuem associando a prática a áreas caracterizadas pela extrema pobreza rural ou a áreas remotas habitadas sobretudo por populações indígenas.

Até agora, o casamento infantil não tem feito parte de pesquisas nacionais e das agendas das políticas públicas que visam proteger os direitos das mulheres e meninas e promover igualdade de gênero no Brasil. Ainda que haja um relevante corpo de pesquisa, assim como um intenso debate sobre políticas públicas sobre campos *relacionados* ao casamento infantil no Brasil – tais como gravidez na adolescência, abandono escolar, exploração sexual infantil e violência contra mulheres e crianças – nenhum estudo explora diretamente a prática e as consequências do casamento infantil na vida de milhares de mulheres jovens e meninas.

Mesmo quando a prática do casamento infantil é reconhecida, ela é com frequência representada como um fenômeno apenas “rural”, mesmo que as evidências observadas no campo apontem que ela também ocorre em áreas urbanas, e que as atitudes e práticas relacionadas aos casamentos infantis sejam complexas e altamente normalizadas nas cidades em que a pesquisa foi realizada. Dada a escassez de pesquisas sobre a prática no Brasil e os estereótipos sobre a prática como algo que ocorre sobretudo nas áreas indígenas e/ou rurais, essa pesquisa foca nas áreas urbanas a fim de dar visibilidade à questão sem estigmatizar ainda mais as populações e contextos nos quais o casamento infantil ocorre.

| MENSURANDO O CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL |

Três fontes principais fornecem dados sobre os casamentos formais e informais no Brasil:

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE;
- O censo, realizado a cada 10 anos pelo IBGE;¹² e



12. Os estudos do IBGE usam a mesma pergunta e as mesmas opções de resposta: “Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)?” Se a resposta é sim, a pergunta seguinte é: “Qual é a natureza da união?”. As opções de resposta são: (1) “casamento civil e religioso,” (2) “só casamento civil,” (3) “só casamento religioso,” e (4) “união consensual”. Não existem perguntas abertas. Destas opções, é importante ressaltar que “casamento religioso” e “união consensual” não estão incluídas no Registro Civil. Os dados estatísticos do Registro Civil são obtidos nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais e incluem apenas ações legais (por ex., Casamentos civis). Uniões consensuais são, portanto, anotadas, mas não são registradas nas Estatísticas de Registro Civil.

- A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), realizada a cada 10 anos pelo Ministério da Saúde.¹³

Por causa da sua natureza predominantemente informal, os casamentos infantis no Brasil são um desafio à documentação. Embora ainda seja necessário avançar, dois aspectos da coleta de dados no Brasil são singulares e devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, o Brasil é um dos poucos países que coleta dados sobre vários tipos de união. Em segundo, esses dados são coletados de participantes a partir de 10 anos de idade. A abrangência desses dois tipos de dados, somada a outros, fornece uma base sólida para a construção de intervenções.

O censo fornece informações detalhadas sobre quatro tipos de união/casamento (ver nota de rodapé 12). O PNDS também inclui uniões e questiona sobre casamentos/uniões anteriores. Como mostrado nas tabelas abaixo, que resumem os resultados do censo de 2010,¹⁴ o número mais alto de uniões consensuais entre menores aponta para a relevância dos casamentos informais, tanto em dados de nível federal quanto estadual. Diferenças no número de meninas casadas, comparado ao número de meninos em uniões ou casamentos também são dignos de nota. Parece que, entre os meninos, o padrão para idade ao se casar é 18 anos, enquanto o padrão para as meninas é de 15 anos, como ilustrado pelo significativo salto nos números nessas idades. Os dados dos Estados do Pará e Maranhão mostram padrões similares.



13. No PNDS, pergunta-se aos respondentes, “Atualmente está casada ou em união com alguém?”. A mesma pergunta é feita sobre casamentos ou uniões passados. As opções de resposta incluem: “Sim, formalmente casada”, “em união com um homem”, “em união com uma mulher”.

14. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

TABELA 1 | BRASIL - 2010

INDIVÍDUOS DE 10 A 19 ANOS QUE VIVEM EM UMA UNIÃO
(POR TIPO DE UNIÃO, SEXO E FAIXA ETÁRIA)

SEXO E FAIXA ETÁRIA (ANOS)	TOTAL DE UNIÕES	UNIÕES CONSENSUAIS	UNIÕES CIVIS E RELIGIOSAS
-------------------------------	-----------------	-----------------------	------------------------------

MENINOS/HOMENS ♂

10 A 14	22.849	16.486	3.520
15 A 17	78.997	71.401	3.621
18 OU 19	254.178	223.401	12.444

MENINAS/MULHERES ♀

10 A 14	65.709	60.200	2.575
15 A 17	488.381	430.396	22.167
18 OU 19	761.517	583.382	77.562

TABELA 2 | MARANHÃO (ESTADO) - 2010

INDIVÍDUOS DE 10 A 19 ANOS QUE VIVEM EM UMA UNIÃO
(POR TIPO DE UNIÃO, SEXO, E FAIXA ETÁRIA)

SEXO E FAIXA ETÁRIA (ANOS)	TOTAL DE UNIÕES	UNIÕES CONSENSUAIS	UNIÕES CIVIS E RELIGIOSAS
-------------------------------	-----------------	-----------------------	------------------------------

MENINOS/HOMENS ♂

10 A 14	1.210	934	109
15 A 17	4.409	4.062	105
18 OU 19	12.451	11.431	187

MENINAS/MULHERES ♀

10 A 14	4.428	4.234	26
15 A 17	25.881	23.402	480
18 OU 19	35.205	29.171	1.036

TABELA 3 | PARÁ (ESTADO) – 2010

INDIVÍDUOS DE 10 A 19 ANOS QUE VIVEM EM UMA UNIÃO
(POR TIPO DE UNIÃO, SEXO, E FAIXA ETÁRIA)

SEXO E FAIXA ETÁRIA (ANOS)	TOTAL DE UNIÕES	UNIÕES CONSENSUAIS	UNIÕES CIVIS E RELIGIOSAS
MENINOS/HOMENS ♂			
10 A 14	1.407	1.197	102
15 A 17	4.681	4.486	90
18 OU 19	14.041	13.200	361
MENINAS/MULHERES ♀			
10 A 14	4.506	4.220	108
15 A 17	30.778	28.814	659
18 OU 19	44.069	38.714	2.377

Uma análise dos dados de registros civis de 2003 a 2011¹⁵ revela que, enquanto o número de casamentos envolvendo pelo menos um participante menor de 15 anos caiu no Brasil em geral, não houve uma mudança significativa nas regiões metropolitanas de Belém do Pará e São Luís do Maranhão. Isso é potencialmente indicativo de migração para essas áreas urbanas. É mais comum que os casamentos abaixo dos 18 anos ocorram aos 16 e 17 anos de idade. Como discutido na seção anterior, é importante ressaltar que tanto os dados de nível federal quanto estadual mostram que casamentos — formais ou informais — ocorrem na faixa etária entre 10 e 14 anos.



15. Série Histórica (IBGE), Estatísticas do Registro Civil 2003-2011.

| CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA |

No Brasil, a legislação relevante sobre a questão está ultrapassada, e possui inúmeras ambiguidades e lacunas, especialmente no que diz respeito a consentimento. Tais lacunas favorecem a proteção de homens adultos, enquanto discrimina as meninas. Esses desafios são exacerbados pelas dificuldades em torno da aplicação das idades legais em casamentos e uniões.

QUADRO 1 | CASAMENTO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

CAPÍTULO II DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO

Art. 1.517. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

Parágrafo único. Se houver divergência entre os pais, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 1.631.

Art. 1.518. Até à celebração do casamento podem os pais, tutores ou curadores revogar a autorização.

Art. 1.519. A denegação do consentimento, quando injusta, pode ser suprida pelo juiz.

Art. 1.520. Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (art. 1517), para **evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.**

Estatuto da Criança e do Adolescente

No mesmo ano em que o Brasil se tornou signatário e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1990), o país aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto distingue entre criança (menor de 12 anos de idade) e adolescente (12 a 18 anos). Em contraste, a Convenção sobre os Direitos da Criança define uma criança como “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.” Embora representando um avanço na proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, o Estatuto tem sido criticado por alguns grupos feministas como sendo concebido principalmente por homens e refletindo uma perspectiva masculina (Comitê & Comissão, 2006). Notadamente, o Estatuto pouco menciona direitos de saúde sexual e reprodutiva referentes a crianças ou adolescentes, e não faz nenhuma menção a casamentos.

Idade para o casamento e exceções relacionadas

Na legislação brasileira, o Código Civil (Quadro 1) e, em menor extensão, o Código Penal, tratam da questão da idade para casamento e da “capacidade” ou idade de consentimento. A idade legal para o casamento é estabelecida como 18 anos para homens e mulheres, com várias exceções listadas no Código Civil. A primeira exceção — compartilhada por quase todos os países do mundo — permite o casamento com o consentimento de ambos os pais (ou com a autorização dos representantes legais) a partir dos 16 anos.

O artigo 1.520 do Código Civil lista outras exceções bem menos usuais em que menores podem se casar antes dos 16 anos (sem o consentimento dos pais). Em primeiro lugar, **uma menor pode se casar antes dos 16 anos em caso de gravidez**. Em outras palavras, a lei sugere na prática que meninas podem se casar antes dos 16, enquanto meninos não podem — tornando a lei discriminatória contra meninas, já que apenas meninas podem engravidar. A legislação brasileira compartilha essa exceção por gravidez com apenas quatro países na região: Venezuela, Guiana, Guatemala e Honduras.¹⁶ Ainda mais problemático é o fato de que tal exceção não prevê uma idade mínima para sua aplicação, equivalendo, na prática, a idade legal para se casar com a habilitação de uma menina para conceber — ou seja, com sua puberdade.



16. Dados sobre casamento do World Policy Forum. Acessado em 24 de março de 2015 em: <http://worldpolicyforum.org/>

O Art. 1.520 do Código Civil apresenta ainda uma segunda concessão ao casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil, a saber: “para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal”, no entanto a Lei 11.106/2005 altera expressamente os incisos VII e VIII do Art 107 do Código Penal, eliminando, portanto, a possibilidade de casamento para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, alterando tacitamente o Art. 1.520 do Código Civil. Entrevistas com informantes-chave e outras desta pesquisa, no entanto, mostram uma falta de conhecimento e clareza sobre ambos Códigos.

É importante ressaltar que, no caso de menores de 18 anos, a decisão de registrar legalmente um casamento é deixada a critério do juiz ou notário. A pesquisa descobriu que não é difícil obter uma permissão para um casamento de exceção. Informar as autoridades judiciais sobre a questão das possíveis consequências nocivas do casamento infantil pode contribuir para reduzir a prevalência da prática, mas a natureza frequentemente informal das uniões no Brasil limita o impacto que estas autoridades podem exercer sobre a mesma.

Além de examinar a legislação, a equipe de pesquisa revisou a literatura acadêmica e das ciências sociais brasileiras relevantes. Enquanto a revisão identificou um vasto número de publicações sobre tópicos associados ao casamento na infância e adolescência — por exemplo, gravidez adolescente, violência contra as mulheres, exploração sexual, e papéis de gênero em relações entre adultos — nenhuma publicação tratou especificamente das práticas de casamento envolvendo menores (ver anexo 2 para um sumário da revisão). A revisão ofereceu um contexto útil para se situar as práticas do casamento infantil nas agendas legais, de políticas públicas e de pesquisas.

Os resultados dos dados empíricos coletados em dois contextos no Brasil fundamentam e ampliam o conhecimento atual sobre como são vivenciadas as práticas do casamento, da perspectiva das meninas e homens (casados e solteiros), familiares, e membros das redes de proteção à crianças e adolescentes nesses dois contextos. Esses resultados são apresentados após o capítulo sobre metodologia.

METODOLOGIA

A pesquisa busca analisar as atitudes e práticas envolvendo o casamento infantil, a fim de construir evidências para programas e políticas públicas para a prevenção e mitigação das consequências da prática no Brasil. Apoiando-se em metodologias quantitativas e qualitativas, esse estudo explora os riscos e vulnerabilidades que o casamento infantil pode criar ou exacerbar para os participantes. A pesquisa também examina o possível impacto positivo e a proteção que tais uniões podem fornecer a meninas vivendo em ambientes com poucas alternativas viáveis e onde os riscos não parecem superar os benefícios associados ao casamento infantil. Como descrito na introdução, e reconhecendo o amplo espectro e a habitualidade das uniões informais no Brasil e na região, casamentos e uniões infantis são usados indistintamente nesse relatório.

COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada em 2014, em contextos urbanos de baixa renda, em dois Estados onde os dados do censo (IBGE 2010) indicavam que o número de casamentos infantis era especialmente alto: Maranhão, no Nordeste do Brasil, e Pará, no Norte. A pesquisa foi realizada com populações não-indígenas nas capitais de cada Estado (São Luís do Maranhão e Belém do Pará). O Promundo desenvolveu e coordenou o estudo, acompanhou o trabalho de campo em várias visitas ao campo e manteve comunicações regulares, analisou os dados, e produziu o relatório. A coleta de dados foi realizada pela Plan Internacional Brasil, em São Luís, e por uma equipe vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém.¹⁷



17. A lista completa dos indivíduos envolvidos na coleta de dados está incluída nos agradecimentos. Além das comunicações regulares com os parceiros, a equipe do Promundo realizou cinco visitas a campo a fim de selecionar as equipes de pesquisa, forneceu treinamento quantitativo e qualitativo (i.e., treinamento para definir a amostra e realizar a coleta de dados), acompanhou a coleta de dados, e discutiu abordagens do campo, recrutamento, dificuldades e resultados com os parceiros.

| COLETA DE DADOS QUALITATIVOS |

No início da pesquisa, nove entrevistas com informantes-chave foram realizadas com especialistas nacionais, quatro com especialistas internacionais e regionais, e 37 com especialistas locais. A maior parte desses indivíduos trabalha com temas relacionados ao desenvolvimento e aos direitos da criança e do adolescente, mas não especificamente com casamento infantil (dada a ausência de especialistas no tema do casamento infantil no Brasil). A lista completa dos informantes-chave pode ser encontrada no Anexo 4.

Um total de 60 **entrevistas semiestruturadas em profundidade** foram realizadas em Belém e São Luís, a fim de explorar as atitudes e práticas relacionadas ao casamento infantil, nos respectivos grupos:

- Meninas (de 12 a 18 anos)¹⁸ em união com homens mais velhos (de 24 anos em diante);
- Homens (de 24 a 60 anos) em união com meninas (menores de 18 anos);
- Familiares das meninas em casamentos infantis (incluindo nove mães, três avós, dois pais, um irmão, uma prima mais velha);
- Representantes da rede de proteção local, incluindo professores, assistentes sociais, profissionais da saúde e representantes da rede de proteção a crianças e adolescentes.

É importante notar que, dada a natureza frequentemente informal da prática no Brasil, o estudo baseou-se na autodeclaração de meninas e homens casados de seu estado civil (usando o termo *casado* ou similares, tais como *juntado* ou *amigado*). Tanto meninas quanto homens dentro das faixas etárias visadas puderam participar do estudo, caso coabitassem com seus parceiros em suas próprias casas ou com a família de um dos cônjuges.

Seis discussões de grupos focais (três DGFs por local de pesquisa) foram realizadas com os seguintes grupos:

- Meninas na mesma faixa etária das entrevistadas (entre 12 e 18 anos), mas não necessariamente em uma união;
- Homens na faixa etária dos entrevistados (entre 24 e 60 anos), mas não necessariamente em uma união;
- Representantes da rede de proteção à infância local.



18. Exceto por um, que acabara de completar 19 anos.

TABELA 4 | COLETA DE DADOS QUALITATIVOS

	BELÉM DO PARÁ	SÃO LUÍS DO MARANHÃO	NACIONAL: BRASIL	INTERNACIONAL E REGIONAL
--	---------------	----------------------	------------------	--------------------------

ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

	20	17	9	4
--	----	----	---	---

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

MENINAS CASADAS	9	6		
HOMENS CASADOS	9	6		
FAMILIARES	8	8		
REDE DE PROTEÇÃO	8	6		
TOTAL	34	26		

DISCUSSÕES DE GRUPOS FOCAIS (DGFS)

MENINAS	1	1		
HOMENS	1	1		
REDE DE PROTEÇÃO	1	1		
TOTAL	3	3		

TOTAL DE ENTREVISTAS E DGFS = 116

| COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS |

Um questionário domiciliar quantitativo foi aplicado em São Luís em meninas e homens nas mesmas faixas etárias dos entrevistados — mas não necessariamente em união — a fim de explorar suas atitudes e práticas relacionadas ao casamento infantil. Mais especificamente, o questionário foi aplicado a 145 homens¹⁹ (com idade entre 24 e 60 anos) e 150 mulheres (com idade entre 12 e 18 anos) em algumas das comunidades em que as entrevistas tiveram lugar, em São Luís.

| ANÁLISE |

Entrevistas qualitativas e DGFs tiveram os áudios gravados e transcritos. As transcrições foram analisadas usando Dedoose, um programa online de análises. Todas as anotações de campo, relatórios de viagem, e anotações de entrevistas com informantes-chave, foram também revisados manualmente. Dados sociodemográficos da análise qualitativa foram registrados e analisados junto aos resultados qualitativos. A análise quantitativa foi realizada com o Programa SPSS, para identificar relações ou associações entre variáveis dependentes e independentes. Tipicamente, o teste do qui-quadrado é uma medida de associação utilizada para determinar se há uma relação significativa entre variáveis independentes e dependentes (se o valor-p é igual ou menor que .05). Nessa análise, o valor-p utilizado é igual ou menor que .02, indicando uma relação estatisticamente significante entre as variáveis dependentes e independentes.

| ÉTICA E CONFIDENCIALIDADE |

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi obtida uma declaração de consentimento esclarecido para todas as entrevistas com os próprios participantes, ou com um dos pais ou responsável legal, no caso de meninas menores de 18 anos. Os princípios de consentimento, confidencialidade e a natureza voluntária da participação na pesquisa e na gravação do áudio foram lidos para todos os participantes. Os participantes foram lembrados em diversos momentos ao longo da entrevista que não eram obrigados a responder a perguntas que não quisessem. De modo geral, as equipes seguiram as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para pesquisas sobre violência contra mulheres, de modo a garantir a confidencialidade, privacidade, proteção contra mais violência, assim como outros riscos relacionados — especialmente quando entrevistando meninas e homens casados (nunca pertencentes ao mesmo casal). Os entrevistadores foram treinados para seguir procedimentos éticos que os preparassem para responder em situações problemáticas, ou caso os entrevistados ficassem incomodados durante o trabalho de campo.

19. 150 homens foram entrevistados, e cinco dessas entrevistas foram descartadas porque os homens não eram da mesma faixa etária dos demais respondentes entre 24 e 60 anos.

Os questionários quantitativos originais foram mantidos em armários trancados nos escritórios dos parceiros locais e cópias serão armazenadas no escritório do Instituto Promundo, no Rio de Janeiro, por um máximo de cinco anos, seguindo procedimentos institucionais para manuseio e armazenamento de dados. As equipes de pesquisa locais e os transcritores foram instruídos a não usar os nomes reais dos participantes ou seus dados demográficos. Foram criados códigos a fim de desidentificar os questionários quantitativos. Apenas a equipe de pesquisa imediata tem acesso a ambos os dados qualitativos transcritos e os questionários quantitativos trancados.

| LIMITAÇÕES E DESAFIOS |

Essa pesquisa possui uma série de limitações. O número de locais de pesquisa (um por Estado) e o tamanho relativamente pequeno da amostra limita o número de experiências e perspectivas que podem ser incluídas. Embora permita uma exploração preliminar do tema, o tamanho da amostra não permite generalizações sobre o Brasil como um todo, nem é representativa da diversidade de contextos rurais e urbanos nesses dois Estados ou em todo o Brasil. Uma outra limitação da amostra diz respeito à idade das meninas entrevistadas. Os pesquisadores decidiram focar em meninas e homens em casamentos onde a mulher tem, no momento, menos de 18 anos; a pesquisa não inclui mulheres e homens que estavam nesse tipo de casamento quando eram mais jovens. Por isso, a pesquisa é incapaz de explorar as trajetórias de casamento e separação por um longo período de tempo.

No geral, recrutar participantes em todos os grupos foi um desafio, dada a natureza do assunto. No entanto, recrutar homens foi particularmente difícil. A relutância dos homens em participar pode indicar que eles percebem o fato de estar em união com uma menor como algo problemático e/ou associado a um risco de ser denunciado. As meninas casadas com frequência precisavam obter a permissão de seus maridos para participar e, com frequência, a insistência dos pesquisadores em realizar entrevistas individuais com as meninas casadas causava a suspeita dos maridos. Na coleta de dados quantitativos, uma mãe não autorizou sua filha (que possui menos de 18 anos) a participar, porque ela disse que seu marido poderia reagir com violência. Durante a pesquisa, um cônjuge não foi entrevistado na presença do outro, de forma a manter a segurança e a confidencialidade (os pesquisadores também não entrevistavam homens e meninas do mesmo casal). Alguns homens e meninas se mostraram tímidos ou relutantes no início da entrevista, mas ficaram mais à vontade conforme as entrevistas continuavam.

O recrutamento para a pesquisa qualitativa focou em diversos locais de pesquisa, incluindo maternidades, clínicas de saúde e escolas, onde as equipes de pesquisa obtiveram permissão dos diretores e apresentaram a aprovação do comitê de ética. O alto índice de gravidez entre as participantes no momento da entrevista está relacionado ao uso das clínicas de saúde como local de recrutamento. A fim de obter um espectro mais amplo de experiências para além dos locais de recrutamento iniciais, os pesquisadores utilizaram técnicas de amostragem em “bola de neve” para identificar possíveis participantes nos diversos contextos urbanos.

Finalmente, altos níveis de insegurança urbana nos locais de pesquisa demandaram dos coletores de dados precauções enquanto realizavam o trabalho de campo, tais como apenas aplicar entrevistas durante o dia e acompanhados de outros pesquisadores.

DESCRIÇÃO DOS LOCAIS DE PESQUISAS

| NORTE E NORDESTE DO BRASIL |

Ambos os locais de pesquisa são capitais de Estados caracterizados por territórios rurais grandes e remotos, com poucas cidades. Eles estão entre os Estados mais pobres do Brasil, com os piores indicadores de saúde materna, neonatal e infantil (SMNI) e com a mais alta prevalência de casamento infantil no país (Tabelas 1 e 2). Ainda que a renda real per capita do Maranhão tenha crescido substancialmente nos últimos 50 anos, ele é um dos dois Estados com o menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita no país (R\$ 8.760). O PIB per capita do Pará é R\$ 11.667.²⁰ Em comparação, o PIB per capita dos dois Estados mais ricos são o do Distrito Federal (R\$ 64.653) e São Paulo (R\$ 33.642). Em termos da renda média domiciliar, os 10% mais pobres dos domicílios no Maranhão possuem cerca de metade da renda média mensal nacional. Os 10% mais pobres dos domicílios do Pará possuem um pouco acima de três-terços da renda média mensal dos 10% mais pobres do Brasil (IBGE 2010).



20. IBGE (2012). Contas Regionais do Brasil (Tabela 4 - Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012). Acessado em 29 de março de 2015 em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf. E também, dados de 2011 do ECLAC, FGV/EPGE, IBGE, IMF e Thompson Reuters são relatados no The Economist. Nesse artigo, o PIB per capita é comparado ao PIB per capita em países semelhantes. Os Estados do Maranhão e Pará possuem PIBs próximos dos da Jordânia e das Maldivas, respectivamente, enquanto o PIB da Brasília é próximo do PIB da Itália. Acessado em 29 de março em: <http://www.economist.com/news/americas/21604202-brazils-income-disparities-are-great-so-its-progress-welcome-italy>.

De acordo com informantes-chave em nível estadual e nacional, cada Estado tem uma história de controle político e financeiro por várias famílias (no Pará), ou predominantemente uma família (no Maranhão, onde a família do governador deixou o poder após quase cinco décadas em 2014). Informantes-chave apontaram outros desafios para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo pouca presença do Estado, corrupção, impunidade e violações aos direitos humanos em geral.

TABELA 5 | INDICADORES DOS ESTADOS DO MARANHÃO E PARÁ²¹

	PARÁ	MARANHÃO	BRASIL
--	------	----------	--------

POPULAÇÃO POR SEXO (POR 100.000)

HOMENS	3.710	3.178	93.356
MULHERES	3.769	3.291	98.439

POPULAÇÃO POR RAÇA²² (POR 100.000)

BRANCA	22	24	48
NEGRA	5	7	7
PARDA	73	69	44
AMARELA	<1	1	1

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (PORCENTAGEM)

	23	37	23
--	----	----	----



21. Fonte: IBGE (2010). *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010*. Em *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica*, número 27. Acessado no dia 2 de abril de 2015 em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf. As porcentagens estão arredondadas.

22. As raças são retiradas das categorias do censo; Pardo se refere a mestiço, enquanto Amarela se refere a descendentes asiáticos.

| BELÉM DO PARÁ |

Belém, a capital do Pará, está localizada no sistema fluvial do Rio Amazonas e se caracteriza por uma cultura e comunidades ribeirinhas, centradas na pesca e no transporte a barco para acessar certas partes da cidade. A pesquisa de campo qualitativa foi realizada em várias comunidades de baixa-renda na periferia da cidade, sobretudo em Guamá, mas também na Ilha do Combú, uma comunidade ribeirinha. Os pesquisadores não identificaram grandes diferenças entre esses ambientes, em termos de acesso a serviços ou outras características socioeconômicas, e tampouco grandes diferenças foram identificadas nos resultados.



Por outro lado, a equipe de pesquisa local e os informantes-chave conjecturaram grandes diferenças entre as áreas rurais e Belém (como já foi dito, nenhuma entrevista foi realizada nas áreas rurais fora de Belém). Mais especificamente, os pesquisadores discutiram sobre várias diferenças nos costumes relacionados à socialização de gênero em cidades como Belém, se comparadas às áreas rurais. Por exemplo, uma festa de quinze anos de aniversário, para “introduzir” ou “apresentar uma menina à sociedade” pode ocorrer nas cidades, mas é uma prática generalizada nas áreas rurais. Ambos os Estados, no entanto, têm uma série de festivais culturais históricos que são celebrados tanto nas cidades quanto em áreas rurais.

| SÃO LUÍS DO MARANHÃO |

Tal como na abordagem em Belém, os locais de pesquisa de campo quantitativos e qualitativos em São Luís são constituídos por várias comunidades de baixa-renda, sobretudo na região de Itaú-Bacanga, uma área ao redor de uma grande rodovia (BR 135) na periferia da cidade: Vila Embratel, Coqueiro, Vila Samara, Cajueiro, Tibiri, Parque Jair, Jambeiro, Vila Industrial, Aurora, Vila Mauro Fecury, Residencial Paraíso, Pedrinhas, e Vila Esperança. Essas comunidades não possuem infraestrutura e planejamentos de serviços públicos, tais como saneamento. Muitos dos residentes são migrantes rurais, que buscam melhores condições econômicas e de trabalho nas fábricas e indústrias da região de São Luís. Os moradores também partilham de costumes e culturas do interior rural, tais como reunir-se na frente da casa depois de limpá-la, sentar-se no quintal, conversa com os vizinhos durante o dia, ou plantar árvores frutíferas.



Casamento infantil em meio à violência urbana

Em termos de taxas de homicídio, São Luís e Belém estão no quarto e na metade com taxas mais altas, respectivamente, das 28 capitais brasileiras, incluindo o Distrito Federal (Mapa da Violência, 2012). Os homicídios são mais frequentes entre homens jovens e negros. As consequências da violência urbana, tais como as restrições que ela coloca para a mobilidade, são discutidas na seção de resultados.

TABELA 6 | TAXAS DE HOMICÍDIO

	SÃO LUÍS	BELÉM	BRASIL
TAXAS DE HOMICÍDIO (POR 100.000) (PORCENTAGENS APROXIMADAS)			
POPULAÇÃO TOTAL - NEGROS	84	61	60
POPULAÇÃO TOTAL - BRANCOS	14	5	16
JOVENS (25 A 29 ANOS) - NEGROS	160	135	127
JOVENS (25 A 29 ANOS) - BRANCOS	25	11	32

PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

DADOS DE CASAMENTO DA PESQUISA QUALITATIVA

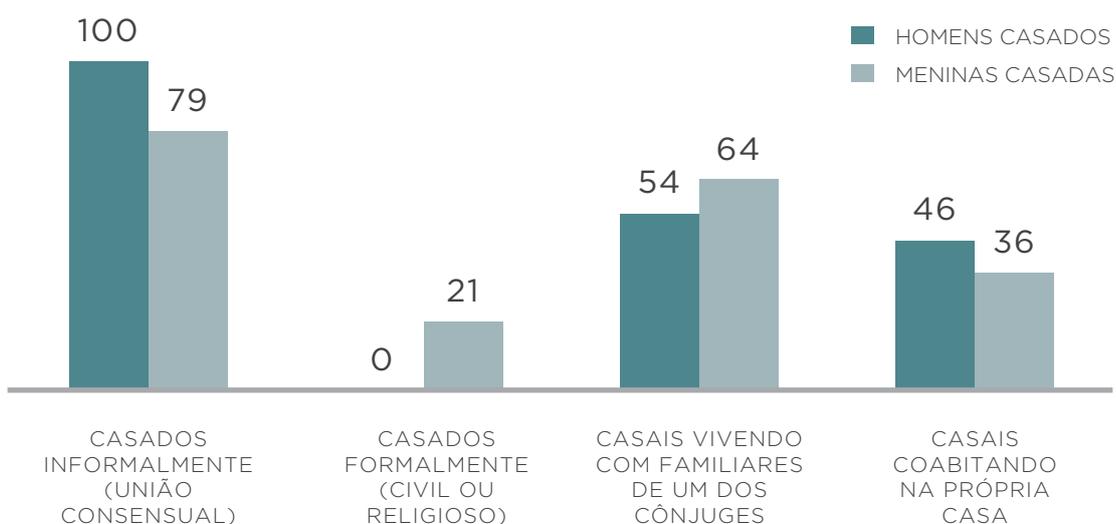
Entrevistas qualitativas com meninas casadas, homens casados, e familiares começaram com perguntas sobre a idade no casamento e outros indicadores sociodemográficos.²³

Em termos do **tipo de união**, todos os homens e meninas casados entrevistados coabitam em uniões consensuais informais, com exceção de três meninas casadas (todas em São Luís), que são formalmente casadas (em uma união civil ou religiosa).



23. Esses dados foram transformados em “descritores” no programa de análise qualitativa utilizado, para que pudessem ser cruzados com os dados qualitativos coletados. Dentro do campo de dados qualitativos, os dados sociodemográficos de 15 homens casados, 15 meninas casadas, e 16 familiares são coletados e apresentados. Em casos onde os dados de um indicador estão incompletos, o total (n) disponível naquela categoria é relatado. Além das idades no casamento, dados sociodemográficos completos de cada membro do casal, tais como relatados por membros da família, não estão sistematicamente documentados, e, portanto, não são apresentados na íntegra, mas apenas onde existem. Os dados sociodemográficos das DGFs não são incluídos porque nem todos os participantes estão em um casamento infantil.

FIGURA 1 | TIPO DE UNIÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA
 MENINAS CASADAS ENTREVISTADAS (N=14)
 HOMENS CASADOS ENTREVISTADOS (N=15)



Todas as meninas e homens casados entrevistados (n=30) **coabitam**: dos dados coletados, 12 vivem só com seus cônjuges (e filhos), e o restante está quase igualmente dividido entre viver com familiares do homem ou da menina casados, na mesma casa ou em um quarto construído ao lado da casa do familiar.

| IDADE NO CASAMENTO E DIFERENÇA DE IDADE MARITAL |

Entre os participantes da pesquisa, a idade média em que as meninas se casaram foi um pouco abaixo dos 15 anos: as duas mais jovens aos 12 anos (com homens de 19 e 17 anos quando se casaram). O homem mais velho entrevistado se casou aos 58 (com uma menina que acabara de fazer 18 anos). No momento da entrevista, as meninas casadas (como relatado pelas próprias meninas e homens casados, assim como os familiares) tinham predominantemente entre 14 e 18 anos. Os homens casados tinham entre 21 e 58 anos no momento da entrevista, e se casaram entre os 16 e 58 anos. Os resultados da pesquisa mostram que a média de diferença na idade marital é de 9.1 anos (ver Anexo 3 para uma tabela de idades completa das meninas e homens casados).

A pesquisa mostra que os casamentos tendem a ser relativamente recentes, com os casais tendo se casado entre alguns meses e seis anos antes do momento da entrevista, com uma média de 2.4 anos de casamento (n=28). Todos os casamentos são o primeiro casamento das meninas (e com frequência seu primeiro relacionamento sério). Eles também constituem o primeiro casamento dos homens, com exceção de quatro homens que já haviam se casado uma ou duas vezes antes (mais com muito mais relacionamentos anteriores).

É importante ressaltar que as meninas e homens casados, assim como os familiares, muitas vezes comentam que o casamento “acontece rápido” ou “simplesmente acontece”, e casais se casam entre poucos meses até três anos após iniciarem o relacionamento (que pode significar estar namorando, fazendo sexo, ou após se conhecerem). Nesses casos, o casamento parece a melhor, ou a “menos pior” das alternativas. Por exemplo, uma menina casada descreve como ela acaba aceitando o pedido de seu namorado quando as coisas não estão indo bem em casa:

É, foi acho que não tinha nem três meses de namoro mesmo e ele já queria morar junto já. (risadas) Mas aí eu fiquei segurando, só que eu vi que as coisas lá em casa, na casa da minha mãe não ‘tava’ dando muito certo e eu acabei aceitando o pedido dele. Aí e isso já dura já três anos já.

De maneira semelhante, algumas vezes o casamento é “a coisa certa a fazer”, considerando uma gravidez, como afirma esse homem casado de Belém. Ele casou-se aos 21 anos com uma garota de 15, quando ela engravidou:

ENTREVISTADOR: ‘Você sempre quis casar?’

HOMEM CASADO: Não. Não quis casar não. Mas depois que eu arranjei ela assim (grávida), aí tive de casar, não tem?

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS ADICIONAIS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUALITATIVA

| RAÇA, RELIGIÃO, E MIGRAÇÃO RURAL |

Quando perguntados sobre sua raça em um questionário aberto, a metade dos homens e meninas entrevistados se identificaram como pardo(a) ou mestiço(a), e em segundo lugar, *moreno(a)*, seguido por *negro(a)* e *branco(a)*, e um de cada como *preto(a)*, *mulato(a)* e *amarelo(a)*.²⁴ Na amostra disponível sobre dados raciais (n=29), a vasta maioria dessa amostra se identifica com alguma forma de mestiçagem (de descendência Africana, Indígena e Europeia, com três se identificando como de raça “negra”, dois como “branca” e um “amarela” ou indígena).

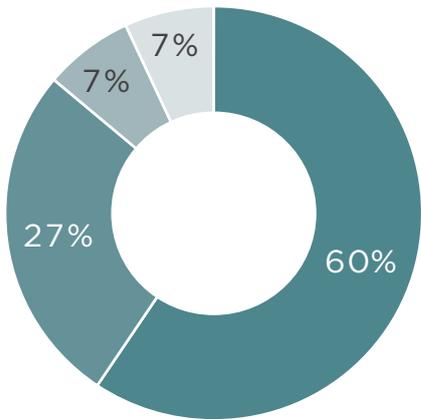


24. Pardo é uma categoria de raça/cor de pele utilizada no censo do IBGE, comumente usada para se referir a brasileiros mestiços, indivíduos com variadas linhagens raciais. Era também uma classificação utilizada nos tempos coloniais, entre os séculos 16 e 18.

FIGURAS 2-3 | RAÇA

MENINAS CASADAS

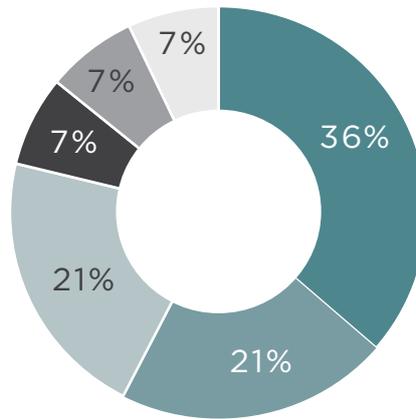
ENTREVISTADAS (N=15)
(PORCENTAGENS ARREDONDADAS)



■ PARDO(A) ■ BRANCO(A)
■ MORENO(A) ■ AMARELO(A)

HOMENS CASADOS

ENTREVISTADOS (N=14)
(PORCENTAGENS ARREDONDADAS)

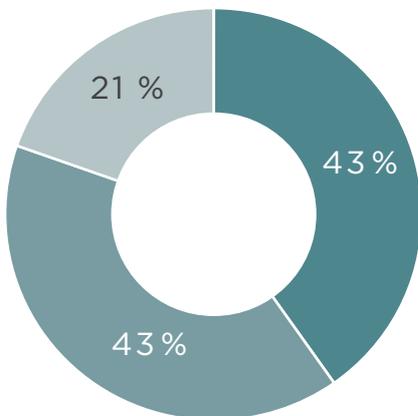


■ PARDO(A) ■ BRANCO(A)
■ MORENO(A) ■ PRETO(A)
■ NEGRO(A) ■ MULATO(A)

FIGURAS 4-5 | RELIGIÃO

MENINAS CASADAS

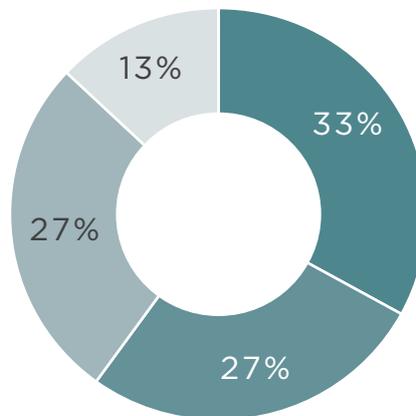
ENTREVISTADAS (N=14)
(PORCENTAGENS ARREDONDADAS)



■ EVANGÉLICA
■ NENHUMA
■ CATÓLICA

HOMENS CASADOS

ENTREVISTADOS (N=15)
(PORCENTAGENS ARREDONDADAS)



■ EVANGÉLICA ■ CATÓLICA
■ NENHUMA ■ PROTESTANTE

Entre os homens e meninas casados, a maioria se declara Evangélico (uma pequena porcentagem se declara Protestante – e entre as seitas protestantes, Pentecostais ou Adventistas do Sétimo Dia), não tendo uma religião, ou Católico. Em uma DGF com homens, a maioria dos participantes declarou ser adventista. De todos os homens e meninas casados (n=30), um terço migrou para as capitais onde vivem atualmente, na sua maioria de áreas rurais ou cidades menores dentro de seus Estados.

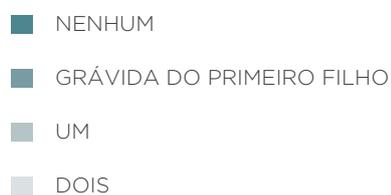
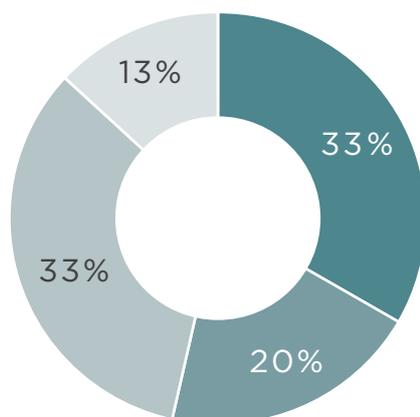
| GRAVIDEZ ESTIMULA CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA |

Os dados ressaltam a importância da gravidez para levar o homem a se casar. Como mostrado nas figuras 6 e 7, os homens e meninas casados entrevistados têm experiências significativamente diferentes no que diz respeito a ter filhos. É importante notar que todos os homens casados (selecionados de maneira independente, ou os maridos das meninas casadas) têm pelo menos um filho, ou sua companheira está grávida do primeiro filho. Isso também é indicativo de relacionamentos passados dos homens. Por outro lado, as meninas em geral têm menos filhos: um terço das meninas casadas não têm filhos, e outro terço têm um filho (outros 20 por cento estão grávidas do primeiro filho, e 13 por cento têm dois filhos) no momento da entrevista. Esses dados sofrem influência do recrutamento em clínicas de saúde em ambos os locais de pesquisa.

FIGURAS 6-7 | NÚMERO DE FILHOS

MENINAS CASADAS

ENTREVISTADAS (N=15)



HOMENS CASADOS

ENTREVISTADOS (N=15)

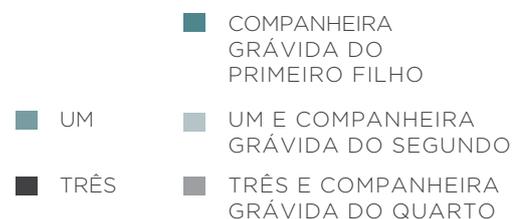
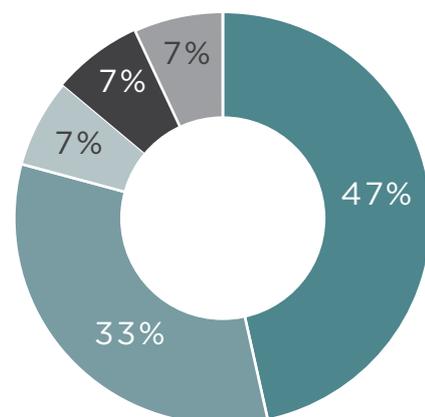
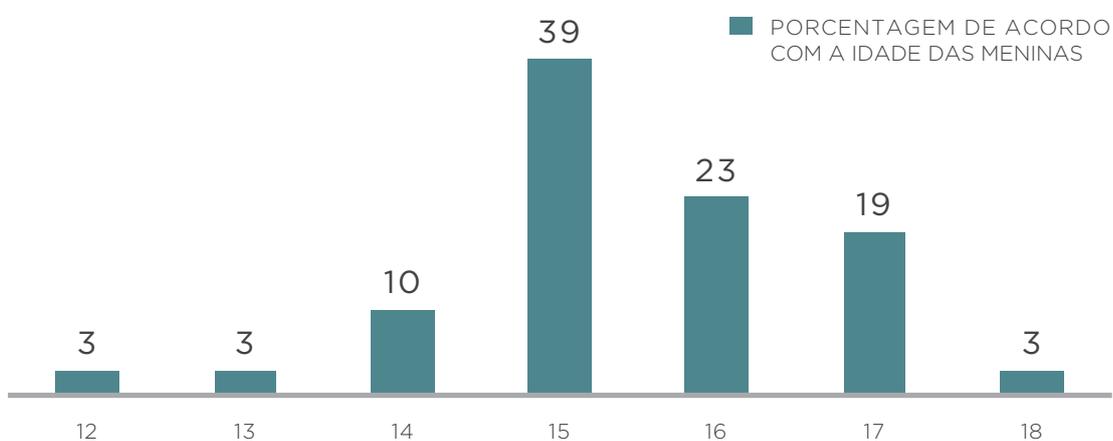


FIGURA 8 | IDADE DAS MENINAS CASADAS NO PRIMEIRO PARTO

De acordo com os dados coletados com as meninas e homens casados (maridos ou companheiros) e familiares entrevistados, a maior parte das meninas casadas que estiveram grávidas ao menos uma vez (n=31) tiveram seu primeiro filho aos 15 anos (39 por cento). Emprego e educação dos homens e meninas casados são discutidos nas respectivas seções desse relatório.



CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS RESPONDENTES, QUESTIONÁRIOS DOMICILIARES QUANTITATIVOS EM SÃO LUÍS

A Tabela 7 fornece um panorama dos dados sociodemográficos coletados entre os homens e meninas entrevistados em São Luís (eles não são necessariamente casados, mas estão na mesma faixa etária dos homens e meninas casados).

25. "Nível educacional" se refere aos respondentes que estudaram ou estão no momento no nível educacional indicado. No caso dos homens, n=143 para esses dados de nível educacional.

26. Essa categoria racial inclui negros e todas as raças relatadas que incluem descendência afro-brasileira misturada com outras raças, tais como pardos, mulatos, etc.

TABELA 7 | DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO

INDICADOR	HOMENS DE 24 A 60 ANOS (N=145)	MENINAS DE 12 A 18 ANOS (N=150)
FAIXA ETÁRIA		
<14 ANOS	-	43,3
15 A 17 ANOS	-	44,0
18 ANOS	-	12,7
24 ANOS	4,8	-
25 A 29 ANOS	24,1	-
30 A 39 ANOS	35,2	-
40 A 49 ANOS	22,1	-
50 A 60 ANOS	13,8	-
NÍVEL EDUCACIONAL²⁵		
ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETA	34,5	54,0
ENSINO MÉDIO	57,2	42,7
OUTRO	6,2	3,3
RAÇA/ETINIA		
BRANCO	13,8	14,7
NEGRO ²⁶	84,8	84,0
RELIGIÃO		
NENHUMA	20,7	37,3
CATÓLICA	53,1	26,0
EVANGÉLICA/PROTESTANTE	24,1	34,7
TEM FILHOS		
SIM	73,1	2,7
TRABALHA		
SIM	69,0	6,7
RENDA		
MÉDIA (E INTERVALO) ENTRE HOMENS COM RENDA DECLARADA (N=87); E MENINAS COM RENDA DECLARADA (N=32)		
	R\$ 1.482,56 (INTERVALO: R\$ 200-7.000)	R\$ 173,44 (INTERVALO: R\$ 20-724)

RESULTADOS DA PESQUISA

A seção a seguir apresenta os resultados, baseados nas análises qualitativa e quantitativa dos dados coletados durante o trabalho de campo. A análise qualitativa compreende entrevistas em Belém do Pará e São Luís do Maranhão com homens casados, meninas casadas, e familiares das meninas e/ou homens casados, assim como profissionais da rede de proteção a crianças e adolescentes. Também inclui DGFs em cada local de pesquisa com meninas e homens (não necessariamente casados) e profissionais das redes de proteção. A análise quantitativa apresentada é baseada nos questionários domiciliares administrados em São Luís com homens e meninas da mesma faixa etária e comunidades dos casais participantes da pesquisa qualitativa (mas não necessariamente casados). Esses resultados estão incluídos e integrados ao longo da análise qualitativa.

A NATUREZA DOS CASAMENTOS NO BRASIL

O TERMO “CASAMENTO” É UTILIZADO NESSE RELATÓRIO PARA SE REFERIR A UNIÕES FORMAIS E INFORMAIS | Ao longo da pesquisa, e em conformidade com os padrões no Brasil, o termo casamento se refere tanto ao casamento civil ou religioso (formais) quanto às uniões consensuais (informais). As distinções conceituais entre casamentos legalmente registrados e informais são com frequência nebulosas.

O conceito de casamento, portanto, é caracterizado por um maior grau de fluidez do que aqueles que alguns informantes-chave chamam de casamentos de “classe média alta” no Brasil, ou no Hemisfério Norte do mundo. Especificamente, as palavras mais comuns utilizadas para descrever casamentos/uniões nessa pesquisa são: “casar”, “morar junto” e “juntar”. Outro termo utilizado é “amigar”.

Além disso, os participantes da pesquisa se referem aos homens, tanto em uma união quanto em um casamento, como “maridos”, como é comum no Brasil entre as diversas classes sociais. As meninas também se referem ao companheiro como “o pai do meu filho”, mas com mais frequência usam o termo “marido”. Por sua vez, os homens utilizam o termo “mulher” quase com a mesma frequência que o termo “esposa”. Portanto, um casal em uma relação de coabitação é comumente referido como “marido e mulher”. O termo “menina” reflete o modo como a maior parte dos homens e meninas casados, familiares, e outros entrevistados nessa pesquisa se referem às mulheres casadas antes dos 18 anos.

“ACONTECEU”: INFORMALIDADES DO CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA |

Os casais frequentemente se conhecem em circunstâncias informais e ao acaso. De maneira semelhante, os eventos que se seguiram em suas relações – gravidez, casamento – foram descritos como ocorrendo sem muito planejamento. A união é descrita como ocorrendo após um período de cortejo, sexo casual ou namoro. As uniões informais são mais comuns que os casamentos formais quando envolvem meninas e homens adultos, e as cerimônias de casamento são ainda mais raras, embora algumas tenham sido descritas.

Muitos homens e meninas entrevistados falam de planos de se casar formalmente com o parceiro atual. No entanto, os homens em especial, expressam preferência pelo casamento informal e muitas vezes fazem referência a uma “fluidez” do casamento. Por exemplo, um homem casado de São Luís descreve sua preferência por um casamento informal:

...eu acho assim, se eu for casar, digamos, na igreja, perante Deus, uma coisa mais religiosa, aí, no caso, aí vem, rapidamente vem a separação, aí depois, pra se relacionar de novo, pra ter outro casamento, com outra coisa, eu creio que isso daí, pra mim não importa.

| *Homem de 28 anos, de São Luís, casado (informalmente) há um ano com uma menina de 15 anos no momento do trabalho de campo*

A maioria dos participantes da pesquisa descrevem a disposição dos homens de estarem em uma relação mais comprometida como “assumir (a responsabilidade)” – definida tanto em termos de responsabilidade financeira, quanto no sentido de avançar no relacionamento quando uma menina engravida. “Ele assumiu ela” é uma frase que a equipe de pesquisa ouviu com frequência.

MENINAS, ADOLESCENTES OU MULHERES? |

Quando perguntados se uma pessoa do sexo feminino que se casasse antes dos 18 anos era uma “menina”, uma “adolescente” ou uma “mulher” no momento de seu casamento, muitas meninas e homens casados afirmaram que ela seria uma menina. Muitas outras meninas participantes da pesquisa quantitativa ou qualitativa consideraram a condição de ser mulher ligada à iniciação sexual e/ou puberdade.

É importante ressaltar que as noções de responsabilidade e maternidade estão intimamente associadas com a passagem das meninas para a vida adulta durante o casamento, de acordo com os homens e meninas casados. Por exemplo, uma menina de São Luís (casada aos 15 anos com um homem de 22 anos) diz que o casamento, cuidar da casa, e cuidar de sua mãe doente deram a ela experiência e, portanto, ela se considera adulta. Mesmo que apenas uma das meninas casadas possua renda, muitas organizam os gastos domésticos e as contas – responsabilidades que elas associam com a vida adulta e que, segundo as meninas, muitas vezes surgem quando ainda são jovens:

‘Adolescente virar uma mulher’? São diversas responsabilidades que uma mulher tem, e que uma adolescente passa a assumir... [tem que] assumir uma responsabilidade de alguém que deveria ter uma idade bem mais avançada, no caso se uma pessoa de treze anos começar a trabalhar ou então engravidar, arrumar marido. Isso já torna ela uma pessoa... deveria né no caso, ela deveria criar uma mentalidade de uma pessoa já adulta pelo fato das responsabilidades assumidas.

| *Menina em Belém, casada, aos 14 anos, com um homem de 20 anos*

Concepções sobre a elegibilidade para o casamento apresentam um viés de gênero nos resultados das pesquisas qualitativas: os homens devem ter um emprego e “responsabilidade” antes de se casar, enquanto as meninas podem se casar mais jovens (em geral com cerca de 15 anos, ou quando seus corpos começam a mostrar sinais da puberdade e/ou durante o período de iniciação sexual). Quando questionados sobre os filhos atuais ou futuros, homens e meninas casados também manifestam essa regra: eles em geral preferem que seus filhos casem após conseguirem um emprego e tenham no mínimo 18 anos, mas com frequência sugerem que meninas podem se casar mais jovens.

Além disso, a percepção que as meninas casadas têm de suas próprias fases da vida são com frequência misturadas. Por exemplo, uma menina casada de Belém (que se casou aos 14 anos com um adolescente de 16) afirma que ela não viveu sua “juventude” e se considera “uma adolescente com cabeça de adulto” responsável por criar um bebê. Quando perguntada sobre que fase da vida ela pensa estar, uma menina de São Luís (que se casou aos 14 anos com um homem de 21) afirma que é uma adolescente com autoconsciência e reflexão, mas se considera mais como uma criança. Ela relaciona sua fase autodeclarada da vida com o fato de não ter tido uma infância:

MENINA CASADA: ...Eu sou adolescente, mas me considero uma criança.

ENTREVISTADORA: Por quê?

MENINA CASADA: Eu não sei, as minhas atitudes, os meus gostos, sei lá, pra mim, penso que é uma criança. Parece que assim, não tive assim infância... Eu acho, criança é assim uma pessoa carente, qualquer coisa magoa, se tomar um bombom de uma criança ela vai chorar, eu sou muito infantil.

De fato, os comportamentos que homens e meninas casados relacionam com a infância incluem brincar com bonecas, não saber “cuidar da casa” (cozinhar e limpar) e chorar ou agir de forma infantil, demandando a atenção do marido ou da mãe.

Por fim, vários informantes-chave entrevistados durante a fase inicial desse estudo ressaltaram várias normas sociais que determinam uma expectativa de que as meninas se casem até certa idade. Por exemplo, um informante-chave, advogado, sugere que há uma percepção social de que a mulher não é “nada” sem o homem, que ela precisa se casar. Outro informante, um acadêmico, acredita que existem expectativas de que mulheres tenham filhos, e que os tenham aos 20 e poucos anos, antes que sejam percebidas como “muito velhas”. Uma outra noção, também levantada por um acadêmico entrevistado, é de que o casamento é aceito em muitas sociedades

como uma transação (e não por amor). O mesmo acadêmico afirma que o conceito de “infância” é uma construção ocidental e branca. O acadêmico acredita que esses constructos não dão conta das percepções ancoradas em compreensões locais de “infância”, em que muitos aspectos da vida, incluindo a sexualidade, se iniciam mais cedo do que o aceito pelo discurso dos direitos humanos ocidental.

IDADE E PERCEPÇÕES SOBRE TOMADAS DE DECISÃO ACERCA DA SEXUALIDADE: RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO EM SÃO LUÍS |

O estudo constata que tanto homens quanto meninas consideram a idade de 18 anos como uma referência (comparada com outras idades) em se tratando de tomadas de decisão acerca de sexualidade, reprodução e casamento. Este e outros importantes resultados dos questionários domiciliares quantitativos oferecem perspectivas sobre as percepções de uma amostra mais ampla de homens e meninas (não necessariamente casados) em bairros de baixa renda em São Luís.

- **Primeira relação sexual:** A maioria dos homens e meninas que responderam ao questionário acham que a primeira relação sexual de meninos e meninas deve ocorrer aos 18 anos ou mais;
- **Casamento e coabitação:** Homens e meninas que responderam ao questionário concordam que homens e mulheres devem decidir pelo casamento aos 18 anos ou mais;
- **Nascimento do primeiro filho:** Na maior parte, respondentes de ambos os sexos acham que homens e mulheres devem, em geral, tomar a decisão de ter filhos aos 18 anos ou mais.

Os participantes também responderam sobre as idades que consideram ser apropriadas para tomadas de decisão relacionadas a casamento, sexualidade, gravidez e trabalho remunerado e não remunerado (incluindo trabalho doméstico). Considerando as referências à idade de 18 anos, pode-se entender o casamento provocado por gravidez como indo contra as aspirações de vida, ou como uma falha em atingi-las.

TABELA 8 | IDADES NAS QUAIS HOMENS E MENINAS CONSIDERAM QUE CERTAS ATIVIDADES “DEVEM” OCORRER

DE ACORDO COM AS PORCENTAGENS OBTIDAS ENTRE HOMENS (N=145) E MENINAS (N=150) NÃO NECESSARIAMENTE CASADOS

COM QUE IDADE VOCÊ CONSIDERA QUE DEVE FAZER AS SEGUINTE COISAS...	HOMENS		MENINAS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES

TER UM(A) NAMORADO(A)

ATÉ 14 ANOS	15,3	11,7	10,2	7,4
ENTRE 15 E 17 ANOS	46,2	39,3	52,4	54,1
18 ANOS OU MAIS	37,9	49,0	37,4	38,5

TER A PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL

ATÉ 14 ANOS	9,7	6,9	3,5	0,7
ENTRE 15 E 17 ANOS	37,5	25,7	31,3	21,2
18 ANOS OU MAIS	52,8	67,4	65,8	78,1

CUIDAR DE IRMÃOS MAIS NOVOS OU OUTRAS CRIANÇAS MENORES

ATÉ 14 ANOS	28,6	33,3	35,3	44,5
ENTRE 15 E 17 ANOS	28,6	26,3	36,0	36,3
18 ANOS OU MAIS	42,9	40,4	28,7	19,2

CUIDAR DA CASA (LIMPANDO E COZINHANDO)

ATÉ 14 ANOS	48,6	53,8	48,9	69,8
ENTRE 15 E 17 ANOS	31,0	28,7	32,6	18,8
18 ANOS OU MAIS	20,4	17,5	18,5	11,4

DEIXAR DE MORAR NA CASA DOS SEUS PAIS

ATÉ 14 ANOS	0,7	0,7	-	-
ENTRE 15 E 17 ANOS	5,0	5,7	4,1	2,0
18 ANOS OU MAIS	94,3	93,6	95,9	98,0

TABELA 8 | IDADES NAS QUAIS HOMENS E MENINAS CONSIDERAM QUE CERTAS ATIVIDADES “DEVEM” OCORRER (CONT.)

DE ACORDO COM AS PORCENTAGENS OBTIDAS ENTRE HOMENS (N=145) E MENINAS (N=150) NÃO NECESSARIAMENTE CASADOS

COM QUE IDADE VOCÊ CONSIDERA QUE DEVE FAZER AS SEGUINTE COISAS...	HOMENS		MENINAS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES

CASAR / MORAR JUNTO

ATÉ 14 ANOS	-	-	-	-
ENTRE 15 E 17 ANOS	2,8	2,1	0,7	1,3
18 ANOS OU MAIS	97,2	97,9	99,3	98,7

TER PRIMEIRO(A) FILHO(A)

ATÉ 14 ANOS	0,7	-	-	-
ENTRE 15 E 17 ANOS	4,2	4,9	2,1	1,4
18 ANOS OU MAIS	95,1	95,1	97,9	98,6

FAZER ALGUM TRABALHO OU SERVIÇO EM QUE RECEBA ALGUM TIPO DE PAGAMENTO

ATÉ 14 ANOS	6,9	5,5	8,1	6,7
ENTRE 15 E 17 ANOS	34,5	26,9	49,0	41,6
18 ANOS OU MAIS	58,6	67,6	43,0	51,7

CONSEGUIR UM TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA / CONTRATO

ATÉ 14 ANOS	-	-	1,3	0,7
ENTRE 15 E 17 ANOS	10,4	9,7	6,7	8,0
18 ANOS OU MAIS	89,6	90,3	92,0	91,3

A tabela 9 descreve as percepções dos homens e meninas que responderam o questionário no que tange a tomadas de decisão relativas a casamento e consentimento sexual de duas faixas etárias de meninas. Respondentes são menos favoráveis a casamentos na faixa etária mais jovem (13 e 14 anos), especialmente quando perguntados sobre o casamento em relação ao abandono dos estudos. Há uma tolerância maior, entretanto, a meninas casarem-se na faixa etária entre os 15 e os 18 anos.

TABELA 9 | IDADES NAS QUAIS MENINAS DEVEM SER CAPAZES DE TOMAR DECISÕES RELACIONADAS A CASAMENTO E CONSENTIMENTO SEXUAL

DE ACORDO COM AS PORCENTAGENS OBTIDAS ENTRE HOMENS (N=145) E MENINAS (N=150) NÃO NECESSARIAMENTE CASADOS

UMA MENINA JÁ...	HOMENS		MENINAS	
	13 E 14 ANOS	15 E 18 ANOS	13 E 14 ANOS	15 E 18 ANOS

IDADES

DEVERIA ESTAR CASADA OU "JUNTA" COM ALGUÉM?	2,8	28,3	1,3	27,3
DEVERIA PARAR DE ESTUDAR E COMEÇAR A PENSAR EM CASAMENTO?	-	6,2	-	11,3
TEM CONDIÇÕES DE DECIDIR COM QUEM ELA QUER TER RELAÇÕES SEXUAIS?	20,0	63,4	12,7	65,3

É importante notar que a idade precoce de iniciação sexual é muito mais tolerada do que casamentos em idade precoce. Em particular, mais da metade dos homens e meninas acredita que garotas são capazes de consentir ao sexo entre os 15 e os 18 anos. A porcentagem de homens que acreditam que meninas são capazes de consentir ao sexo com 13 e 14 anos de idade (20 por cento) é quase o dobro da concordância das meninas sobre consentimento sexual em referência à mesma faixa etária de meninas. Por fim, um quarto dos homens pesquisados (em comparação com 16% das meninas) pensa que quando o corpo de uma menina mostra sinais de puberdade, ela está pronta para fazer sexo com um adulto de mais de 18 anos.

POR QUE CASAR? MOTIVAÇÕES QUE LEVAM À UNIÃO

Diversos fatores sobrepostos motivam casamentos, conforme descrito por homens e meninas casados e suas famílias. Em um exemplo de casamento em São Luís, os avós primeiro encorajaram o matrimônio de sua neta devido à gravidez (aos 15 anos), além disso, a mãe diz que a própria menina queria casar. A mãe descreve levar a menina a um juiz, que concede um alvará, e prossegue com os planos para o casamento.

“[...] tu quer casar mesmo?”, ela [a filha] disse que queria. Aí eu peguei [...] e disse: -“olha [...] ‘de tarde’ a gente vai lá para o casamento comunitário²⁷.” [...] Só que a juíza não aceitou porque ela era de menor e tava sem o consentimento do pai dela, o pai dela não estava lá. [...] Aí então eu tive que “coisar” um alvará, lá na Primeira Vara da Família, o juiz teve que liberar o alvará para ela poder casar. Aí, como o juiz liberou, ele só liberou o alvará, foi na mesma semana do casamento. O casamento seria sábado, ele liberou o alvará na quarta-feira.

Mesmo que meninas casadas – bem como seus maridos ou cônjuges – escutem uma série de opiniões a favor e contra seu casamento, nossos resultados demonstram que a decisão efetiva quase sempre se resume a dois ou, no máximo, três atores: o próprio homem (que tem a opinião mais definitiva); um pai ou avó (que frequentemente tem influência definitiva); e a menina (que também tem alguma influência definitiva). Mesmo quando a menina afirma querer o casamento, o homem, e por vezes um dos pais, deve endossá-lo também. Vizinhos, colegas dos homens e membros das duas famílias também expressam opiniões sobre casamentos, mas parecem não deter poder de tomada de decisão, com a exceção dos parentes mais próximos à menina.



27. Casamentos Comunitários: conforme descrito na sua página de internet, em 1999, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão deu início a um projeto de Casamento Comunitário com o objetivo de fazer cerimônias de casamento acessíveis para casais de baixa renda. Todos os serviços são gratuitos, e os casais recebem bênçãos de pastores e padres. As cerimônias, para até 1.000 casais de uma vez, terminam com uma grande festa. O Estado fornece o bolo, as decorações e brindes provindos de doações. Um aviso estipulava as seguintes exigências: certidão de nascimento original, cópia do RG, e comprovante de residência para casais acima de 18 anos; para casais abaixo dos 16, os mesmos documentos mais uma autorização dos pais. Dado o volume de casamentos e o fato de que uma garota grávida de 15 anos entrevistada neste estudo foi autorizada a casar-se num Casamento Comunitário, tais casários poderiam oferecer uma oportunidade de aplicar a legislação existente, que define a idade mínima para o casamento em 18 anos.

Pais, mães e avós têm papéis de pressionar as meninas para casamentos infantis. A pesquisa mostra que, enquanto os pais têm um papel mais definitivo na maioria dos casos, eles nem sempre têm mais peso que mães ou avós. Porém, diferente de outros ambientes com alta incidência de casamento infantil, pais e mães não são o único conjunto de atores que podem determinar um matrimônio. A presença e a extensão da intervenção paterna e materna, bem como a determinação do peso da escolha da menina ou do marido potencial, parece variar significativamente, conforme retratam os comentários abaixo, de um homem que participou da DGF em São Luís:

— Não, não escolho não, minhas filhas que escolhem os negócios delas.

— É, aí, ainda existe o caso, né, se a gente escolhe e aí na hora, escolher errado, né, aí, lá na frente, você receber isso de volta na cara. “Olha, não deu certo porque foi você que escolheu, que botou isso, que você quis, é...” [referindo-se a gravidez e casamento]

Apesar de tais variações, um padrão de comportamento comum entre pais e mães é reagir inicialmente de forma negativa ao casamento da filha, e ficar com raiva dela por perder sua virgindade ou engravidar (amiúde porque prefeririam vê-la estudar e educar-se), o que é eventualmente seguido de aceitação (em alguns casos, por medo de perder a filha). O pai de uma menina, por exemplo, a princípio não aceitou a gravidez da filha; brigou com o pai da criança e mandou a menina sair de casa. Depois, como ocorreu no caso de outra mãe e sua filha, aquele pai implorou para que a filha ficasse.

MOTIVAÇÕES PRIMÁRIAS PARA CASAR

| GRAVIDEZ GUIA DECISÕES MARITAIS |

Nos ambientes desta pesquisa, casamentos que poderiam ser interpretados como “forçados” ocorrem quando terceiros, especialmente membros da família, pressionam ou forçam a menina a casar devido a uma gravidez (frequentemente, mas nem sempre, indesejada ou não planejada). Uma menina na DGF de Belém refere-se a isso como um costume antiquado, mas muitas entrevistas mostram que a prática continua. Seja por força ou pressão, o casamento como resultado de gravidez é uma tendência claramente presente nos dados coletados — padrões similares são encontrados em pesquisas no México e na América Central (Population Council, 2013).

Além de ser associada a pressões da família (frequentemente para proteger a honra, ainda que nem sempre descrito exatamente nesses termos), a gravidez é descrita no contexto como “acelerando” um casamento, mesmo quando a relação é desejada.

FATORES MOTIVADORES PARA O CASAMENTO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Cinco fatores motivadores foram identificados como os estímulos mais comuns ao casamento na infância e na adolescência. Tais resultados são baseados primariamente em dados qualitativos coletados em ambos os locais de pesquisa e também, onde indicado, nas motivações percebidas para casar de acordo com o questionário aplicado em São Luís a homens e meninas não necessariamente casados.

1. *Gravidez guia decisões maritais*
2. *Decisões sobre casamento como um desejo de controlar a sexualidade das meninas e limitar comportamentos percebidos como ‘de risco’*
3. *Desejo de assegurar estabilidade financeira através do casamento*
4. *Decisão marital como expressão da agência das meninas*
5. *Decisão marital como resultado das preferências e do poder dos homens adultos, isto é, homens casam com meninas mais novas porque acham que elas são mais atraentes, o que faz com que eles se sintam “mais jovens”; homens adultos também detêm mais poder nas tomadas de decisão e são percebidos como “melhor de vida” do que homens jovens.*

MENINA CASADA: A gente conversamos muito sobre essas questões de namoro, de ter um relacionamento, mas assim, essa questão de casar logo foi porque eu engravidei, então isso só acelerou mais, adiantou esse passo na nossa vida, basicamente isso.

ENTREVISTADORA: Mas quem participou pra decidir? Só vocês dois ou teve opinião de mais alguém?

MENINA CASADA: Nós dois, a gente decidiu nossa questão pelo fato de eu tá grávida ser adolescente, uma idade bem inferior a dele.

ENTREVISTADORA: Com quantos anos você engravidou?

Menina casada: Quinze anos. E a minha mãe achou por bem a gente se casar logo, pra resolver, pra não haver esses falatórios que ia haver realmente.

| *Menina de Belém que se casou logo após sua primeira gravidez (aos 15 anos, com um homem de 20); ela tem dois filhos*

Comparando com adolescentes não casadas, as meninas grávidas que se casam ganham uma série de novas responsabilidades, nas qualidades de nova dona de casa e de mãe recente.

| DECISÕES DE CASAMENTO COMO UM DESEJO DE CONTROLAR A SEXUALIDADE DAS MENINAS E LIMITAR COMPORTAMENTOS PERCEBIDOS COMO 'DE RISCO' |

A iniciação sexual, percebida como um risco, é respondida com controle e repressão da sexualidade das meninas — frequentemente por parte de um dos pais, e frequentemente apoiada pelo homem. Ademais, diferentes participantes da pesquisa descrevem homens (antes do casamento ou solteiros) e meninas (não casadas) de forma a fortemente enfatizar uma vida de festas e diversão. A sociedade tolera parcialmente esse estilo de vida em homens casados, mas não em meninas ou mulheres casadas. A presente seção descreve tais normas como formas centrais de controle de meninas, encorajando o casamento como uma trajetória “segura”.

A percepção de riscos associados com a iniciação sexual guia decisões maritais. Em vários casos, a iniciação sexual e a perspectiva *de uma possível gravidez* (e não a gravidez em si) leva mães e avós a pressionar suas filhas e netas a se casarem. Em um caso em São Luís, um homem de 18 anos “tirou” a virgindade de uma menina de 15. Em decorrência disso, a mãe da menina fez com que se casassem, prevenindo uma gravidez. Pouco depois, a menina engravidou. De maneira similar, uma mãe em São Luís notou que sua filha estava dormindo na casa de seu namorado. A mãe temia que sua filha engravidasse e deixasse o filho aos seus cuidados, e então tomou uma medida preventiva: pressionou sua filha a casar, a fim de evitar este “fardo”. A filha então casou, aos 15 anos, com um homem que tinha 27 à época. Esses casos sublinham o significado da coabitação: uma vez que uma menina e um homem estão morando juntos, uma gravidez ou outro problema é de responsabilidade do homem casado, não mais do domicílio de origem.

Além disso, esses casos mostram como múltiplos fatores podem fundir-se e levar ao casamento. A última mãe acima citada, além da motivação inicial já descrita, descreveu a rebeldia da menina perante seu padrasto, e perante as regras que este tentava impor, como contribuindo em seu desejo de deixar a casa dos pais. Aqui, é claro que a decisão marital resultou de um misto de motivações: “salvar” a mãe de carregar o fardo de uma gravidez; o desejo da menina de deixar o domicílio de origem; e ser cortejada gradualmente pelo namorado até que fosse morar com ele.

A importância atribuída à virgindade como representativa do valor de uma menina é proeminente na pesquisa. Uma avó em Belém, que disse que sua neta “fugiu” com um homem por volta da época em que engravidou (aos 14 anos), duas vezes usou uma expressão sobre uma garota perder a virgindade que conota perda de valor: “não ser mais nada”. A importância da virgindade é ligada à inexperiência de uma menina na vida e em relações amorosas, comparada com a experiência dos homens com quem fazem sexo e casam-se (e tal inexperiência pode representar potenciais riscos para a menina em termos de sua saúde e segurança sexuais e reprodutivas).

Quando perguntados se a virgindade era importante para eles, a maioria dos homens disse que isso não era relevante ao escolher uma menina para casar (apenas uns poucos disseram que sim, era importante). Ainda assim, muitos preferiam uma virgem. Um homem casado disse que a virgindade tornou mais fácil saber que a mulher com quem ele agora é casado não viria a se envolver com um homem de seu passado, associando assim virgindade e lealdade:

É, a virgindade é importante, às vezes a pessoa conhece uma pessoa e tal, e ela já passou por vários homens. Sempre aquele pensamento vem e tal, que ela já teve outras pessoas na vida dela e tal. E se tem algum telefonema, aí já vai pensar que é aquele fulano que tu namorava, acho que a virgindade é importante por isso, aí não vai ter essas desconfianças.

| *Homem casado de Belém que se casou recentemente, aos 27 anos, com uma menina de 17, que está grávida (ele atribui a gravidez a seu próprio “planejamento”)*

| DESEJO DE ASSEGURAR ESTABILIDADE FINANCEIRA ATRAVÉS DO CASAMENTO |

Quando perguntados acerca das motivações que levam meninas em duas faixas etárias (13 a 14, e 15 a 18 anos) a casarem, a maioria dos homens e meninas que responderam ao questionário em São Luís disseram que garotas casam-se por razões econômicas (ou seja, para ter alguém para sustentá-las ou “dar presentes a elas”). A pesquisa qualitativa sugere que homens veem tais motivações econômicas como exploração da parte das meninas, excluindo-se diversos maridos que disseram que desejam ajudar as garotas que são suas companheiras, dadas as dificuldades financeiras em seus lares de origem.

COMPARAÇÃO ENTRE CASAMENTO E ALTERNATIVAS “DE RISCO”

Uma constatação fundamental desta pesquisa é que meninas, homens e familiares, todos enquadram a vida de casado e a de solteiro em uma dicotomia: uma vida de responsabilidades (associada ao casamento) e seu oposto, uma vida “louca” / “solta” / de festas / sexo casual / falta de responsabilidade (associada à vida de solteiro). Na pesquisa, o risco associado ao segundo extremo dessa dicotomia é claramente mais alto para as mulheres, afetando suas chances de casar e de ser respeitada pela comunidade. Para homens, entretanto, ser solteiro é percebido como aceitável e até mesmo encorajado até ele desejar “mostrar responsabilidade” – tipicamente quando pretende impressionar a família de uma menina. Em tal contexto, o casamento representa uma transição de sua vida de festas, ou um meio de evitá-la. Um homem num grupo focal em Belém considera que essa transição se deu com a menina que ele casou:

Olha, quando eu conheci a minha [atual esposa], ela tinha 13 anos e ela cheirava cola [um inalante popular de baixo custo]. [...] Tirei ela da rua e ela se transformou numa mulher.

Quase todos os homens e muitas meninas descreviam a transição de uma vida de “*só besteira e festa*” para a *responsabilidade*, uma vez num casamento. Nas palavras de uma menina que se casou, aos 15 anos, com um homem de 22, em São Luís:

ENTREVISTADORA: Como é que tu acha que seria tua vida se tu não tivesse casado, como é que hoje estaria tua vida?

ENTREVISTADA: Olha, eu acho que era uma... Verdade mesmo, que eu ia ser uma “safadona”!

ENTREVISTADORA: Por que?

ENTREVISTADA: Porque essas meninas... Sabe como é essas meninas de hoje. Aí ia puxar pra fazer com um, no outro dia fazer como outro, fazer relação com outro, aí já ia puxar pra droga; ia ser uma ‘da vida’.

ENTREVISTADORA: Tu acha que tu ia acabar caindo nesse mundo de droga?

ENTREVISTADA: Eu acho!

Note-se que, de forma consistente com a teoria das normas sociais, os resultados desta pesquisa de campo sugerem que meninas e homens podem escolher o casamento para evitar serem julgados como irresponsáveis por terceiros. Curiosamente, um comportamento sexual “desviante” é associado com o uso de drogas e apresentado como a alternativa ao casamento.

A tabela 10 mostra diferenças de opinião entre homens adultos e meninas que responderam ao questionário, no tocante às diversas motivações para casar entre garotas de diferentes faixas etárias. A tabela também mostra que meninas dão motivos mais variados e sobrepostos do que homens, acerca das distintas faixas etárias.

Meninas têm dependência econômica (sub-reconhecida) dos homens. Entre os casais participando da pesquisa qualitativa, todos os homens casados trabalham, alguns estão desempregados, e alguns não relatam sua situação empregatícia. Nenhuma menina casada está envolvida em trabalho pago fora de casa, com a exceção de uma, que ajuda sua avó a vender comida.

A dependência econômica de meninas casadas contrasta com a constatação de que, em entrevistas qualitativas, meninas e homens casados, bem como familiares, quase nunca citam diretamente razões financeiras como a principal motivação para o casamento. No máximo, citam os benefícios trazidos pelos homens – como ter um carro, em um dos casos. Outros homens de ambos os locais de pesquisa dizem que sustentam a menina, mas não citam isso como razão para o casamento (mesmo quando a menina teve muitas dificuldades financeiras em sua criação). De maneira similar aos resultados dos questionários quantitativos, quando perguntados sobre o que uma menina procura num homem, uma resposta comum em diversas entrevistas qualitativas é que meninas gostam de homens que podem comprar coisas para elas. Poucas meninas mencionam deixar seus lares devido às condições financeiras precárias de seu domicílio, esperando encontrar mais segurança financeira através do casamento.

Dois fatores podem explicar a subnotificação de motivações financeiras em decisões maritais, apesar do fato de todos os participantes da pesquisa viverem em comunidades de baixa renda. Em primeiro lugar, é socialmente desvantajoso para parentes ou para o casal admitir um casamento por razões socioeconômicas (apesar das condições financeiras precárias aparecerem consistentemente em muitas entrevistas). Em segundo lugar, muitas meninas casam-se com homens que não têm condições melhores (por exemplo, homens com vinte e poucos anos que trabalham há pouco tempo, homens em condições de trabalho inseguras, ou homens desempregados).

A pesquisa sugere que o casamento de uma menina com um homem muito mais velho é associado com condições financeiras precárias da família da garota (futuras pesquisas poderiam explorar diferenças de idade matrimonial, posto que esses resultados não permitem generalizações). Isso, por sua vez, reforça a motivação de uma menina em casar com um homem mais velho, capaz de fornecer apoio financeiro a ela e de aliviar sua família de mais uma “boca para comer”. A tendência de meninas se casarem por motivos financeiros repete-se na DGF de Belém e em entrevistas conduzidas em ambos os locais de pesquisa.

A troca de uma menina por dinheiro não surgiu nas entrevistas, apesar da revisão da mídia ter mostrado anedotas de transações matrimoniais, como uma garota trocada por uma vaca na cidade de Aracaju.

TABELA 10 | PERCEPÇÕES ACERCA DE MOTIVAÇÕES PARA CASAR DE MENINAS DE 13 A 18 ANOS

DE ACORDO COM HOMENS (N=145) E MENINAS (N=150); PORCENTAGENS OBTIDAS ARREDONDADAS PARA CIMA

	HOMENS		MENINAS	
	13 E 14 ANOS	15 A 18 ANOS	13 E 14 ANOS	15 A 18 ANOS

AS MENINAS DE 13 A 18 ANOS CASAM PORQUE...

QUEREM TER ALGUÉM QUE POSSA SUSTENTÁ-LA	60	65	57	72
QUEREM TER ALGUÉM QUE POSSA DAR PRESENTES PARA ELA	55	58	55	62
QUEREM SAIR DA CASA DOS PAIS PARA TER MAIS INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE	40	52	51	74
QUEREM SAIR DA CASA DOS PAIS PARA PARAR DE TER CONFLITOS EM CASA	48	54	52	70
QUEREM SAIR DA CASA DOS PAIS PARA PARAR DE PESAR NO ORÇAMENTO DA CASA	17	23	25	43
QUEREM SAIR DA CASA DOS PAIS PARA NÃO CUIDAR MAIS DA CASA OU DOS IRMÃOS	31	37	35	47
QUEREM TER ALGUÉM PARA DAR PROTEÇÃO A ELA	42	46	43	53
ACHAM QUE OS HOMENS MAIS VELHOS SÃO MAIS BONITOS E INTERESSANTES, ALÉM DE TEREM BOM PAPO E SEREM MAIS CARINHOSOS E RESPONSÁVEIS	39	39	51	71
ACHAM QUE OS HOMENS MAIS VELHOS SÃO MAIS RESPEITOSOS COM ELA	41	46	43	63
ACHAM QUE CASAR COM UM HOMEM MAIS VELHO FAZ A MENINA SE SENTIR MAIS MULHER	36	46	42	57

| DECISÃO MARITAL COMO EXPRESSÃO DA AGÊNCIA DAS MENINAS |

Meninas podem exercer mais agência em relação às suas decisões de casar e coabitar do que é geralmente reconhecido. Tal tipo de agência – possivelmente num contexto de oportunidades limitadas – nitidamente contrasta com as imagens estereotípicas de casamento infantil. Abre a possibilidade de que meninas não necessariamente sejam vítimas passivas em casamentos infantis. O papel das meninas em iniciar o casamento, entretanto, aparece em menor grau na pesquisa, se comparado a meninas que afirmam que desejam casar apenas depois da família ou do homem pressionarem ou defenderem o casamento.

Entrevistas qualitativas ressaltam diversas razões pelas quais as meninas desejam deixar sua casa de origem e entrar em uniões com homens. Meninas enfatizam a mobilidade restrita, o controle de suas relações e sexualidade (por exemplo, repressão por parte dos pais da sexualidade das meninas após sua iniciação sexual) como fatores-chave em suas decisões maritais. Sair da casa dos pais também pode ser entendido como uma expressão da própria agência de uma menina, mas a decisão é amiúde feita em paralelo com o encorajamento, por parte do homem, de que ela vá morar com ele. Nesses casos, os membros da família da menina percebem as ações dela como um ato de rebelião. Outra constatação é que a minoria das meninas (três) deixaram o lar onde cresceram por conta de maus-tratos ou abuso (sexual ou outros) de um membro de sua família. Dadas as dificuldades em revelar abusos, o número pode ser muito maior. O seguinte caso de uma menina de Belém mostra as contradições que acompanham o exercício de sua agência: ela não gostava de seu futuro marido a princípio, mas seu desejo de deixar sua casa era maior, de modo que ela foi morar com o homem e terminou por gostar dele.

Por que eu tava entrando na minha adolescência, eu queria sair, eu queria curtir, queria andar [...] Eu me relacionei com ele, namorei com ele três meses, ele me convidou pra morar na casa dele, aí eu fui pra casa dele. Não gostava muito dele, eu só fui mesmo pelo fato do meu padrasto, aí na convivência nossa ele me fez aprender a gostar dele, e hoje eu sou louca por ele (risos).

| *Menina de Belém que casou-se aos 12 anos com um homem de 19 (ela refere-se a seu padrasto maltratando-a, mas não é claro de que forma); ela tinha 16 anos na época da entrevista, e estava grávida*

O questionário de São Luís com homens e meninas (não necessariamente casados), de maneira similar, retrata percepções de que meninas casam para sair do domicílio de origem, seja para “fugir de conflitos na casa da família”, seja para “ganhar independência e liberdade”.²⁸



28. Ver Tabela 10, “Percepções acerca de motivações para casar de meninas de 13 a 18 anos”.

Em geral, homens casados e membros da família não expressam explicitamente a ideia de que meninas precisam casar para melhorar seu *status* social antes de se tornarem “velhas demais”, isto é, antes que os encantos de sua juventude esmaçam aos olhos dos homens. Elas frequentemente usam o termo “arranjar”, porém, ao falar sobre casamento ou sobre ter filhos. O uso de tal termo implicitamente descreve o casamento e ter filhos como maneiras de adquirir *status* (especialmente para meninas), o que corrobora resultados desta e outras pesquisas conduzidas no Brasil.

Seria importante explorar as nuances da agência das meninas no Brasil e em outros países da América Latina. A presente pesquisa sublinha em particular a necessidade de compreender a agência em relação às pressões e influências em meio a alternativas e escolhas limitadas.

| DECISÃO MARITAL COMO RESULTADO DAS PREFERÊNCIAS E DO PODER DOS HOMENS |

Homens preferem, e, portanto, casam-se com meninas mais novas. Percepções sobre motivações dos homens para casarem com meninas aparecem nos questionários de São Luís. Tanto homens quanto meninas (não necessariamente casados) responderam mais frequentemente que *homens querem casar com meninas mais novas porque elas são mais bonitas, e para sentirem-se mais novos*. É digno de nota que tais resultados reverberam a pesquisa sobre exploração sexual comercial conduzida pelo Promundo em quatro cidades brasileiras, que também constatou que quase a metade dos homens que tiveram relações sexuais com meninas na faixa etária entre 12 e 17 anos dizem que envolvem-se em atos desse tipo por ser uma *maneira de sentirem-se mais jovens* (Segundo et al., 2012). No mesmo estudo, homens e mulheres também *condenam sexo transacional com o subconjunto mais jovem*, isto é, entre 12 e 14 anos, da mesma forma que a presente pesquisa constata uma menor “tolerância” aos casamentos envolvendo meninas na faixa etária mais jovem. DGFs com homens no presente estudo mostram que homens consistentemente distinguem entre mulheres com quem fazem sexo casual e aquelas com as quais se casam ou moram.

TABELA 11 | MOTIVAÇÕES PARA HOMENS DE 24 ANOS OU MAIS PARA CASAREM COM MENINAS DE 13 A 18 ANOS

DE ACORDO COM HOMENS (N=145) E MENINAS (N=150); PORCENTAGENS OBTIDAS ARREDONDADAS PARA CIMA

	HOMENS		MENINAS	
	13 E 14 ANOS	15 A 18 ANOS	13 E 14 ANOS	15 A 18 ANOS

HOMENS CASAM COM MENINAS PORQUE...

ACHAM QUE MENINAS DE [] ANOS SÃO MAIS BONITAS.	71	81	76	83
CASAM COM UMA MENINA DE [] ANOS PARA SE SENTIREM MAIS JOVEM.	57	64	61	77
QUEREM UMA MENINA PRA QUEM ELE POSSA ENSINAR AS COISAS	37	43	49	53
QUEREM ALGUÉM QUE ELE POSSA CUIDAR	34	39	42	50
ACHAM QUE MENINAS DE [] ANOS SÃO MELHORES PRA TER FILHOS	25	37	29	49
QUEREM QUE UMA MENINA DE [] ANOS CUIDE DA SAÚDE DELE NO FUTURO, QUANDO ELE PRECISAR	17	21	37	55
QUEREM QUE A MENINA DE [] ANOS VÁ TRABALHAR FORA E AJUDAR NO ORÇAMENTO DA CASA	15	24	23	52
ACHAM QUE MENINAS DE [] ANOS RESPEITAM MAIS OS HOMENS	15	23	24	47

Resultados de homens que responderam aos questionários em São Luís sugerem que diversos fatores adicionais parecem ter maior influência nas crenças dos homens a respeito de sexualidade e relacionamentos.²⁹ A *duração da relação atual do homem* influencia em suas percepções. Todos os homens que estão em sua atual relação há menos de um ano acreditam que meninas de 13 a 14 anos casam com homens mais velhos porque elas acreditam que eles são mais atraentes, interessantes, atenciosos e responsáveis. Três quartos dos homens atualmente em uma relação de mais de 10 anos responderam negativamente à mesma questão ($p=0.002$). A seguir, *idade*: apenas um quarto dos homens de 25 a 29 anos acreditam que meninas de 15 a 18 anos não são capazes de decidir com quem elas têm relações sexuais ($p=0.015$). Em contraste, cerca de dois terços dos homens de 40 a 49 anos têm a mesma percepção. Finalmente — e como foi discutido nas seções correspondentes deste relatório —, níveis mais altos de *educação* e a declaração de não ter *religião* também influenciam a rejeição masculina por casamentos na infância e na adolescência.

Diversos resultados da pesquisa qualitativa complementam tal compreensão das preferências de homens casados por meninas mais jovens. Por um lado, muitos homens (não necessariamente casados) que participaram das DGFs em ambos os locais de pesquisa notam a “falta de experiência” enquanto donas de casa das meninas mais novas como uma desvantagem para o casamento, em comparação com a experiência de mulheres adultas. Por outro lado, a maioria dos homens casados e das meninas entrevistadas acham que homens adultos são atraídos pelo casamento com meninas jovens porque eles gostam mais da aparência delas, e porque elas são “educáveis” ou “maleáveis”. Conforme descrito por homens da DGF de São Luís, no caso de uma separação, a menina “leva com ela” o que aprendeu no casamento (como cuidar da casa), por exemplo ao voltar para sua antiga vida com a família. Essas atitudes demonstram a relevância da educação em experiências concretas de casamento na desconstrução de tais justificativas.

O maior poder dos homens sobre as meninas frequentemente determina a decisão marital. Ainda que diversos fatores contribuam para o casamento infantil, nossos resultados demonstram que o desejo masculino de casar é o mais provável fator decisivo na decisão marital — tendo mais peso não apenas do que as preferências da menina, mas também do que as de seus pais e de outros membros da família.

O maior poder dos homens sobre as meninas começa com a “insistência” deles durante a corte (por exemplo, para acelerar a relação), e continua ao longo das decisões maritais.



29. Os dados aqui apresentados são os de maior significância estatística ($p=0.02$), considerando o tamanho limitado da amostra.

ENTREVISTADORA: mas assim, como foi quando vocês se conheceram, como foi e tal, quantos anos?

MENINA CASADA: foi na rua de casa, ele me viu... Ele falou pra mim que me via na janela de casa, e falava que eu era bonita, que queria ficar comigo, então ele mandava recado pra mim, e mesmo eu não queria ficar com ele, mas aí ele ficou insistindo e depois aí eu fiquei com ele...

| *Menina que se casou aos 16 anos, com um homem de 21*

Mesmo em casos em que os parentes da menina são contra a relação, por ela ser jovem demais, as evidências indicam que eles acabam seguindo o homem e aceitando a situação. A respeito disso, é importante lembrar a norma que emerge claramente por todo o trabalho de campo: “ninguém deve se meter nos assuntos de um casal”.

Um homem em Belém, que se casou dois anos antes da entrevista, aos 25 anos, com uma menina de 15, descreve como ele “alertou” à garota com quem ele saía que eles deveriam morar juntos. Como já foi dito, a motivação para casar é afetada por diversos motivos, mas esse caso novamente demonstra que os homens possuem influência definitiva na escolha pela união. A decisão dele foi ao fim aceita pela família da menina, mesmo que eles inicialmente não quisessem que ela saísse de casa.

ENTREVISTADOR: Foi uma decisão tua então? Ela queria já morar junto contigo ou não?

HOMEM CASADO: Não, ela não pretendia assim desse modo, aí fui alertando ela — ó to construindo ali um terreninho pra mim e a gente vai pra lá. [...]

ENTREVISTADOR: Você teve que pedir autorização pra família? E os pais levaram numa boa?

HOMEM CASADO: Não, num levaram numa boa não (risos).

ENTREVISTADOR: Não queriam que ela saísse de casa?

HOMEM CASADO: Não, não queriam mesmo.

Digno de atenção é que a opinião da menina não é um fator levado em conta na descrição que esse homem faz de sua decisão marital; pelo contrário, a descrição é centrada em suas preferências e em “conquistar” a família dela.

ENTREVISTADOR: E como é que tu conseguiu?

HOMEM CASADO: Não, até por eles veem né, eu não bebo, não fumo, não uso droga, não roubo, dificilmente quando é necessário eu dou uma mentira. [Eu disse aos pais dela]: “era pra tá junto da sua filha mas, sabe que eu sou um homem trabalhador que eu não gosto de palhaçada, eu sou um homem sério e tanto que eu tô tentando lhe mostrar isso. Porque, se fosse um vagabundo, tinha metido um filho na sua filha e ia embora, e fim de papo. Hoje em dia é assim. E elas [as meninas] só gostam de vagabundo [...]. Aí eu mostrei pra eles isso: “ó eu quero um negócio sério com a sua filha”.

Um “padrão baixo” é exigido para que um marido seja considerado adequado: quase todos os grupos descrevem o critério mínimo como sendo um homem que tenha um emprego (o que nem todos os homens nesta pesquisa têm) e que não seja um “bandido”. O poder dos homens é, portanto, um fator mais significativo do que a opinião das meninas, e do que as qualidades dos

maridos. Aspirações e expectativas sobre possíveis cônjuges são notavelmente distintos e desiguais nas tomadas de decisão sobre casamento.

Percepções de homens mais jovens como “vagabundos” e de homens mais velhos como provedores estimula uniões entre meninas e homens adultos. Homens jovens — da adolescência aos vinte e poucos anos — constituem o grupo demográfico mais consistentemente descrito em termos negativos por meninas, por homens adultos (principalmente aqueles com quase 30 anos, ou mais), e por membros das famílias. São descritos negativamente especialmente em termos de seu baixo apelo enquanto maridos potenciais. Homens nessa faixa etária são sistematicamente referidos como irresponsáveis, como vagabundos inúteis que só querem se divertir e fazer brincadeiras. Tais percepções sobre rapazes reforçam a aceitação do casamento de meninas com homens mais velhos, vistos como mais sérios, responsáveis e com mais chances de ter empregos estáveis e dinheiro.

Homens em ambos os locais de pesquisa concordam que, para que um homem seja “bom pra casar”, ele deve ganhar dinheiro suficiente para sustentar a família. Ao mesmo tempo, alguns homens consideram oportunismo por parte das meninas seus desejos de casar por motivos financeiros (como no caso de uma DGF em Belém).

- No meu caso aqui, geralmente, as meninas, elas só falavam assim, que queriam os homens mais velhos por causa do motivo que os homens mais velhos terem mais responsabilidade. Aqui os meninos não querem ter responsabilidade, só brincadeira, é negócio de ficar, aí fica aquela brincadeira. E no caso que elas [meninas / mulheres] dizem, também os meninos mais novos querem ser muito “gabola” [contar vantagem].
- É, eu acho que tá um pouco dividido aí, né, porque tem muitas [meninas] que só querem mesmo isso, né, se divertir, aproveitar a vida, e tem aquelas outras que preferem umas pessoas mais velhas, de mais idade, já no aspecto financeiro, né, hoje ele trabalha, ele é mais maduro, já pode me dar isso, me dar aquilo, pode me dar roupa, então [...].

De forma semelhante, um homem casado em Belém descreve como crescer e tornar-se um homem responsável (e não mais um “menininho de brincadeira”) habilita-o a casar. Demonstrar à sociedade que se tornou responsável também reforça sua decisão de casar.

ENTREVISTADOR: E no teu caso assim, o que te fez decidir morar junto com uma mulher mais nova?

HOMEM CASADO: Também pelo meio social. A pessoa vê que rapidinho de menino já passou pra homem, não e mais aquele menininho da brincadeira e tal, leva as coisas mais serias, ter sua própria casa ter seu trabalho, ser visto na sociedade como uma pessoa padrão, uma pessoa responsável.

ENTREVISTADOR: Mas tu procuraste morar com uma mulher mais nova pra mudar nas pessoas o jeito que as pessoas te viam?

HOMEM CASADO: Mas ou menos a relação entendeu? Pra relação, mostrar que é a pessoa imatura cresceu né?

Por vezes, homens mais novos também são vistos como menos aptos a “ensinar” e “cuidar” das meninas. Ao falar sobre perder a virgindade, meninas em uma DGF em São Luís disseram que homens mais velhos poderiam ser mais delicados do que os mais novos, vistos como imprudentes: “[um homem mais velho] trata com um carinho mais especial, que sendo um menino mais novo”.

Apesar de muitas motivações influenciarem o casamento – da gravidez e percepção de risco por parte dos pais a motivações financeiras e agência das meninas — no fim das contas, homens têm um nível de poder mais significativo em determinar as decisões relacionadas ao casamento.

PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS COMPLEMENTARES EM CASAMENTOS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Três influências complementares afetam as motivações descritas acima: o papel da religião, a mídia, e a insegurança urbana nos locais de pesquisa. Cada fator molda normas sociais subjacentes ao casamento e demonstram a diversidade de estímulos que levam ao casamento.

| O PAPEL DA RELIGIÃO |

Apesar desta pesquisa inicialmente não focar em religião, o papel de tal dimensão surgiu diversas vezes na pesquisa qualitativa, ao ponto de tornar-se um tema importante. Resultados demonstram que a religião influencia consideravelmente as atitudes e normas de gênero antes, durante e depois de casamentos infantis no Brasil. Os participantes da pesquisa pertencem a diversas denominações evangélicas / protestantes e católicas.³⁰ Denominações religiosas declaradas neste estudo não ditam explicitamente práticas acerca do casamento infantil, mas crenças a elas associadas sustentam normas tradicionais de gênero que permitem o casamento infantil. Tais crenças influenciam decisões relacionadas à virgindade, à gravidez, ao aborto e, especialmente, aos papéis de gênero que justificam adentrar num casamento. Uma menina de Belém que se casou, aos 14, com um homem de 20 anos, disse:

[...] eu sou evangélica. Na igreja eles ensinam muito essa questão que o homem tem que ser cabeça da família, ele tem que tomar as decisões mais importantes, sempre com ajuda da mulher.

Religião também surgiu como um fator significativo entre homens que responderam o questionário na pesquisa quantitativa em São Luís. Entre os homens que declararam *não ter religião*, a vasta maioria não acha que uma garota entre os 15 e os 18 anos deveria se casar (90 por cento).



30. Religiões afro-brasileiras também são praticadas nas regiões estudadas (especialmente no nordeste, onde fica o Maranhão), mas não foram declaradas neste estudo.

Homens que declararam ter religião (por exemplo alguma denominação católica ou evangélica) tendem a se opor menos aos casamentos de meninas nessa faixa etária ($p=0,009$).

Além disso, crenças religiosas citadas pelos participantes sustentam normas tradicionais de gênero, favorecem o patriarcado e restringem a sexualidade e mobilidade femininas. A igreja é um dos poucos locais que os homens permitem que as meninas com quem casaram frequentem. Esse é frequentemente o caso com casais que declaram pertencer a uma denominação religiosa. Tanto para homens quanto para meninas casados, a igreja simboliza uma instituição social “aceitável”, um sinônimo de “estabelecer-se” por oposição a um estilo de vida de festas / irresponsável, tão frequentemente contrastado ao casamento. Especialmente membros da família, mas também homens casados e meninas por vezes fazem referência a Deus como sendo responsável pelos acontecimentos da vida, incluindo aqueles relacionados a trabalho, gravidez e casamento.

São necessárias mais pesquisas acerca do papel do cristianismo e de outras religiões em contextos Latino-Americanos e Africanos, onde tanto o casamento infantil quanto a religião são predominantes. O casamento infantil é frequentemente – e erroneamente – associado apenas ao islamismo.

| O PAPEL DA MÍDIA: ‘TUDO FALANDO DE NOVINHA’ |

De acordo com os homens que participaram de uma das DGFs em São Luís, a música cumpre um papel em promover a preferência de homens por meninas mais novas:

É verdade, e não só os homens, assim, querendo... Como a própria música já incentiva os homens, que hoje em dia as músicas mais falando de novinha, tipo incentivando os homens a ter relação assim com mulher mais nova. É música sertaneja, é funk, tudo falando de novinha.

O funk é particularmente conhecido por suas letras sexistas, que objetificam jovens mulheres e meninas — incluindo, como o homem de São Luís descreveu, a popularização da ideia de estar com uma menina jovem. Em muitas favelas por todo o Brasil, bailes funk são espaços culturais populares entre a comunidade. Entretanto, outra pesquisa do Promundo já mostrou que as canções, os traficantes de drogas (muitas vezes organizadores das festas) e outros rapazes que escutam tais músicas modelam comportamentos que sexualizam e objetificam fortemente as mulheres, além de retratarem o tratamento violento para com as mesmas (por exemplo, ser um traficante homem é associado com a norma de ter uma esposa principal e simultaneamente fazer sexo casual com muitas outras mulheres).

Além da música, a televisão é também citada pelos respondentes como popularizando a preferência de homens por meninas mais novas. Por exemplo, a resposta de uma avó de uma garota que se casou aos 13, em Belém, é consistente com a repetida constatação de que meninas “compram” discursos masculinos mais do que mulheres adultas o fariam. Ela acha que a televisão, particularmente as *novelas*, promovem normas de gênero que encorajam os homens a relacionarem-se com meninas:

Eles [os homens] querem *ficar* com essas meninas mais novas porque elas são mais fácil do que as adultas. Porque a adulta não vai cair na lábia deles, e as meninas novinhas assim, acham que aquilo é certo. O sexo, por causa da televisão, porque que vê dizendo “fiquei”, “a fulana ficou”, e elas acham que aquilo é verdade, aquilo que passa na novela.

| CASAMENTO COMO “PROTEÇÃO” EM MEIO À INSEGURANÇA URBANA |

A exposição à violência urbana – maior nas comunidades de baixa renda nas quais esta pesquisa foi realizada do que em outras partes das mesmas cidades — não é citada explicitamente como um motivo para o casamento, mas surgiu como preocupação crucial ao longo do estudo. A percepção dos respondentes dos riscos que as meninas encaram ao saírem de casa podem ser interpretadas como uma combinação das “ameaças” de perda da virgindade e de gravidez com os riscos relacionados à violência urbana. Assim, a insegurança urbana reforça a lógica de meninas entrarem numa relação como um modo de “protegê-las” para que não fiquem sozinhas (sozinhas de modo geral além de sozinhas na rua).

A presença de quadrilhas de traficantes armados é particularmente forte nas comunidades de São Luís onde a pesquisa foi conduzida, afetando inclusive locais e espaços nos quais poderiam estar presentes participantes e pesquisadores. A mobilidade limitada, devido à residência em uma área dominada por uma facção criminosa, torna-se duplamente restritiva para meninas quando combinada com o casamento, que elas tão frequentemente caracterizam como limitando seus movimentos. A equipe de pesquisadores notou que alguns participantes talvez estejam envolvidos com o tráfico, além de terem testemunhado a distribuição de drogas durante a coleta dos dados. Pesquisadores de campo e participantes da DGF com a rede de proteção de crianças e adolescentes descrevem as “meninas dos traficantes” como aquelas que possuem as melhores roupas de marca, maquiagens e tatuagens de rosa. Pesquisadores notaram que o ímpeto de uma garota de São Luís em se casar formalmente devia-se à necessidade de documentos apropriados para visitar seu marido na cadeia.

Uma estratégia relacionada de proteção em meio à violência urbana é o casamento com um traficante de drogas. Esse tipo de união não foi declarado nesta pesquisa de campo, mas apareceu em outra pesquisa do Promundo. No caso da maioria dos casamentos com crianças e adolescentes identificados no presente estudo, a atração por um homem como “provedor”, com dinheiro (frequentemente mais velho), parece ser mais associada a um emprego formal e estabilidade. Porém, em casos de outras pesquisas do Promundo, a atração pelo *status*, dinheiro e proteção (condicional) fornecidos por um traficante também demonstrou ter apelo.³¹



31. Uma pesquisa realizada em áreas afetadas por forte violência de gangues na América Central tem mostrado que meninas por vezes casam com membros de gangues em troca de “proteção” fornecida à sua família – mas tal proteção tem um custo. Similarmente, uma pesquisa do Promundo no Rio de Janeiro mostrou que casamentos de jovens mulheres com traficantes de drogas representam riscos para elas. O casamento é amiúde compreendido como um arranjo no qual o traficante tem uma esposa principal e fica com muitas outras mulheres que pode “obter” por causa de seu status. Ele pode usar violência contra sua esposa para reforçar seu poder, restringir sua mobilidade para que outros homens não a “roubem”, e expô-la a outros riscos.

PERSPECTIVAS DA REDE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MOTIVAÇÕES MARITAIS

Profissionais entrevistados da rede de proteção de crianças e adolescentes nem sempre percebem o casamento infantil como um “problema”. Porém, atribuem à prática três causas principais. Em primeiro lugar, tais profissionais notam a *precariedade e vulnerabilidade das comunidades* onde a prática se dá, caracterizada por baixos níveis de escolaridade, infraestrutura deficiente, fraca presença do Estado e de aplicação de políticas públicas, violência urbana, difusão do tráfico de drogas, além de oportunidades limitadas para meninas.

Em segundo lugar, os profissionais acreditam que adolescentes querem sair da casa dos pais, começar a namorar e ir a festas em parte por causa do “turbilhão” emocional e hormonal sentido durante a adolescência, mas também como uma *fuga* e como um modo de tolerar as condições difíceis em que vivem. Tais profissionais acreditam que a gravidez e o casamento precoces são por vezes resultado dessas dinâmicas, sendo assim uma expressão da agência das meninas (ainda que num contexto de oportunidades limitadas).

A terceira causa de casamento infantil mais frequentemente citada pela rede de proteção de crianças e adolescentes é *fragilidade das estruturas familiares*, incluindo a incapacidade das famílias de proporcionar oportunidades às crianças. De acordo com essa perspectiva, estruturas familiares frágeis frequentemente levam meninas a buscar estabilidade e segurança fora de casa, o casamento aparecendo como uma das alternativas mais viáveis. A rede de proteção de crianças e adolescentes amiúde descreve as famílias como problemáticas, por vezes abusivas. Descreve-as como corroborando experiências sexuais “prematuras” e como incapazes de fornecer às garotas orientação e de encorajá-las a traçarem planos de vida. Além de apontarem a fragilidade das estruturas familiares, profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes também citam a aprovação da família como um fator determinante para que um casamento ocorra.

Alguns profissionais descrevem o casamento como uma transação relacionada a múltiplas formas de segurança. Como explicou um assistente social de um centro de referência de atendimento à mulher especializado em violência doméstica, em Belém:

Eu acho que é a questão da segurança, né. Existe uma troca: uma busca a segurança, o outro busca a juventude, né. O homem busca a juventude; a menina, a mulher, busca a segurança. Mas isso não dá certo.

Ligações entre exploração sexual e casamento infantil apareceram diversas vezes entre os resultados, e são reconhecidas pela rede de proteção de crianças e adolescentes. Muitos profissionais em São Luís reconhecem que há exploração sexual na área de Itaqui-Bacanga. Casos de exploração são por vezes relatados, porém, há falhas de investigação e acompanhamento. Além da debilidade

do sistema jurídico em reconhecer e tratar da exploração sexual (o que inclui a tendência de “esquivar-se das responsabilidades”), mesmo os conselheiros tutelares referem-se à exploração como “prostituição infantil”, o que demonstra falta de consciência acerca da questão enquanto uma forma de exploração de menores.

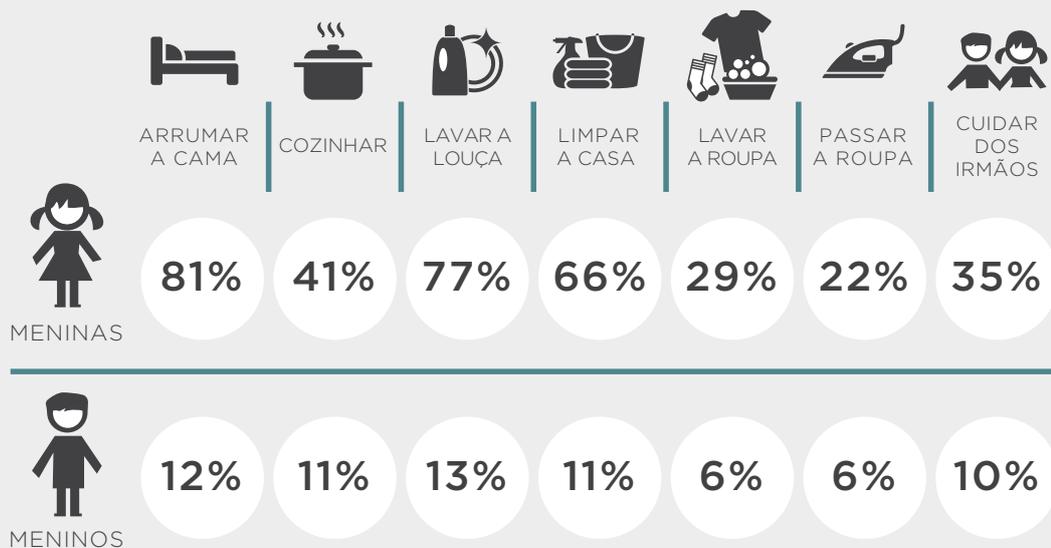
Profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes ocasionalmente descrevem casamentos como transitórios: casais moram juntos mas depois, por vezes, as meninas retornam para a casa dos pais, continuando seu ciclo de relações informais com outros homens. Alguns indivíduos da rede de proteção de crianças e adolescentes acreditam que quando há um filho envolvido, o casal pode querer formalizar a união a fim de oferecer maior estabilidade à criança. Muitos parentes também encorajam (ou mesmo exigem) que meninas grávidas casem-se, e ao mesmo tempo lamentam a frequência com que garotas são abandonadas para criar os filhos como mães solteiras. Essa é uma situação que meninas e membros da família desejam evitar, e é outro fator que sustenta a prática de casamento infantil, mesmo quando as meninas não querem casar.

IMPACTOS E MUDANÇAS DURANTE E DEPOIS DO CASAMENTO

Apenas a pesquisa qualitativa inclui entrevistas com meninas e homens casados e com membros das famílias das meninas casadas, de modo que os resultados acerca das consequências do casamento infantil provêm desta pesquisa apenas, e devem ser considerados no contexto de uma amostra de tamanho reduzido. De qualquer forma, tais resultados revelam uma série de tendências relacionadas à socialização de meninos e meninas, à educação, à saúde, à mobilidade e à violência entre cônjuges.

QUEM FAZ O QUÊ EM CASA?

DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE MENINOS E MENINAS NO BRASIL



Pesquisas e a mídia brasileira estão começando a documentar as formas desiguais como meninas são criadas e socializadas. Em 2012, a Plan Internacional coletou dados acerca de meninas em 21 cidades brasileiras (incluindo São Luís) que demonstram que meninas relatam fazer muito mais trabalhos domésticos do que meninos, incluindo tarefas de todos os tipos (Plan Brasil, 2014). O maior tempo que as meninas gastam nas tarefas e aprendendo a tomar conta da casa, enquanto os meninos estão na rua brincando e socializando, diminui o tempo delas em desenvolver suas aspirações (por exemplo emprego e educação).

Dados coletados no presente estudo reverberam tais resultados. Neste contexto, a transição das meninas da infância para a vida adulta é “acelerada” (coincidindo de fato com a puberdade), e fortemente marcada por normas tradicionais de gênero que exigem que as garotas dediquem seu tempo ao cuidado de crianças e às tarefas domésticas. De acordo com um informante-chave, um acadêmico de Belém, o fato de que as meninas já são vistas, desde a mais tenra idade, como “comportando-se como mulheres”, ao assumirem tarefas e cuidarem de crianças, torna o casamento infantil mais aceito socialmente. Manter as meninas dentro de casa é algo relacionado a um desejo, por parte dos pais, de proteção num contexto de violência urbana, paralelo à percepção de que meninas que passam muito tempo na rua (mais do que o necessário para ir à escola ou resolver pequenas tarefas afazeres para a família) são “soltas” e/ou malcuidadas pelos pais.

Quando as mães de meninas casadas fazem a maior parte do trabalho doméstico (ou continuam a fazê-lo, nos poucos casos em que o casal coabita no domicílio de origem da garota), tanto mães quanto homens casados dizem que as meninas têm a “vida mansa”. Em tais casos, os homens da relação são mais inclinados a assumir o papel de “ensinar” às meninas sobre obrigações domésticas que entendem que elas ainda não aprenderam.

CASAMENTO E ASPIRAÇÕES: EXPECTATIVAS E EXPERIÊNCIAS

Meninas e homens casados afirmam de forma unânime que casamentos em geral não correspondem às expectativas. Meninas, em particular, expressam decepção com a falta de mobilidade e expectativas frustradas acerca da independência associada a um casamento. Limitações de mobilidade e independência por vezes são sentidas de maneira mais aguda no casamento do que no domicílio de origem. Isso contrasta nitidamente com as esperanças que levam as meninas a saírem de casa em primeiro lugar.

Meninas têm muitas aspirações e expectativas não realizadas no casamento. Deve-se sublinhar que, mesmo que meninas possam casar a fim de fugir das oportunidades limitadas e das condições difíceis em que cresceram, casar-se, simplesmente, é algo citado com frequência entre as aspirações delas. A maioria das meninas, entretanto, preferiria tê-lo feito numa idade posterior. É fundamental notar, também, que meninas não carecem de outros sonhos e aspirações. Pelo contrário, quase todas as meninas entrevistadas compartilham planos profissionais (como tornarem-se advogadas, enfermeiras ou policiais). Mesmo quando elas não têm aspirações de carreira ou quando têm seus planos de vida modificados, as meninas querem independência financeira e oportunidades que atualmente não enxergam como possíveis dentro de seus casamentos.

Uma vez casadas, meninas compreendem que tais esperanças se tornam mais difíceis – se não impossíveis – de serem realizadas, devido ao casamento, e ainda mais devido a uma gravidez ou filhos. Muitas meninas, em ambos os locais de pesquisa, atribuem a interrupção dos estudos ou a redução de suas ambições profissionais diretamente ao casamento ou à gravidez. Uma menina em São Luís disse que queria ser modelo, depois advogada, e que agora quer fazer “pelo menos um curso técnico”.

O desejo de entrar no mercado de trabalho persiste no casamento. Outra menina (casada aos 14 em São Luís, com um homem que tinha 24 anos à época) descreve seus muitos sonhos, todos contrastando com sua realidade atual, na qual ela precisa tomar conta da casa e de um marido que não apoia suas preferências por trabalhar e adiar a gravidez. Ela descreve aquilo que considera como uma mulher realizada, e associa a igualdade numa relação à ausência de conflito:

...Aí o homem e mulher trabalha, aí eles constroem a sua casa, no caso eles se gostam e vão morar juntos com tudo já comprando. Não pensam em ter filho breve, e nem o homem nem a mulher não tenham filho. Acho que isso uma mulher realizada; ela vai ter a vida dela independente e ele também, aí só vão junto sem trabalho, sem conflito, sem nada.

Tanto meninas quanto homens casados têm aspirações altas para seus filhos, dizem que gostariam que eles – meninos ou meninas – casassem numa idade mais avançada. É necessário notar que os membros das famílias de meninas casadas sempre mencionam ter aspirações altas para que suas filhas estudem e “sejam alguém na vida”. Em outras palavras: pais, através das gerações, têm esperanças para seus filhos diferentes do casamento em uma idade precoce. Porém, pressões financeiras e normas de gênero desiguais reforçadas pela sociedade, bem como a falta de acesso a uma educação abrangente sobre sexo e contraceptivos, continuam a tornar a gravidez e o casamento entre meninas uma norma.

A sexualidade das meninas é fortemente regulada. Mesmo *antes* do casamento, não se permite às meninas que saiam sozinhas, e suas sexualidades e mobilidades são controladas por familiares. Meninas não são expostas à educação sexual. Ao invés disso, quando “descobre-se” que uma menina perdeu a virgindade, ela é encorajada, se não forçada, a coabitar com o homem para que ele assuma responsabilidade por ela e, se a gravidez ocorrer, pelo filho. Ademais, uma vez casadas, o controle da mobilidade e da sexualidade de uma menina ou mulher é transferida da família para o homem.

Como resultado disso, sugere a pesquisa, a tendência é que meninas raramente tenham mais de uma experiência sexual ou de namoro que não leve ao casamento ou à gravidez. Ou elas casam pouco após sua primeira experiência sexual ou elas têm múltiplos parceiros sexuais (ou casam e coabitam repetidamente). O casamento é assim tornado norma e concebido como uma opção “menos pior” dentro de uma dicotomia de mobilidade e sexualidade controlada *versus* hipersexualização das meninas (começando na puberdade e incentivada pela sexualização das meninas pela mídia, pela música e pelas normas sociais). A restrição das opções das meninas é intensificada pela falta de educação de qualidade e de oportunidades significativas de emprego, e cerceada ainda mais ao longo do casamento.

A percepção de que o casamento afasta meninas dos riscos de uma vida “ruim” pode, por vezes, nutrir a lealdade para com seus maridos. O casamento enquanto uma forma de segurança, nesse sentido, também revela as condições de pobreza, falta de oportunidade e insegurança nas vizinhanças onde moram os participantes da pesquisa. Nesses contextos, a virgindade e aquilo que é entendido como decoro sexual ou pureza são simultaneamente valorizados.

Trabalho sexual / exploração sexual como alternativa ao casamento. Uma das meninas mais novas entrevistadas pela equipe de pesquisadores — com 14 anos, tinha sete irmãos e irmãs — comentou que se ela não tivesse casado (em São Luís, aos 13 anos, com um homem de 36), ela estaria no caminho para a prostituição, como uma de suas irmãs. Esse caso aponta para a necessidade de mais pesquisa, a fim de entender se é mais provável que famílias apoiem o casamento da filha mais velha quando o domicílio tem muitas crianças.

ENTREVISTADORA: Como é que tu acha que a tua vida seria hoje se tu não tivesses morado, ido morar com ele. O quê que tu estaria fazendo?

MENINA CASADA: Acho que eu estaria quase no mesmo caminho que a minha irmã, que a minha irmã ta quase no caminho da prostituição.

A maneira dicotômica através da qual a vida das meninas é percebida expressa a falta de opções de relacionamento, educação e emprego para além desses caminhos binários. É digno de nota que tal binarismo repete-se em referência à separação: se o casal se separa, a menina pode ganhar mais liberdade (o que algumas vezes é refere-se à volta à vida de “festa”, ou a tornar-se prostituta). A sexualidade das meninas — reprimida, objetificada e pouco provável de ter sido experienciada de forma totalmente consensual — é agora menos desejável. Quando perguntada sobre o que aconteceria caso sua filha (de 16 anos, casada com um homem de 23, com quem tem um bebê) se separasse de seu

marido, uma mãe de São Luís afirmou que algumas meninas trocam ou vendem sexo. De maneira similar, o irmão de uma menina que já havia casado duas vezes – primeiro aos 14 anos, depois aos 15 – disse que, se sua irmã se separasse, ela seria uma menina “jogada por aí”, “morando na casa dos outros”. Uma avó descreve o casamento de sua neta em termos parecidos: agora que ela casou, está melhor do que estaria se ficasse “jogada por aí”, ou seja, “solta” na comunidade.

O casamento é vinculado a respeito e responsabilidade para os homens. Assim como o desejo por uma maior mobilidade e independência é uma constante entre os motivos que levam as meninas a deixarem o lar familiar e casarem-se, a questão do “respeito” é um tema recorrente nas entrevistas e DGFs com homens. Quando perguntados sobre seus sonhos e sobre sentirem-se realizados, muitos homens afirmam que as meninas os respeitam e aderem aos seus planos quando incorporam os papéis de gênero tradicionais. Nesse sentido, é bastante representativa a citação abaixo, de um homem entrevistado em São Luís (casado aos 19 anos com uma menina de 13):

É, assim, o que faz um homem se sentir realizado é o homem chegar em casa, encontrar a mulher, as coisas de casa tudo bem feitinha. A mulher não contrariar o homem também, né? Acho que é isso. [...] Tipo, não desrespeitar... fazer as coisas “certinho” como o marido pede. Acho que isso deixa o homem muito feliz, agrada muito o homem.

Outros homens da DGF em São Luís expressam temas similares. Por vezes, homens descrevem o apoio por parte das meninas com quem casaram como fazendo-os sentirem-se realizados:

Uma mulher cuidar bem dele [realiza um homem], conversar na hora que ele tiver precisando, dar conselhos, levar quando tá no buraco lá. [...]

| Homem de Belém que se casou, aos 21 anos, com uma menina de 15

De modo geral, os resultados sugerem que homens não dão apoio total a muitas das normas subjacentes ao casamento infantil, mas seu poder e privilégios, em conjunto com algumas normas e uma variedade de influências e condicionantes, permitem que a prática perpetue-se.

A responsabilidade é vinculada a expectativas de gênero e ao *status* social trazido pelo casamento. Para meninas, a responsabilidade em um casamento é associada a *ficar em casa*; para homens, a responsabilidade é *prover*. Em casamentos com uma diferença de idade grande, as responsabilidades da menina alteram-se de maneira mais drástica que as dos homens (elas precisam aprender a fazer trabalhos de casa, cozinhar e cuidar das crianças, além de diminuir radicalmente, se não parar, de sair de casa para divertirem-se).

Assim como as meninas, muitos homens dizem que casar leva-os a adotarem comportamentos mais apropriados e a “fazer a coisa certa”. Isso está de acordo com a narrativa recorrente do casamento como oposto ao um estilo de vida “de festas”. Um homem em São Luís que casou aos 30 anos de idade com uma menina de 13 (seu segundo casamento com uma menina de tal idade), descreve as mudanças em sua vida:

Porque, assim, a gente casado tem mais responsabilidade, e solteiro a gente não tem porque um ajudar uns aos outros, né? [...] no caso se eu ‘querer’ fazer alguma coisa de errado, ela tá do meu lado pra dizer que isso tá errado. E se eu tivesse solteiro, eu acho que não, eu ia atrás dos amigos ou dos irmãos e ia fazer outras coisas que não devia.

O casamento desempenha um papel importante na identidade masculina, por ser intimamente associado à capacidade de sustentar as necessidades da família. Homens casados descrevem ideias de sentirem-se realizados através do casamento, conectando assim noções de masculinidade, de casamento com a mulher “certa” (isto é, com aquela que o respeita), de responsabilidade e de ser um provedor. Tais descrições refletem-se em entrevistas com homens casados e nas DGFs com homens (casados e solteiros) em ambas as cidades. O comentário acima citado demonstra a relevância de desafiar noções (reforçadas por homens e mulheres) de que “homens causam problemas” quando saem juntos. Enfrentar tal conceito de masculinidade significa favorecer relações familiares e de amizade masculinas que promovam a igualdade e a não-violência.

A responsabilidade (principalmente a de prover) é também um atributo central enfatizado pelos homens uma vez que adentram um casamento. “Assumir (a responsabilidade por) um casamento” é visto como um fator definidor da masculinidade. Outro homem casado – que os pesquisadores de campo supõem ter sido envolvido com o tráfico de drogas – descreve suas novas responsabilidades, quando perguntado acerca do que mudou em sua vida.

Ah, mudou demais porque eu não era desse jeito [antes], porque eu não trabalhava, ficava só na rua, fazendo besteira, aí, não tem. Aí depois que eu me casei de “endireitei” mais. [...] Ainda mais agora que tem uma criança, a responsabilidade agora é ‘mais grande’, é maior.

| *Homem de São Luís casado aos 25 anos com uma menina de 14*

NORMAS DE GÊNERO DESIGUAIS DENTRO DO CASAMENTO

Normas de gênero – comportamentos socialmente atribuídos a indivíduos como apropriados ou esperados – aplicam-se de formas extremamente desiguais entre os casais pesquisados. Mesmo que a desigualdade possa existir em qualquer idade, a mesma torna-se mais pronunciada em casamentos com crianças e adolescentes. Esta seção discute três conjuntos de normas que surgiram na pesquisa: as maneiras através das quais homens detêm poder desigual nos casamentos; expectativas de que meninas adaptem-se às preferências de seus maridos, que os sirvam e que “segurem” eles; estratégias cotidianas críticas usadas por meninas, com variados graus de sucesso, para contestar e negociar suas posições face ao maior poder exercido pelos homens no casamento.

O PODER DESIGUAL DOS HOMENS: EXPERIÊNCIA DE VIDA, IDADE E SITUAÇÃO ECONÔMICA |

A diferença de idade entre o casal coloca os homens em uma situação altamente vantajosa dentro de uma união com uma menina mais jovem. O privilégio sexual dos homens dá o tom aos casamentos não igualitários: de um lado, é socialmente aceito que homens saiam à noite e suas infidelidades são permitidas; por outro lado, as expectativas para meninas sobre a vida de casada centram-se em torno das noções de “constituir família”/ afastar-se da convivência com seus pares, virgindade até o casamento e fidelidade (esses temas surgiram em muitas entrevistas e entre homens de 50 a 60 anos em uma DGF em Belém). Portanto, dentro do universo da pesquisa, papéis de gênero dentro do casamento seguem de modo geral modelos tradicionais e desiguais: homens casados são os provedores e meninas são as cuidadoras responsáveis pelas tarefas domésticas.

A maior experiência de vida dos homens garante-lhes maior acesso a redes sociais e maior mobilidade, oportunidades de estudo e trabalho e maior experiência em relacionamentos. Em São Luís, uma avó de 54 anos descreveu um homem como mais “esperto” (mais experiente e malandro) que a sua neta e, portanto, capaz de influenciá-la.

AVÓ: Quando ela fez 15 anos, ele [aos 23 anos de idade] era mais esperto que ela e “encheu a cabeça dela”.

ENTREVISTADOR: Por que você acha que ele era mais esperto que ela?

AVÓ: Porque ele tem mais experiência: ele sabe conversar com as pessoas na rua, com mulher, entende? E ela não é; ela nunca foi saideira; ela sempre ficava em casa. Ela saía só de vez em quando com uma vizinha, com a filha de um vizinho. Durante a festa de São João eu deixava ela sair, eu não pedia muita coisa; mas quando eu saía, eu sempre levava ela.

De forma semelhante, em uma conversa sobre as consequências da diferença de idade e experiência entre homens e meninas, a mãe de uma menina casada de São Luís usa o termo *lábria* para referir-se à “conversa” do homem que pode facilmente convencer e moldar meninas mais jovens. Ela atribui a gravidez e casamento da filha de 15 anos a essa *lábria*:

MÃE: Porque sempre que o homem é mais experiente que a mulher, ele o homem ele tem mais lábia, o homem mais maduro, não é?! É, que ele já é vivido.

ENTREVISTADORA: Aí ele convence ela?

MÃE: Claro, ele convence a mulher, porque o homem tem lábia, o homem tem mais lábia que mulher.

Curiosamente, um homem na DGF de São Luís reconheceu a vantagem que a experiência dá aos homens ao entrarem no casamento e o fato de que é mais fácil para os homens “recomeçarem” suas vidas após a separação. Contudo, ele considera os “ensinamentos” dos homens às meninas durante o casamento quase como um favor feito a elas, pois poderiam daí em diante usar desse conhecimento em suas vidas.

A maior diferença etária entre cônjuges, em casamentos envolvendo meninas mais jovens e homens mais velhos, é associada com relações menos igualitárias. Meninas,

familiares e homens, todos reconhecem que a pouca idade das meninas faz delas mais vulneráveis à serem controladas ou “moldadas”. Além disso, homens casados de faixas etárias mais avançadas parecem mais “firmes” em suas visões sobre papéis de gênero, enquanto existem vários casos dentre os participantes da pesquisa de homens casados mais jovens, dos 18 aos 20 poucos anos, “testando” seu poder e mostrando-se potencialmente mais flexíveis a mudarem suas visões.

De maneira consistente, meninas preferem homens em torno de cinco a nove anos mais velhos, mas nenhuma menina prefere homens significativamente mais velhos.

Isso se comprova entre meninas casadas e solteiras que responderam ao questionário. A maior diferença de idade encontrada durante a pesquisa é a de um homem em São Luís, de 58 anos de idade, casado com uma menina de 18 anos, cuja relação havia começado um ano antes, escondida da família da menina; ela começou a coabitar com ele e ele planeja casar-se formalmente com ela. Predominantemente, meninas não preferem meninos de sua idade, descrevendo-os repetidamente como aqueles que “não servem para nada”.

Segundo os entrevistados, a “sociedade” é menos tolerante com casamentos envolvendo meninas de 12-15 anos do que com meninas de 16-17 anos. Tal distinção repete-se várias vezes ao longo dos resultados, sendo significativa uma vez que aponta uma janela de ação para prevenção do casamento infantil entre garotas com menos de 12 anos. No questionário, a percepção de homens e meninas sobre a idade “apropriada” para a realização de certas práticas também foi consistente com os resultados supracitados (ver Tabela 8).

Na DGF de Belém, muitos homens contaram terem ouvido comentários discriminatórios relativos a um homem muito mais velho com uma menina. Referindo-se à menina com quem outro homem casou, um homem relatou o espanto da comunidade:

Eles querem saber se é sua mulher ou se é sua neta. Aí ele disse “não é minha neta não, é minha mulher”. Aí foi que o pessoal foram acreditar mesmo. Mas eu passei por mentiroso lá. E o pessoal vinha perguntar, e eu dizia, “olha, é mulher dele”. “Mas como? Mentira. Isso é neta dele”. Ninguém acreditou que ela fosse mulher dele.

Em Belém, de maneira similar, um homem de 27 anos casado com uma menina 10 anos mais nova foi estigmatizado por esse casamento devido a aparência particularmente jovial da menina; “ela tem 17 anos, mas parece ter 13”, afirma. Ele aponta que ter um filho e “formar uma família” deslegitima algumas das críticas feitas por membros da comunidade sobre seu casamento com uma menina. O trabalho de mudança de normas sociais envolve a desconstrução da ideia de que certas práticas, tais como ter filhos, justifiquem o casamento infantil.

Uma possível explicação para os padrões etários de casamento vem de uma psicóloga de Belém. Ela sugere que meninas adolescentes mais velhas (por exemplo, acima dos 16 anos) tem maior probabilidade de relacionarem-se com homens com idades próximas às suas, pois são mais “espertas”, isto é, menos ingênuas e passivas que o substrato de meninas mais jovens, às quais, ela explica, tem maior probabilidade de “ceder” a um homem muito mais velho que elas.

Porque com dezessete anos elas estão mais espertas, mais espevitadas, aí elas ficam com meninos mais da idade delas, e as mais novas com os caras mais velhos. Eu peguei uma de doze que o cara tinha trinta e dois.

Antes do trabalho de campo, pesquisadores e agentes de serviço social de ambos os estados supunham que casamentos com diferença de idades significativa (acima de nove anos) eram mais comuns em áreas rurais; uma pesquisa de campo adicional poderia explorar essa hipótese.

Assimetrias econômicas reforçam normas de gênero desiguais no casamento. Casamentos na infância e na adolescência com grande diferença de idade conjugal são também mais propensos a serem impulsionados por questões financeiras, assemelhando-se com as chamadas relações de *sugar daddy* de outros países. (Na língua inglesa, um *sugar daddy* se refere a um homem, geralmente mais velho, de boa situação financeira, que sustenta uma jovem namorada ou amante.) A dependência da menina, e por vezes de sua família, do apoio financeiro do marido aumentam as desigualdades na união. Nessa pesquisa, a maioria dos homens não oferece apoio financeiro direto às famílias das suas jovens esposas, mas quase todos sustentam-nas financeiramente. Nenhuma das meninas casadas que participaram da pesquisa qualitativa trabalha, exceto uma que ajuda sua avó em um serviço de venda de comida. Homens casados também dizem “ajudar” as meninas com quem eles casam quando elas precisam de alguma coisa, como comprando medicamentos para a menina ou para algum de seus familiares.

“ELA VAI NO MEU BARCO”: MENINAS ADAPTANDO-SE ÀS PREFERÊNCIAS DOS HOMENS | Uma das consequências mais evidentes do poder dos homens sobre suas jovens esposas é a expectativa que as meninas tomem para si as preferências de seus maridos. Essas preferências variam desde desejos e “gostos” cotidianos a escolhas importantes relativas a sexo e filhos. Essa consequência, observada ao longo de todo trabalho de campo, é exemplificada nessa entrevista com um homem de Belém (casado aos 19 anos com uma menina de 14 anos quando ela ficou grávida).

HOMEM CASADO: ...ela vai no sonho que eu pretendo pra mim, né? Ela vai seguindo... Acho que é uma desvantagem da pessoa não ser bem estruturada né? Geralmente cada um leva as suas escolhas né? Mas por ela ser mais nova e eu ser mais velho, tipo assim ela vai no meu barco.

ENTREVISTADOR: Tu acha então que ela se realiza com as mesmas coisas que tu assim, mesmos planos?

HOMEM CASADO: É, porque é assim, ela vive tipo assim, sujeita a ta no mesmo barco do que eu, porque não tem estrutura financeira pra... que é esse que é o erro da mulher.

ENTREVISTADOR: Maior o que? Erro?

HOMEM CASADO: Erro, que é não se estruturar né, não ter independência, essa submissão ao homem, torna isso. Ta sujeita as minhas escolhas.

O barco serve como uma poderosa metáfora do reconhecimento do homem de que a menina com quem se casou deve segui-lo em seus sonhos e planos. Ele descreve a submissão dela a ele, atribuindo – e naturalizando – a falta de estrutura financeira e independência dela ao “erro da mulher” (nesse caso, a menina ficou grávida).

De modo semelhante, outro homem em Belém descreveu sua esposa (*mulher*) como sujeita a “cair” ou sofrer no caso dele cair:

...Se o homem cair a mulher cai também junto com ele.

| *Homem de Belém casado aos 21 anos com uma menina de 15 anos*

A mulher] tem que ... saber levar o homem, saber lidar com o homem. Eu acho isso, que ela tem que... saber ser a mulher do homem. Tem que fazer as coisas que o homem gosta. Se o homem faz, ela tem que fazer. Como é que se diz... ela tem que tá fazendo a esposa...

| *Homem de Belém, casado aos 23 anos com uma menina de 16 anos*

No próximo exemplo, e na maioria dos comentários citados, o homem vê a si mesmo como a figura dominante; a menina com quem ele se casou deve concordar com *ele*, acompanhar *ele*, e seguir os *seus* gostos. Interessante notar que ele justifica a importância da concordância dela com ele pela sua condição cardíaca. Mais adiante, ele refere-se à necessidade de tratá-la melhor para que ela não o deixe, concluindo que teria dificuldades de encontrar uma moça mais jovem com quem casar-se agora que está com 58 anos de idade. Esse relacionamento também representa a maior diferença etária conjugal encontrada nessa pesquisa.

Eu com essa idade que eu tenho, eu sou homem já assim, eu sou safenado [pôs ponte de safena no coração], né, e eu vivo natural, graças a Deus. Mas, pra mim ser um homem natural, é, a mulher tem que estar é de acordo comigo e tem que me acompanhar junto, porque o relacionamento ele funciona a partir desde quando os dois ‘se acerta’, se quer, porque não adianta o homem querer a mulher não querer, a mulher querer e o homem não querer, as coisas têm que ser, entendeu, tem que ser de ambas ‘as parte’.

| *Homem de 58 anos de São Luís que há algum tempo coabita com uma menina de 18 anos, após eles manterem o relacionamento escondido dos pais dela (ele tem dois casamentos anteriores e três filhos)*

Várias meninas casadas descreveram experiências parecidas, incluindo uma menina de 17 anos de São Luís que se casou aos 14 anos com um homem de 21 anos. Como em muitos outros casos, ela reproduz as palavras do homem com quem está casada, dizendo que ela deve estar de acordo com os “gostos” dele para evitar brigas:

Ele diz bem assim... ‘ah, que eu tenho que fazer os gostos dele, que a gente não vai ter briga’.

Essa jovem esposa segue tecendo reflexões pertinentes. Em uma das muitas referências à sua experiência, e de mulheres jovens de modo geral, de ser manipulada no casamento, ela se culpa e afirma permitir que o marido exerça tal poder sobre ela. Ela também traça criticamente distinções entre o direito de ir e vir do marido em oposição ao controle da sua liberdade por ele.

Isso aí é por culpa minha, porque mamãe dizia, ‘rapaz não acostuma’. ...se ele saísse ele me *dizia*. Se eu saísse, eu *pedia*, aí sempre foi assim. Eu não pedia pra mamãe e eu pedia pra ele, então, de uma certa forma, a culpada é eu, porque eu que fazia isso... Aí eu não pedia pra mamãe e pedia pra ele. Mas, de certa forma, a culpada dele exercer esse poder sobre mim é minha.

Na mesma linha, ela reflete sobre ter de pedir permissão ao marido para sair, mencionando formas de evitar que ele fique bravo e de apaziguar seu ego. Diversas vezes ela afirmou ser a culpada por permitir que ele tenha tal poder sobre ela e também por se colocar nessa posição dentro do casamento.

MENINAS SERVINDO E “SEGURANDO” HOMENS | No contexto da discussão sobre divisão de tarefas domésticas e a participação masculina em atividades tipicamente femininas, alguns homens da DGF de Belém partilhavam da opinião de “para que estar casado, então?”

— Porque tem mulher que é assim - o cara trabalha e quando volta tem que fazer comida, dar banho nas crianças e fazer um monte de coisas em casa. Para que ele pegou uma mulher? Para ela ser o homem?

— De outra forma/desse jeito, é melhor para o cara ficar sozinho.

É interessante notar que frequentemente meninas e familiares partilham das mesmas opiniões que esses homens, como descrito por uma menina na DGF de Belém. Ela aponta a necessidade de a menina casada cozinhar e tratar bem seu marido para “mantê-lo”; caso contrário, ele poderia simplesmente ir viver com sua mãe. Em diferentes ocasiões, meninas demonstraram acreditar que o homem às deixaria se, ao voltar para casa, ele encontrasse o ambiente malcuidado ou uma esposa queixosa, desobediente ou difícil.

[A mulher deve dar] um pouquinho de atenção quando chega do serviço. A pessoa saiu de casa com uma mulher... com uma menina... ele se mata de trabalhando tudo, e chega na casa e ela despreza ele? Trata mal? Não levanta nem pra esquentar a comida, pra dar a janta ou o almoço do marido? Quem vai querer uma mulher dessas? Ninguém. Se for pra ele ficar assim, ele [pode] morar na casa da mãe dele. A mãe dele vai servir ele, do que ficar com uma menina nova que não vai ajudar ele. Essa é a realidade. Eu acho que é essa.

| *Menina participante da DGF de Belém*

Ao passo que alguns homens reconhecem os benefícios do casamento com mulheres adultas, suas crenças em relação ao gênero mantêm-se não igualitárias. Nem todos os homens preferem meninas jovens; no entanto, os homens que afirmam preferir mulheres adultas também expressam normas desiguais relativas a gênero. Um homem de 33 anos da DGF de São Luís contrapõe a atração por meninas mais novas hoje em dia com a atração por uma mulher mais velha (de acordo com um ditado popular):

Antes tinha um ditado que diz assim, ‘panela velha que fazia comida boa’, hoje já é o contrário, nesse caso.

É significativo notar que homens que, a princípio, contradizem os outros homens ao preferirem a ideia de namorar mulheres mais velhas, também se referem a elas de forma sexista e depreciativa. Por exemplo, na mesma DGF, um homem listou os contratempos de namorar meninas jovens, incluindo ter de lidar com os pais delas e preocupar-se com elas fazerem sexo com outros homens.

As novinhas são só pra te complicar, em termo de pai e mãe, entendeu, até tu chegar numa pequena (menina) dessa, botar no teu termo, é roça (trabalhoso). Tu vai trabalhar já preocupado, será que ela tá em cima de outro? E a coroa, não, ela é mais tranquila, ela é mais por si, chega, tua roupa tá bacana, teu comer tá lá, então já é mais adequada.

Durante a DGF de Belém, vários outros homens acrescentaram itens à lista de “problemas” de casar-se com uma menina mais nova. Um homem disse estar muito velho para meninas jovens e que isso só lhe causaria problemas; outros referiram-se a ter que cuidar da menina ou esperar que ela aprenda a cuidar da casa.

O conceito de “parceria” raramente surge ao longo da pesquisa qualitativa; contudo, as descrições de alguns homens de relacionamentos com mulheres adultas parecem reconhecer os benefícios desse companheirismo. Isso inclui as impressões dos homens das DGFs de que mulheres adultas têm experiência e podem ser conselheiras, participar de conversas, resolver coisas em conjunto, e serem parceiras.

Meninas iniciam negociações cotidianas dentro de casamentos com relações de gênero desiguais. As meninas frequentemente reconhecem, discordam e desaprovam de certas normas desiguais e formas de controle demonstradas pelos homens com quem estão casadas. Mesmo que, em alguns momentos, elas contestem parte dessas normas e consigam o que querem, a maior parte do tempo os homens ainda possuem a palavra final. Por exemplo, algumas meninas casadas têm conseguido negociar o momento de ter filhos, mas tem que seguir as preferências do marido em termos das roupas que usam, os amigos que veem (se é que podem ver algum) e seu nível de mobilidade social (incluindo acesso a oportunidades de educação e trabalho). Quando elas contestam demais (ou em alguns casos, quando apenas contestam) elas são criticadas por causarem problemas.

Meninas casadas assumem os papéis de “inovação”, de “evitar estresse”, e de “manter” o status quo de dominação por seus maridos. Em consequência da iminência de um conflito, as meninas tendem a ajustar seus comportamentos de acordo com aquilo que é permitido. Uma menina de 17 anos de São Luís, casada formalmente (com a permissão dos pais) aos 14 anos com um homem de 21 anos na época; o casamento foi ideia dele para que ela fosse autorizada a visitá-lo durante os 2-3 meses em que esteve preso. A menina descreve seu papel de “esposa” como de uma “inovadora” e, nas suas próprias palavras, “multiplicadora” (isto é, alguém que assume múltiplos papéis). Ela evita causar estresse ao homem com quem está casada e cuida da sua aparência para evitar que ele a deixe por outra mulher.

ENTREVISTADORA: E qual é a função da mulher então no casamento?

MENINA CASADA: A função da mulher é inovar.

ENTREVISTADORA: Em que sentido?

MENINA CASADA: Em todos os sentidos, tanto em relação do sexo, quanto em relação no cotidiano. Porque a mulher, hoje em dia, os homens veem a mulher casada como a mulher que tem que trabalhar pra ele, porque vê o quê? Aquela mulher toda suja, aquela mulher toda descabelada, aquela mulher que não se zela, então, o homem vai ver o quê na rua? Vai ver uma mulher bonita, uma mulher cheirosa, a mulher de casa é o tempo toda estressada, não vai dar carinho porque ele já 'estressa ela' e a outra não, tá lá limpinha, ele não vai estressar, só vai chegar, beijar e agarrar. Então, a mulher tem que se multiplicar, tem que se dividir em várias coisas, porque ela tem que inovar tanto na relação quanto no sexo, em tudo, porque se deixar aquilo cair na rotina vai ser a pior coisa.

Ela conta sobre o desinteresse dele sobre o dia dela ao chegar em casa (pois ele acredita que seu estresse é mais importante que o dela), e sobre o papel dele como seu provedor:

Ele já tem estresse suficiente pra não saber do teu, então, tu que tem que tirar aquele estresse dele. ... Porque o papel dele hoje tá sendo trabalhar, me manter, pagar o que eu preciso, pagar o carro que me traz... Só pagar! Negócio e dar carinho, dar amor, não. Hoje o meu papel é de aturar ele, de todo tempo tá aquela mulher sorridente, todo tempo não tratar mal, não ser ignorante, todo tempo bem, todo tempo levando as coisas, mas não é essa minha vontade. A minha vontade é de tirar o estresse, descontar nele e depois se renovar... Eu só me renovo depois que desabafo, mas isso eu tô aprendendo comigo mesmo. Não adianta fazer isso, porque ele vai se chatear e virar para um lado e eu injuriada com atitude dele vou me virar para outro. Aí, hoje o meu papel tá sendo só de renovar as coisas.

É importante notar que atitudes aparentemente igualitárias por parte de homens casados às vezes coexistem com o desejo de controlar as meninas: por exemplo, muitas das meninas afirmam que os homens apoiam seus sonhos, mas esperam que elas fiquem em casa. Na verdade, os papéis de gênero não igualitários, as normas sociais e a desigualdade conjugal que caracterizam o casamento infantil, representam a continuação de normas que existiam antes mesmo do casamento, e parecem tornar-se mais rígidas com ele, frente ao controle dos homens sobre a sexualidade e mobilidade das meninas. As normas sociais desiguais estão no centro da questão e são responsáveis por muitos dos outros impactos discutidos adiante no relatório, tais como aqueles relativos à saúde (das jovens mães, dos recém-nascidos e das crianças).

Normas exteriores a união, tal como a ideia de que as pessoas não devem se meter nos assuntos do casal, permitem que casamentos desiguais se perpetuem. Uma opinião que apareceu repetidamente nos resultados da pesquisa é resumida por um ditado popular conhecido em todo Brasil: “em briga entre marido e mulher, não se mete a colher”. Esse ditado é comumente usado em referência a episódios de violência doméstica, mas se aplica também à visão dos entrevistados sobre interferir de modo geral em assuntos de casamento alheio.

Por exemplo, homens do DGF de Belém contam não terem interferido em uniões envolvendo uma menor, e repetiram vários ditados nas linhas de “a cada um seu quinhão”. Várias mães de meninas casa-

das também partilham dessa mesma atitude. Como diz uma mãe de São Luís: “eu respeito [o casamento da minha filha]! Não sou de ficar dando lição de moral em vão. Se eu me envolver, será errado”. Da mesma forma, Meninas das DGFs de ambas as cidades fazem coro a essa crença, incluindo várias meninas de São Luís que dizem querer evitar o risco de prisão do marido.

MOBILIDADE E REDES SOCIAIS

As redes sociais e a mobilidade das meninas diminuem com o casamento, ao contrário da experiência masculina. A adaptação ao casamento é descrita como menos dramática para os homens do que para as meninas. Na sociedade, meninos e rapazes gozam de uma maior mobilidade e liberdade de ir e vir antes do casamento e os homens preservam para si essas opções de sair e de ter redes de sociabilidade mais amplas durante os casamentos. Por exemplo, um homem expressou satisfação com a menina com quem casou por ela não sair, beber ou fumar; ele, por outro lado, faz todas essas coisas regularmente. Homens casados frequentemente criticam as meninas com quem casaram por terem saído antes do casamento e continuam a desencorajá-las ou a proibi-las de sair. De forma consistente com muitas entrevistas e opiniões de vários homens da DGF de Belém, um homem dessa DGF descreveu os atributos ideais de uma “esposa”: “ela não fica na casa dos outros o tempo todo; isso só causa confusão. E ela tem a mesma opinião do marido”.

A esperança de encontrar independência com o casamento frente a realidade de controle e mobilidade restrita com que se deparam é uma forte decepção constantemente levantada pelas meninas ao longo da pesquisa. Contrariamente ao que esperavam, uma vez casadas, as meninas passam muito mais tempo em casa e deixam de sair e encontrar amigos. Elas descrevem frequentemente não poder sair de casa. É importante notar a falta de redes de pares como resultado da união; é uma semelhança chave do casamento infantil entre diferentes contextos internacionais (mesmo em casos em que as meninas parecem possuir alguma agência na decisão de casar-se).

MENINA CASADA: Ah, eu saía muito, me divertia muito, vida de casada já é outra coisa né? Casada já é outra coisa.

ENTREVISTADORA: Já não sai mais tanto?

MENINA CASADA: É.

| *Menina de 16 anos de Belém, grávida do primeiro filho; casou-se aos 12 anos com um homem de 19 anos (desejava sair de casa pois seu padrasto a maltratava)*

Diferentemente do caso dessa menina casada de Belém, que era maltratada pelo padrasto, mas ainda podia sair, algumas garotas têm sua mobilidade restrita já no lar de origem. Dessa forma, o casamento se torna uma continuação do confinamento doméstico – muitas vezes em um nível ainda maior.

Uma mãe de São Luís percebe o arrependimento de sua filha de ter se casado aos 15 anos de idade quando ela vê sua prima de 18 anos saindo:

Porque eu tenho uma sobrinha, não sei se tu viste aquela minha sobrinha de 18 anos. Aí, às vezes minha sobrinha sai, ela fica assim, eu sinto que ela... Ela não é arrependida de ter a filha dela, mas ela se arrependeu um pouco de ter procurado logo marido cedo, entendeu?

Uma menina casada em Belém descreveu a desproporcional falta de mobilidade das meninas como injusta e como uma possível causa de separação. Casada aos 15 anos com um homem de 21 devido a uma gravidez não planejada, ela afirma que os homens querem manter as meninas “presas” enquanto saem com os amigos. Ela pergunta, “a mulher deve mesmo ficar em casa ‘olhando para as paredes?’”. Sua análise ilustra como meninas casadas podem contestar o controle imposto sobre elas pelos maridos. Todavia, a supremacia de poder masculino significa que as meninas não possuem uma participação igualitária na negociação e na tomada de decisões.

O casamento na infância e adolescência geralmente desestimula as amizades das meninas.

Relativa à diminuição de mobilidade e de redes sociais das meninas, em comparação as dos homens, encontramos também a aparente ausência de amizades. A falta dessas amizades não apenas diminui o contato das meninas com outras experiências de vida, relacionamentos e aspirações durante fases formativas de suas vidas, como também lhes reduz as possibilidades de acesso a apoio emocional e ajuda no caso de violência por parte do parceiro íntimo, em casos de problemas de saúde ou de separação.

Aparentemente, o casamento na juventude ocorre quando as meninas têm poucas amizades e pouco acesso a espaços onde podem socializar com colegas da mesma idade (fora da escola, caso elas frequentem) e construir relacionamentos. Na mesma linha, deixar o casamento parece mais difícil quando a união torna-se o centro da vida da menina (isto é, quando ela depende do homem e tem poucas redes sociais, não tem envolvimento com escola ou trabalho, nem acesso a outras oportunidades). É pouco provável que as meninas desenvolvam planos alternativos de vida quando tem pouco contato e interação com outras pessoas para além da família e da igreja. Em um exemplo esclarecedor de Belém, um homem casado associa a amizade com “meninas” e não com “mulheres” (e vários outros homens fazem coro à percepção que ser “caseira” é o que toda mulher deve ser):

ENTREVISTADOR: Mas tem alguma coisa que tu percebe “isso aqui é uma mulher já, não uma menina”?

HOMEM CASADO: Acho que as atitudes dentro de casa, querendo cuidar do lar, não querendo estar saindo com as amigas, não querendo ir pra casa de amigo e tal, acho que quando começa acontecer essas coisas ela tá querendo virar mulher mesmo.

| *Homem de Belém, casado aos 27 anos com uma menina de 17 anos*

Dessa forma, o casamento impõe para as meninas uma solidão indevida (ao invés de independência) durante uma fase formativa de suas vidas em que elas valorizam a socialização e o contato com seus pares. Diversos exemplos do trabalho de campo mostram que as meninas casadas desejam estar com seus colegas que frequentam a escola ou interagindo com outros amigos. Um homem de São Luís que se casou com uma menina de 14 anos quando ele tinha 25 (quatro anos antes da entrevista), também associa o casamento e a maternidade com o fim da socialização da menina:

[A vida da menina com quem casei] mudou, porque ela também era só de ir pra festa. Depois que ela teve uma criança, agora ela vai ter que mudar de vida, largar negócio de amizade com “colegagem”, não tem?

VIOLÊNCIA CONTRA A PARCEIRA ÍNTIMA (VPI) E ABUSO DE MENINAS CASADAS

Homens e meninas casadas, bem como familiares e agentes sociais que participaram das entrevistas qualitativas, relatam que as experiências de violência dentro de casamentos na infância e adolescência vão desde um generalizado controle da mobilidade e sexualidade das meninas até a violência física.

De fato, as desavenças dentre o casal relativas à mobilidade são a causa mais comum de brigas, de acordo tanto com homens quanto com meninas casadas. Como descreve uma menina que se casou aos 16 anos com um homem de 22 anos:

Pra mim no caso é dele, eu acho assim pra mim que ele tem muito ciúmes de mim por causa que as vezes eu não posso pra, no caso, eu tenho que sair, tenho que falar pra ele... se eu sair e chegar, ele começa a me brigar, ‘onde você tava? o que você tava fazendo?’ já me interrogando mas já discutindo.

Em seguida, a mesma menina contesta o que percebe como normas injustas estabelecidas pelo seu marido: ela deve contar-lhe onde vai e onde esteve, mas em troca ele não lhe deve informações.

E eu já não gosto, já começo a falar, ‘como é que tu quer que eu fale pra onde eu vou se tu não fala pra onde vai?’ Eu não preciso estar falando pra ti, mas no caso eu preciso só que ele não fala pra mim, aí eu acho errado isso. Aí por isso a gente briga.

O tema da injustiça marital como fonte de conflito surgiu repetidamente durante a pesquisa de campo. Além disso, formas cotidianas de controlar o comportamento das meninas limitam suas mobilidades e sexualidades, como por exemplo, comentários dos maridos sobre as roupas usadas pelas meninas, consideradas reveladoras, e restrições às suas aspirações de estudo e trabalho.

Ao passo que homens e meninas casadas falam abertamente nas entrevistas sobre formas de controle (normalizadas), raramente reportam experiências de violência contra a parceira íntima, ou VPI. É possível que casos de VPI sejam subnotificados. Um exemplo chocante de VPI física foi relatado por uma menina de São Luís que se casou aos 15 anos com um homem de 18 anos, pressionada pela família por estar grávida. O marido tem múltiplas parceiras sexuais mas demanda que a esposa (a menina casada) seja fiel; ele bate nela quando usa cocaína ou *loló*.³²



32. Loló é um inalante barato – popular entre usuários adolescentes – que produz um barato rápido.

A VPI é geralmente cometida por homens, com apenas dois casos na pesquisa em que meninas casadas foram acusadas de agir de forma agressiva contra seus maridos. Geralmente, é esperado que as meninas casadas mantenham a harmonia no lar, não causando estresse aos seus maridos ou por adotar suas preferências. Quando questionadas se podem deixar o casamento quando quiserem, algumas meninas casadas responderam que podem “correr” para um a casa de um familiar em caso de necessidade, mas a maioria das meninas encontram-se isoladas. É importante lembrar que casamentos na infância e na adolescência operam dentro de um contexto social mais amplo que reforça noções de que mulheres e meninas são objetos sexuais de “menor valor” do que homens e meninos, dentro do qual a VPI é normalizada (ver Anexo 2).

O incesto e outras formas de abuso sexual devem ser mais profundamente exploradas.

Diversos casos de incesto foram relatados por informantes-chave, tanto em Belém quanto em São Luís, em relação ao casamento na infância e na adolescência. No entanto, o incesto não tem sido usualmente reportado dentre os casais dessa pesquisa (com exceção de um casal de primos). Informantes-chave compartilharam com os pesquisadores informações sobre casos de incesto na Ilha de Marajó, uma ilha de grande território afastada de Belém acessível apenas por uma viagem de barco de muitas horas. Um informante-chave de Belém descreve uma tradição ilhéu na qual ao pai cabe o direito à virgindade da menina, seguido dos irmãos e tios, para só então dar a menina em casamento para outro homem. Pais também tiram as meninas da escola para usá-las como moeda de troca sexual em transações financeiras com outros pescadores do rio. Agentes sociais que participaram das DGFs e meninas e homens em São Luís mencionaram casos similares de abuso e exploração, mas nenhum caso foi diretamente identificado durante nossa pesquisa de campo. É necessária a realização de mais pesquisa sobre esse assunto.

EDUCAÇÃO

ENCADEAMENTOS ENTRE GRAVIDEZ, ESCOLARIZAÇÃO E CASAMENTO NA LITERATURA | Existe uma complexa relação entre gravidez, escolarização e casamento. Um desempenho escolar fraco aliado a baixas expectativas de acesso à educação de qualidade podem levar as meninas ao casamento e à gravidez. Em contrapartida, o casamento e a gravidez acarretam, por sua vez, uma série de consequências à educação da menina (ver Murphy-Graham & Leal, 2015 em um estudo recente da região). Igualmente, parte da literatura existente sobre gravidez e educação aborda as conexões entre evasão e desinteresse escolar e casamento na infância e adolescência.

Um significativo conjunto de pesquisas brasileiras aborda a gravidez na adolescência em relação a trajetórias escolares (Nascimento et al., 2011; Chalem et al., 2007; Almeida et al., 2006). Por exemplo, Almeida et al. (2006) observou que dentre uma amostra grande de adolescentes de três capitais brasileiras, metade daqueles que haviam interrompido seus estudos ao menos uma vez relatavam uma gravidez na adolescência, sendo as principais razões elencadas para a interrupção

dos estudos gravidez e filhos para as mulheres e trabalho para os homens. A evasão escolar em consequência da gravidez na adolescência foi mencionada por quarenta por cento das mulheres que tiveram filhos. Vinte por cento delas já havia abandonado a escola antes de engravidarem.

Prover educação de qualidade é um desafio para todo o Brasil, especialmente para estados como Pará e Maranhão, com altos níveis de pobreza e desigualdade e, geralmente, baixos índices de desenvolvimento. O baixo aproveitamento escolar é agravado pela pobreza, casamento na infância e na adolescência, gravidez na adolescência e normas de gênero desiguais, que perpassam todos esses outros problemas.

TABELA 12 | APROVEITAMENTO ESCOLAR NO BRASIL E EM DOIS ESTADOS, DE ACORDO COM O CENSO³³

	BRASIL	PARÁ	MARANHÃO
TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR			
MULHERES (6 A 14 ANOS)	97	83	81
MULHERES (15 A 17 ANOS)	83	47	38
HOMENS (6 A 14 ANOS)	97	82	80
HOMENS (15 A 17 ANOS)	83	34	29
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR			
MULHERES	32	37	40
HOMENS	41	46	47



33. IBGE, Censo Demográfico 2010. Retirado em 20 de abril de 2015 de: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>. De Estatísticas de Gênero, informações sobre taxa de frequência escolar líquida e taxa de abandono escolar precoce; os números foram arredondados. O abandono escolar precoce é definido pela proporção de pessoas de 18 a 24 anos que não completaram o ensino médio nem frequentaram a escola. O IBGE também oferece informações relativas à conclusão de séries.

De modo global, as pesquisas apresentam resultados ambíguos, obtidos em diferentes cenários, relativas às interconexões entre gravidez, absentismo e evasão escolar. Explicações para o problema variam de acordo com o contexto e as soluções não podem ser de “tamanho único” (Psaki, 2015), embora existam diversas implicações potenciais a serem consideradas no contexto das uniões. As meninas podem estar mais propensas a abandonar a escola se: (1) elas passarem por interrupções na vida escolar antes da gravidez; (2) quando elas são a principal cuidadora dos filhos (comparativamente a aquelas que recebem ajuda nesse cuidado) (Grant & Hallman, 2008); e (3) quando elas consideram abandonar a escola antes mesmo de engravidar, uma vez que a gravidez raramente inibe aquilo que Binstock et al. (2005) chama de “carreiras educacionais de sucesso moderado”. Estudos complementares observam os efeitos da vizinhança e de fatores socioeconômicos em paralelo a discriminação (por exemplo, por parte da comunidade) sofrida pelas meninas por frequentarem a escola grávidas, ao passo que outros estudos apontam que meninas em idade escolar que engravidam tendem a abandonar os estudos (Chae, 2013).

É importante notar que uma abordagem da questão da escolarização quanto da gravidez na adolescência, são prioridades nas agendas de pesquisa e elaboração de políticas no Brasil. Semelhante a tendências encontradas em outros países da América Latina, no entanto, há ainda pouco entendimento das implicações do *casamento, para além da gravidez* – e em alguns casos, independentemente da gravidez – na educação, na vida profissional e em anseios em longo prazo. Igualmente, faltam informações sobre o nível de escolarização masculina e os seus efeitos no casamento. Com base nas informações qualitativas preliminares dessa pesquisa, na próxima sessão trataremos das conexões dinâmicas e “encadeamentos” envolvendo a gravidez e o casamento na infância e na adolescência, no sentido da influência que exercem na escolarização. De forma semelhante, os resultados do questionário aplicado em São Luís demonstram como a educação em nível superior associa-se com visões contrárias ao casamento na infância e adolescência.

EDUCAÇÃO: RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO | Como a pesquisa nessas duas capitais brasileiras demonstra, além de pesquisas conduzidas em outros contextos (Murphy-Graham & Leal, 2015), a escassez de oportunidades de educação pode ser a *causa* dos casamentos. Esta pesquisa qualitativa também revela que as consequências mais proeminentes e recorrentes do casamento infantil estão no âmbito da educação. Notadamente, o casamento – muitas vezes acompanhado da gravidez – afeta a educação das meninas de três formas:

- (1) As meninas abandonam a escola;
- (2) As meninas interrompem os estudos por períodos prolongados de tempo; e
- (3) Absentismo escolar, ou frequência pouco assídua e interrupções no cotidiano escolar das meninas (por exemplo, chegar atrasada e sair mais cedo da aula, matar aula, problemas em casa)

Uma menina de Belém atribui o afastamento da escola ao casamento. As consequências na sua vida da evasão escolar se tornam agora mais aparentes, uma vez que seu marido, que ia sustentá-la, está desempregado.

ENTREVISTADORA: Em relação a sua vida se ele não tivesse casado, como você acha que seria? Você acha que teria tido alguma diferença, na escola assim?

MENINA CASADA: Acho que na escola. Seria muito melhor né? Não to dizendo que não é bom, mas nesse sentido assim, sem ter marido, sem ter me amigado, num ter engravidado acho que minha vida seria um pouco mais fácil, muito melhor... Que eu sou muito nova né? Deveria... como é? Aproveitado mais a minha vida, não é pelo fato que eu não vou aproveitar, mas vou ter filho agora, tem que pensar mais ... ele fala assim, que quer me ajudar que quer que eu estude mas na verdade eu que não queria isso entendeu, que ele me dava a vida que eu queria, me dá, só que agora ele ta desempregado, ele tem dificuldade.

Essa citação também faz referência ao tema da dependência das meninas de seus maridos e das expectativas relativas ao casamento, comparadas com a experiência vivida. Novamente, isso levanta questões complexas sobre a agência das meninas na tomada de suas decisões (nesse caso, de largar a escola), que podem ser contrárias ao seu próprio bem-estar.

Durante a pesquisa qualitativa, coletamos dados sobre a série escolar completa mais avançada entre meninas casadas (n=15) e homens casados (n=14), e se atualmente estão matriculados ou não em alguma série³⁴. Meninas envolvidas em casamentos na infância ou na adolescência estão mais propensas que seus maridos a estarem matriculadas na escola no momento da entrevista, em grande parte, devido às suas idades. As outras meninas haviam abandonado a escola e é impossível determinar se elas voltaram a estudar.

Dentre as meninas casadas, matriculadas na escola ou não, percebemos que meninas são mais propensas a terem interrupções nas suas vidas escolares do que homens. Existem muito mais meninas atrasadas na escola do que homens, estudando em séries abaixo das apropriadas à sua idade. Cerca de um terço das meninas não havia ainda alcançado o ensino médio, *nenhuma* havia completado o ensino médio, apesar de suas idades indicarem que deveriam estar matriculadas ou já formadas. A idade das meninas vai dos 14 anos de idade até uma menina com 19 anos recém-completos durante a pesquisa³⁵.



34. Em relação à série mais avançada completa, 60 por cento das meninas casadas entrevistadas não haviam completado o Ensino médio e 40 por cento haviam completado o Ensino fundamental II. Durante a pesquisa de campo, 73 por cento das meninas estavam matriculadas na escola. Entre os homens casados, 64 por cento não completou o Ensino médio, 14,5 por cento tinham algum tipo de formação superior ou mestrado e outros 14,5 por cento haviam completado o Ensino médio. Sete por cento havia completado o Ensino fundamental II. Em contraste com as meninas, apenas 29 por cento dos entrevistados estava matriculado em uma escola durante a pesquisa.

35. Dados sobre o nível de educação completo mais alto também foram levantados nas entrevistas qualitativas com familiares: 38 por cento não havia completado o ensino fundamental I, a mesma porcentagem não terminou o ensino médio, 13 por cento não completaram o ensino fundamental II e outros 13 por cento concluíram o ensino médio.

Tanto as meninas quanto os homens são afetados pelo baixo nível de escolaridade, baixos salários e alta instabilidade empregatícia dos homens. Os homens casados que participaram dessa pesquisa tinham um nível de educação mais alto que as meninas; entretanto, a qualidade da educação que tiveram e seus desempenhos escolares podem ser tão fracos quanto os alcançados por elas.

Primeiramente, é evidente que a incapacidade dos homens de perceberem a importância da educação influencia negativamente as meninas com quem se casam. Um homem de São Luís argumenta que mesmo tendo ido à escola, está desempregado, então “não fez muita diferença para ele”. Dentro dessa mesma lógica, não faz sentido que a menina com quem ele se casou estude. Curiosamente, o pai da menina mudou de opinião sobre a educação da filha: antes, ele queria que ela estudasse, mas agora que está casada e tem um filho, “só seria trabalho extra”. Dessa forma, a escola é colocada em oposição à via do casamento.

Em segundo lugar, nas cidades onde conduzimos pesquisa de campo, as perspectivas de emprego para ambos os sexos – adequadas à níveis escolares baixos – são bastante limitadas. Das 15 entrevistas com homens casados e 15 com meninas casadas em ambas as cidades, um terço dos homens está matriculado na escola, enquanto os outros dois terços abandonaram os estudos – na maioria dos casos, antes de completar o ensino médio. Duas meninas casadas de Belém afirmaram que seus maridos pararam os estudos para poderem trabalhar e sustentar o filho do casal.

O MAIOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE FAZ, TANTO HOMENS ADULTOS QUANTO MENINAS, MENOS PROPENSOS AO CASAMENTO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Os questionários domiciliares aplicados em São Luís, usando da mesma faixa etária da coleta de dados qualitativos, demonstraram a **influência, tanto entre homens quanto entre meninas, do nível de escolaridade em suas atitudes em torno das práticas relativas ao casamento infantil**. Entre homens com nível máximo de ensino fundamental incompleto, 60 por cento afirmaram que uma mulher pode ter seu primeiro filho entre os 15 e os 17 anos de idade. Essa porcentagem caiu para 37 por cento entre homens com nível mínimo de ensino médio incompleto ($p=0,003$) que responderam à mesma questão.

Algumas associações estatisticamente relevantes também foram encontradas no que concerne o nível de escolaridade das meninas que responderam aos questionários domiciliares. A maioria das meninas com, pelo menos, ensino médio incompleto, acreditavam que meninas de 15 à 18 anos não devem interromper os estudos (98 por cento), em contraste com meninas que tinham até o ensino fundamental incompleto, (83 por cento) ($p=0,001$).

A parte restante dessa sessão aborda as percepções dos/das entrevistados/as sobre os desafios impostos pelo sistema educacional que influenciam (ou sofrem influência) o casamento das meninas. Discutiremos então sobre os papéis de homens, meninas casadas e familiares em influenciar a educação das meninas dentro do contexto da união matrimonial.

| OS DESAFIOS DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO |

No geral, o fraco apelo e a baixa qualidade das escolas em si são as maiores dificuldades relatadas pelos participantes da pesquisa; o *aprendizado* é associado ao casamento.

Uma advogada de direitos humanos, com longa experiência em questões do direito de crianças e adolescentes no Brasil, ao ser entrevistada pela equipe de pesquisadores, descreveu a percepção da escola pelas meninas como “um passatempo até que a menina se case e comece uma família”, em vez de um caminho para mais oportunidades na vida. De maneira similar, em uma conversa entre meninas da DGF de Belém (com idades de 16 a 18 anos, algumas casadas) as participantes descreveram como meninas que se casam com homens mais velhos podem *aprender mais* sobre “ser mulher”, aprendendo a cozinhar, por exemplo. Isso se repete ao longo das entrevistas.

MENINA 01: Tipo, ela [não entendi] um cara mais velho, é que ela vai aprender mais.

MENINA 02: Ser mulher, entendeu? Porque eu conheço... tem uma amiga minha que tem uma filha já, tem filho, tem 18 anos, já sabe fazer um feijão, sabe fazer um arroz ...

MENINA 03: Sabe fritar um ovo.

MENINA 02: [continuando] Não tem que esperar o pai chegar pra fazer comida. Já arranhou marido, já arranhou filho.

Um homem da DGF de São Luís reforça essa noção de que as meninas aprendem ou amadurecem na interação com homens mais velhos no casamento:

Não, até, assim, no relacionamento, assim, no casamento, o benefício maior é pra mulher, né, porque ela mais jovem, né, então ela vai pegar mais maturidade, né, ela vai pegar, vai aprender mais coisas com o homem que é mais maduro, entendeu, a como cuidar da casa dela corretamente, porque o homem já é mais maduro, né, já teve outros casamentos, já passou por outros, né? E ela, por ser mais nova e não ter tido, né, outros relacionamentos, outros casamentos, então, o benefício maior acho que é pra mulher, né? Porque ela vai aprender com o homem, entendeu, como cuidar bem da casa, dos filhos, entendeu, e assim, adquirir coisas que lá pra frente vão servir pra ela, né? O homem pode se separar e aí ele vai lá, deixa o quê, tudo pra ela que ensinou, deixa ela estabilizada, e aí ele vai começar novamente, do zero, né? É mais fácil pro homem começar do quê a mulher.

É de fundamental importância atentar que tanto meninas quanto homens frequentemente *associam a “educação” das meninas com o casamento mais do que com a escola em si*. Por exemplo, algumas meninas veem o casamento como uma forma de *“aprender a ser mulher”* ou *“aprender a ser independente”*. Meninas casadas, contudo, afirmam consistentemente que o casamento de fato não trouxe-lhes mais independência e não enumeram “experiências de aprendizado” nas discussões sobre os seus

casamentos. As explicações dos homens sobre as meninas “aprenderem com eles” justificam os casamentos e solidificam a dominação dos homens, além de poderes e vantagens desiguais em termos de acesso à educação e a experiências de vida. Homens e meninas retratam a escola como algo pouco atraente e inalcançável para a vida das meninas, ainda que meninas e familiares quase sempre mencionem sonhos profissionais e aspirações como uma razão para elas estudarem.

Com base nos limitados dados coletados relativos ao apelo que a educação exerce sobre os homens casados, parecem haver perspectivas similares daquelas discutidas acima para as meninas. No entanto, pesquisas posteriores são necessárias para explorar em maior profundidade os atrativos da escola para os meninos.

Outro desafio apontado é a curta duração da jornada escolar. O “tempo ocioso” (estudantes frequentam a escola apenas no período da manhã ou da tarde, formato padrão nas escolas públicas brasileiras) é associado, principalmente pelas mães e avós, com o aumento das chances de a menina engravidar e, conseqüentemente, se casar. As implicações socioeconômicas são evidentes uma vez que os pais (na maioria dos casos, uma mãe solteira ou avó responsável pela criação da criança) precisam trabalhar longas horas e possuem poucos recursos para preencher o tempo das meninas, ao contrário de meninas de classe média que participam de atividades extracurriculares no contra turno escolar. Essa inexistência de atividades diminui o contato da menina com oportunidades outras que o casamento, e limita suas redes sociais.

Escolas e outros serviços oferecem apoio insuficiente para que jovens mães continuem seus estudos. Este estudo descobriu que o casamento (frequentemente acompanhado da gravidez) leva as meninas – entre outras motivações – a interromperem os estudos e abandonarem a escola. Em especial, os resultados mostram que os maridos parecem ter a última palavra a respeito de se suas esposas devem continuar os estudos ou não. O cuidado dos filhos é tradicionalmente negociado entre a menina casada, o pai e a avó do bebê, oferecendo-nos uma pista sobre como essas relações podem ser aproveitadas para promover a continuidade dos estudos das jovens mães.

Quando as meninas vivem uma gravidez precoce, elas normalmente perdem aulas não apenas durante o parto, mas passam por períodos pré e pós-partos mais longos, dadas as chances elevadas de complicações e as conseqüências da cesariana, extremamente comum no Brasil. Faltar aulas por complicações relativas à gravidez é algo habitual, como descrito pelas participantes da DGF de meninas de São Luís: “Tem umas que têm problemas também na gravidez, aí é normal que não frequente”.

A irmã de uma menina casada explica que a menina é obrigada a ficar em casa com o bebe (ao contrário de levá-lo para a escola, como algumas colegas sugeriram), por insistência do marido que a esposa fique em casa.

E de vez em quando tem discussão dos dois. “Por que eu que eu te sustento, eu te sustento, então tu tem que ficar dentro de casa fazendo o que eu quero”. Então, ele quer que ela faça a hora que ele quer.

Opções flexíveis de estudo (tais como o *supletivo*³⁶) são vistas como mais viáveis para que essa menina e outras possam terminar os estudos – como discutido na DGF de São Luís, onde uma menina casada e com um bebe relatou os argumentos usados pelo diretor da escola para convencê-la a voltar a estudar.

Aí não pude, aí ela ficou menina, aí, com quinze dias não dava ‘pra mim começar’ e deixar ela. Aí tinha que esperar os quatro meses, ou ao menos dois. Aí a diretora já ‘tava’ apressando, apressando, aí eu conversei com meu marido, aí a gente resolveu deixar, aí eu passei esse ano todo que foi o ano passado, aí no começo do ano eu fiz a matrícula aqui pra mim, pra ver. A só que eu queria fazer logo o primeiro e segundo, mas por causa da idade que eu ainda tinha dezessete não pode, aí no próximo ano eu já ‘tô’ pensando em fazer os dois juntos e terminar.

Outras razões dignas de nota para as meninas abandonarem os estudos, como apontado por um pesquisador de Belém, são o medo de que alguém na escola denuncie o marido em questão; e a visão da escola como um lugar em que temem ser discriminadas e não como um espaço de acolhimento.

| QUEM INFLUENCIA AS DECISÕES DAS MENINAS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO? OS PAPÉIS DAS MENINAS CASADAS, DOS HOMENS E DAS FAMÍLIAS |

Para além desses desafios impostos pelo sistema educacional em si, de acordo com os dados qualitativos, vários outros fatores influenciam a educação das meninas, notadamente: gravidez, apoio do marido e/ou de um membro da sua família, e vontade de estudar ou de casar por parte da própria menina. Na pesquisa, os maridos e familiares emergem como figuras cruciais com um papel determinante para a menina continuar ou não na escola. As meninas e familiares geralmente dão preferência aos estudos dela (com algumas exceções, tais como querer que a menina fique em casa durante os primeiros meses ou anos do filho); contudo, é claro que, na prática, uma combinação de gravidez e, muitas vezes, dissuasão por parte do marido, mantém as meninas de fato longe da escola.

Essa seção discutirá a educação das meninas de acordo com os três grupos identificados como influentes nas suas decisões relativas à educação: as próprias meninas casadas, os homens casados e os familiares.



36. Cursos supletivos são concebidos com horários mais flexíveis e servem para que pessoas de todas as idades possam terminar os estudos rapidamente. Na maioria das vezes, cobram taxas de matrícula baixas. Muitas participantes apontaram grávidas e mães solteiras nesses cursos.

A discussão das meninas sobre sua própria escolarização

“Vendo as outras meninas irem para a escola e querendo ir para a escola também”. **A escola como espaço para socialização.** As meninas frequentemente reconhecem que casar-se atrapalhará os estudos e o trabalho, como apontado por uma menina na DGF de Belém:

A mulher arranjar marido cedo, realmente, atrapalha bastante. Tem que ter responsabilidade da casa, e se preocupa com outras coisas, e a cabeça dela fica em outro lugar. Pra estudar é difícil.

Além das muitas barreiras que separam as meninas casadas da educação, é importante frisar os resultados que sugerem que as *meninas valorizam a escola como um momento para estar com colegas da mesma idade*. O planejamento de programas e políticas públicas deve aproveitar desses temas, além de destacarem a escola como caminho para as meninas realizarem seus próprios sonhos. Como uma menina em São Luís apontou, ficar grávida e não poder ir para a escola (depois do casamento) fizeram-na sentir que estava perdendo a chance de estar com outras meninas.

Eu chorei muito quando eu fiquei ano passado sem estudar, eu ficava assim, louquinha da vida, olhando as meninas ir pra escola e eu querendo ir.

| Menina adolescente na DGF de São Luís

Essa citação exemplifica como as próprias meninas reconhecem desperdiçar sua própria juventude em função da gravidez e do casamento. É também um poderoso lembrete das inúmeras descrições de meninas casadas sobre a limitação das suas amizades e redes sociais, uma vez que a escola é uma das únicas oportunidades para elas criarem laços sociais essenciais para seu desenvolvimento e proteção.

Fica claro no caso dos homens casados e, especialmente, das meninas, que nenhum deles veem a educação conectada a perspectivas de emprego e independência financeira. Todavia, meninas e familiares apontam essas oportunidades como desejáveis para elas. Pesquisas adicionais no Brasil sobre o casamento na infância e na adolescência e os seus impactos educacionais (tais como aqueles associados à renda), poderiam aprofundar o entendimento sobre o casamento em relação à educação ao longo da vida das meninas casadas, dos homens casados e de seus filhos.

A maioria das meninas não volta para a escola. Dado o caráter recente da maioria dos casamentos observados nessa pesquisa, informações completas sobre a porcentagem de meninas que casam antes dos 18 anos, interrompem sua educação e mais tarde retornam à escola, não estão disponíveis. Contudo, participantes de todos os grupos da pesquisa qualitativa comentam que é mais provável que as meninas não voltem para a escola.

MUITAS MENINAS CASADAS CONTESTAM OS IMPEDIMENTOS IMPOSTOS PELOS MARIDOS AOS SEUS ESTUDOS

Dentre alguns exemplos importantes de meninas contestando o poder que os homens tentam exercer sobre elas, uma menina de São Luís descreve o quanto ela foi *esperta* ao deixar claro para o marido desde o começo do casamento que ela permaneceria na escola.

Às vezes, na minha família é 'por causo' também do homem, 'ah, tu não vai mais estudar'. O meu [marido] 'tava' com essas abobrinhas na cabeça, 'ah, agora tu teve a neném tu não vai mais estudar'. 'Não senhor, eu vou pra minha escola sim e acabou o assunto bem aqui!' Cortei logo porque se deixar assim, o homem, ele quer montar, tipo assim, em cima da mulher, entendeu? Querendo mandar mesmo, aí eu fui mais esperta, fui mais esperta, cortei logo.

| *Menina da DGF de São Luís*

Valorizar a agência das meninas e encorajar os casais a discutirem questões especialmente influentes na vida delas são alguns pontos programáticos importantes, que devem ser abordados para que a mudança de normas sociais seja eficaz. Este e muitos outros depoimentos de meninas casadas e seus familiares, apontam para a importância de “estabelecer” normas mais igualitárias desde os primeiros estágios do relacionamento.

Em especial, homens da DGF de Belém sugeriram que a volta aos estudos depende da vontade da própria menina. De acordo com os participantes, caso ela queira voltar à escola ela pode pedir apoio à sua mãe, e não há razão para a menina interromper os estudos caso a mãe possa dar essa ajuda. Para além dessa suposição de que um familiar se ocupará do cuidado da criança, tal atitude demonstra a falta de reconhecimento por parte dos homens das condições necessárias para garantir a educação dessas meninas, tais como cuidar da criança, apoio de um familiar e/ou do marido (outros participantes da mesma DGF fizeram coro a essa visão).

Além de abandonar a escola, as meninas enfrentam outros obstáculos e interrupções menos visíveis. Mesmo quando elas não largam os estudos completamente, o desempenho escolar das meninas casadas normalmente decai devido as consequências da nova situação, tal como uma frequência irregular nas aulas. Ficar para trás nos estudos faz com que as meninas repitam séries. Mesmo

em casos em que as meninas tentam voltar à escola e recuperar o tempo perdido, normalmente o que elas conseguem resulta em uma educação de menor qualidade, como em cursos supletivos.

Ademais, meninas casadas têm muito menos tempo para os estudos, uma vez que este fica em segundo lugar em comparação aos deveres que são esperados delas desde cedo, geralmente no formato de cuidado não remunerado e trabalho doméstico. As expectativas da sociedade e dos maridos de que as esposas cumpram essas obrigações também desfavorecem a construção de um ambiente propício para que as meninas casadas possam estudar. Não obstante, quando uma menina se ausenta da escola e se muda da casa da sua família de origem para a casa do seu novo marido, ela pode ter que mudar de escola. Meninas que mudam, abandonam e retornam à escola diversas vezes, e que casam e engravidam durante a infância ou adolescência, precisam também planejar o cuidado das crianças para poderem continuar os estudos. Dessa forma, não espera-se que a educação seja a prioridade da menina casada, frente a outros deveres concorrentes que ocupam o seu tempo e influenciam seus planos de vida – e essas normas geralmente subentendidas influenciam o próprio julgamento da menina sobre as suas escolhas relativas à escola.

Ao longo da pesquisa, essas interrupções pareceram apresentar desafios emocionais e psicológicos para as meninas, o que por sua vez afetava a sua concentração nos estudos. Quando as meninas se separam ou são deixadas por seus maridos, elas invariavelmente se tornam mães solteiras, diminuindo assim suas chances de realização educacional. Nessa situação elas enfrentam ainda fardos adicionais, tais como ter que garantir uma renda, no caso da sua família de origem não voltar a oferecer-lhe um mínimo amparo.

A influência dos maridos na educação das meninas

As atitudes dos homens casados em relação à educação das meninas podem ser resumidas de três formas:

O homem casado apoia (condicionalmente) a educação da menina. Nos poucos casos em que o homem casado apoia a educação da menina, esse apoio parece estar arraigado ao desejo dele de controlar a mobilidade dela. Nesse contexto, o homem casado prefere que sua esposa frequente a escola do que um ambiente de trabalho. Por conseguinte, as condições para que ela estude e cuide do filho dependem do marido. Da mesma forma, homens casados entendem o apoio às meninas como uma vontade de “ajudar” suas esposas, sustentando-as e oferecendo a elas aquilo que nunca tiveram. Como coloca um homem casado de Belém:

Quero que ela estude, quero dar uma assistência pra ela. Quero dar pra ela o que ninguém me deu. Quero dar essa mão amiga pra ela, como ela nunca teve na vida.

| *Homem de Belém casado aos 25 anos com uma menina de 15 anos
(o casal já era dois anos mais velho na época da entrevista)*

Os homens casados não apoiam nem dissuadem ativamente as meninas, mas elas interrompem os estudos por causa do casamento e/ou da gravidez. Algumas meninas e familiares atribuíram a interrupção dos estudos das meninas ao casamento, mesmo quando o marido não desencorajou o estudo da esposa abertamente. Por exemplo, uma mãe de Belém que se zangou quando a filha se casou, lamentou ao longo de toda a entrevista que se a menina não tivesse casado, ela estaria na escola. Em muitos casos, familiares lembram de terem passado por situações similares na juventude e desejam histórias diferentes para suas filhas.

ENTREVISTADORA: E se ela não estivesse morando com esse rapaz. Não estivesse juntado com esse rapaz, a senhora acha que ela estaria fazendo o que hoje?

MÃE: Ela estaria estudando. Eu ia tomar conta do neném dela e ela estaria estudando. Eu queria que ela estudasse para ser alguma coisa na vida dela.

| Mãe de uma menina que engravidou e casou-se aos 15 anos de um homem de 18 anos, Belém

Isso reforça a importância de reconhecer o efeito que simplesmente estar casada tem na vida de uma menina, mesmo frente a aparente ausência de atitudes rígidas e desiguais por parte do marido, tais como desencorajar abertamente os estudos da menina.

Homens casados – e muitos pais de meninas casadas – se opõe à educação delas, ainda que um familiar e/ou a menina casada insista em estudar. Por vezes, a influência do marido na ausência da menina na escola começa muito antes do casamento. Uma menina de São Luís começou a faltar aulas quando ela conheceu seu atual parceiro e a sua mãe não sabia onde ela estava até descobrir que a filha estava grávida.

ENTREVISTADORA: (...) E como foi que eles se conheceram? A senhora lembra, sabe mais ou menos como foi?

MENINA CASADA: Sei lá, eles já conversavam, já namoravam. Mas talvez ela indo pra escola, geralmente passava de mês sem entrar na escola, saía de casa todo dia dizendo que ia estudar e na hora não ia. O diretor ligava pra mim todo dia dizendo que ela não tava na escola, sendo que todo dia ela saía de casa pra ir pro colégio.

ENTREVISTADORA: Mas a senhora sabe pra onde que ela ia quando ela não ia pra escola?

MENINA CASADA: Não. Ela me dizia que ia pra escola.

ENTREVISTADORA: Mas ela não disse até hoje pra onde ela ia?

MENINA CASADA: Não. A última vez que ela foi pra escola ela voltou pra casa com sete meses...Aí foi da vez que ela voltou foi que ela pegou essa barriga dessa criança...

| Mãe de 32 anos de São Luís, cuja filha casou-se aos 13 anos com um homem de 26 anos.

Uma avó, com 54 anos na época da entrevista, também fala de um “intervalo” de horas entre o horário em que as aulas da neta terminavam e o horário que ela chegava em casa, durante o qual ela acredita que a menina engravidou. A neta se casou aos 14 anos com um homem de 19 anos.

Assim, a questão do uso do tempo dentro ou fora da escola emerge novamente como um fator que implica em gravidez e casamento.

Como esse exemplo e muitos outros ilustram, o apoio dos pais à educação da filha (no caso da pesquisa, normalmente da mãe) é mencionado várias vezes. Uma mãe de São Luís descreve como apoiou a filha para que ela continue a estudar:

ENTREVISTADORA: Certo, e algumas dessas coisas, a senhora acha que se realizou? Dela estudar, trabalhar, que era esse seu sonho. A senhora acha que se realizou ou ainda pode se realizar?

MÃE: Não, ainda pode se realizar, porque eu tô ajudando ela aí pra ela poder continuar os estudos, porque se não fosse eu... Porque nem o marido, nem o pai queria que ela estudasse, eu é que fico com a neném pra ela poder ir pro colégio.

| Mãe de São Luís cuja filha casou-se pouco antes dos 18 anos com um homem de 21 anos

Uma mãe de Belém conta que sua filha de 30 anos parou os estudos quando se casou e teve dois filhos, aos 16 anos, e então voltou à escola contra a vontade do marido, graças à insistência da mãe:

Com marido (falando), 'não, não vai, não vai, não vai,' ela estuda por insistência dela e minha. Ele nem quer que ela estude.

| Mãe de Belém cuja filha casou-se aos 16 anos com um homem de 24 anos

Como esses exemplos mostram, existem variações em relação ao peso dado às atitudes de familiares ou das meninas a favor da educação em contraposição com outros fatores que mantêm as meninas fora da escola, como por exemplo, o desencorajamento por parte dos maridos e a gravidez. Esses resultados identificam várias oportunidades para a elaboração de políticas que promovam a educação de meninas. Não obstante, essas variações de encadeamento de fatores e apoios (em torno da escola, gravidez e casamento) dão margem a estudos que demonstram que, por vezes, o abandono da escola (ou os planos de abandoná-la) antecedem a gravidez precoce.

Apoio familiar à educação das meninas

O inestimável apoio familiar à educação das meninas é visível em três formas, de acordo com os achados desta pesquisa.

Membros familiares apoiam a ideia geral de educação das meninas. No geral, familiares presentes nas vidas das meninas tendem a apoiar a educação delas, uma vez que a maioria das meninas desejam estar na escola. Quase todos os familiares entrevistados disseram diversas vezes que querem que sua filha/ membro familiar que se casou tenha educação e “seja alguém”, a fim de ter independência financeira e melhores oportunidades do que eles tiveram.

Eu sempre pensei assim de estudar, trabalhar e crescer na vida assim, mas arranjar logo um marido eu não pensei não, aconteceu... Pra mim, ela ia estudar, fazer faculdade, escolher uma profissão que ela gostasse pra avançar na vida.

| Mãe de São Luís, cuja filha casou, três anos antes do momento da entrevista (pouco antes de fazer 18 anos), com um homem de 21 anos

Uma mãe em São Luís, cuja filha se casou e engravidou aos 15 anos, também afirma que mulheres podem ter empregos hoje em dia e que os relacionamentos podem ser mais iguais – o que ela associa com ser uma mulher realizada.

A mãe da menina normalmente cuida do bebê enquanto a jovem casada está na escola.

A educação das meninas é também um sacrifício para as mães (quando suas filhas têm bebês), mas as mães tendem a apoiar a educação das filhas. Em alguns poucos casos, as mães querem que suas filhas casem para evitar o fardo de cuidar do bebê se a filha engravidar. Em uma entrevista a mãe disse que se o casal quiser se separar, ela e o pai da menina a persuadiria para continuarem juntos para evitar um fardo ainda maior sobre a mãe.

Na minha opinião, ela não ia conseguir trabalhar e cuidar do filho dela, na minha opinião, porque até hoje mesmo, como eu já disse até pra ela ir pra escola é um sacrifício de nós duas. Então, no caso se ela chegasse a se separar do marido dela ia cair pra cima de quem? De mim e do pai dela, como ia acontecer, eles queriam se separar, aí eu cheguei, o pai dela chegou falou com ele, falou com ela também, com eles dois.

Deste modo, a continuidade da educação de uma menina na escola frequentemente depende da vontade e/ou capacidade da mãe ou da avó da menina para ajudar substancialmente nos cuidados com o filho; na pesquisa, de maneira geral, não se espera do pai a sua participação no cuidado (apenas como provedores).

Os membros da família fornecem apoio financeiro, especialmente quando homens jovens casados têm menos condições financeiras. O apoio financeiro não é significativo, mas o baixo nível educacional, tanto do homem casado quanto da menina, juntamente com os baixos salários do marido, significa que esse apoio financeiro às vezes permite que o casal possa cuidar do bebê e que a menina possa continuar na escola. Por exemplo, dadas as despesas do casal com a criança, a avó pode pagar livros ou uma taxa de inscrição para um supletivo, de modo que a garota casada possa continuar a sua educação.

Em síntese, os achados da pesquisa qualitativa mostram que nem a gravidez por si só, nem a dissolução dos maridos, é garantia para que as meninas fiquem fora da escola. Parece que a combinação do desejo das meninas e o apoio de familiares pode, de fato, reforçar a possibilidade de a menina permanecer na escola.

SAÚDE

CONSEQUÊNCIAS PARA SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUAL | Homens e meninas casadas dizem ter pouca ou nenhuma discussão a respeito de planejamento dos filhos. A gravidez é, na maior parte dos casos, não planejada. Os resultados indicam o uso inconsistente de anticoncepcionais, e talvez pouca motivação por parte de homens e mulheres para o uso de anticoncepcionais: as meninas ou esquecem de tomar a pílula ou as “injeções” (injeções são o método contraceptivo mais comumente mencionado, quando existe). Algumas meninas afirmam que propositalmente descontinuam o uso de contraceptivos (novas pesquisas devem explorar a razão, mas esta pesquisa lança a hipótese de que isso está relacionado às normas de relações desiguais).

Diversos exemplos mostram como o poder desproporcional dos homens casados acaba por influenciar nas relações sexuais e na saúde sexual. Uma forma comum pela qual homens reforçam controle sobre a sexualidade das meninas é pelo não uso de preservativos; em um exemplo proferido em uma DGF, uma menina afirma que homens preferem “couro a couro”. Um homem casado acredita que preservativo não é necessário “se houver confiança”: se a menina que ele casou demanda o uso de preservativo, ele saberia que ela deve ter outros parceiros sexuais. Um homem de 27 anos casado com a menina de 17 anos em Belém descreve como ele engravidou duas meninas previamente e que ambas realizaram abortos. Quando perguntado sobre a gravidez da sua parceira atual, e se ela foi planejada, o marido respondeu que ele “planejou” a gravidez sozinho: ele disse para a menina que usaria o método de “tirar/coito interrompido”, mas não o fez. Quando ela engravidou, a decisão de manter o bebê foi dele. A prática do aborto, que é ilegal no Brasil, não é considerada uma opção viável por muitos membros das famílias e por alguns homens e meninas casados.

Às vezes, as meninas expressam algum nível de agência em torno do sexo, como no caso de uma menina (casada aos 15 anos com um homem que tinha 22 anos) em São Luís que insiste no uso do preservativo, pois ela sabe que o homem tem outras parceiras (e ela também usa um DIU, pois não quer mais filhos). Ela foi capaz de negociar a dimensão do sexo, mas não acerca de outras preferências com seu marido.

GRAVIDEZ E PARTO | Uma expressão popular para gravidez entre os entrevistados é *pegar barriga*, uma forma passiva de dizer que uma menina “ficou grávida”. No DGF com homens em Belém, um participante também associa a principal mudança no casamento com engravidar.

FACILITADOR: Mas de que forma, na opinião de vocês, muda a vida da, no caso, da menina, da mulher [quando ela casa]?

HOMEM: Vai mudar principalmente a barriga dela, que vai crescer.

Os resultados da pesquisa mostram que a gravidez é um evento comum nos casamentos, seguindo uma de duas sequências: a) gravidez, seguido de casamento, ou b) gravidez logo após o casamento. O primeiro – gravidez seguida de casamento – é a sequência mais comum, semelhante aos achados a partir de informantes-chave em pesquisas anteriores realizadas na América Central (Population Council México, 2013).³⁷ No âmbito internacional, ambas as sequências ocorrem: de acordo com a UNFPA, nove em cada dez partos adolescentes no mundo são de meninas que estão casadas ou em uma união. O mesmo relatório afirma que partos entre meninas com menos de 15 anos de idade estão aumentando na América Latina e no Caribe (UNFPA, 2013).

Além disso, há fortes expectativas de que as jovens casadas realizarão todo o trabalho de cuidar da criança, muitas vezes com apoio da mãe ou avó da menina casada. Este é um tema crucial nas entrevistas com as mães das meninas casadas. Uma mãe fala sobre sua filha que se tornou mãe e casou-se formalmente aos 15 anos. A jovem casada não vai acordar tão cedo quanto o bebê, então a avó se encarrega de cuidar do bebê na parte da manhã.

De acordo com uma juíza do tribunal da família entrevistada, que trabalhou durante 15 anos em uma pequena cidade no estado do Rio de Janeiro, todos os casos de casamento na infância e adolescência que ela testemunhou foram aqueles em que a menina engravidou e, em seguida, é pressionada ou deseja se casar com o pai. Em diversos casos, as meninas engravidam logo após se casarem (como no exemplo da mais jovem menina, entrevistada em Belém, que se casou aos 12 anos de idade com um homem de 19 anos, engravidando logo em seguida). A maioria das meninas afirma que gostaria de ter filhos, mas não tão cedo. As meninas casadas que não têm filhos também não querem crianças de imediato e afirmam tentar negociar as suas escolhas com seus maridos.

CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MATERNA | Complicações recorrentes da gravidez e do parto entre meninas que recentemente atingiram a puberdade são mencionadas diversas vezes, mesmo com os pesquisadores de campo não incluindo perguntas em profundidade sobre complicações de saúde. Há um consenso de que a gravidez na adolescência é extremamente comum nas comunidades em que a pesquisa foi realizada. Uma menina foi hospitalizada durante dois meses depois de sua gravidez, enquanto outra comentou que cesarianas – procedimentos notoriamente rotineiros no Brasil – poderia fazer a recuperação levar mais tempo. Meninas em um DGF mencionaram a incapacidade de subirem escadas devido à cesariana.



37. Esta pesquisa na América Central também aponta para casamento resultante de sexo forçado ou estupro que eventualmente leva a uma gravidez; esta situação não surgiu entre os casos no Brasil, mas deve ser explorada em futuras pesquisas, especialmente se considerarmos as lacunas legais.

Além de serem comuns no Brasil, é mais provável que cesarianas sejam necessárias em corpos adolescentes e pouco desenvolvidos. Assim, por definição, meninas são mais propensas a um tempo de recuperação mais longo após o parto, com consequências não apenas na saúde, mas também em termos de oportunidades educacionais perdidas. Meninas grávidas correm um risco muito maior de complicações médicas graves, como placenta prévia, parto prematuro, anemia intensa, toxemia e hipertensão gestacional. Dados internacionais mostram que as meninas casadas têm menos probabilidades de receberem cuidados médicos durante a gravidez do que as mulheres que se casaram enquanto adultas (UNICEF, 2014). Uma pesquisa feita por Raj (2010) e colaboradores (Raj & Boehmer, 2013) fornece algumas das evidências mais abrangentes sobre saúde no casamento infantil, gravidez e complicações no parto.

Durante uma conversa na DGF com meninas em São Luís, uma menina reflete que, se ela teve diversas complicações durante sua gravidez aos 16 anos, uma menina de 12 anos teria ainda mais complicações (uma participante então compartilhou o caso de uma vizinha de 12 anos de idade que foi estuprada pelo namorado de sua madrastra). As discussões entre os participantes da pesquisa indicam uma falta geral de conscientização e clareza em torno das possíveis complicações na gravidez e parto entre as meninas.

CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE DO RECÉM-NASCIDO, BEBÊ E CRIANÇA |

O Maranhão é o estado com a segunda maior taxa de mortalidade infantil no Brasil (depois do estado de Alagoas), com 36,5 por cento. A taxa de mortalidade infantil no Pará está um pouco acima da média brasileira, com 23 por cento (IBGE, 2010). Morbidades e mortalidades infantis são um problema global de saúde pública, e quanto mais jovem a mãe, mais elevados os riscos para o bebê. Tal como descrito pela OMS (2012), em países de renda baixa e média, natimortos e mortes na primeira semana e no primeiro mês de vida são cinquenta por cento mais frequentes entre os bebês nascidos de mães abaixo de 20 anos de idade, quando comparados com bebês nascidos de mães entre 20 e 29 anos de idade. As taxas de baixo peso ao nascer, prematuridade e asfixia perinatal também aumentam. Estas condições elevam a probabilidade de morte ou futuros problemas de saúde para o bebê. Gestantes adolescentes são mais propensas do que mulheres mais velhas a terem hábitos não saudáveis, tais como fumar e beber, que apresentam maiores riscos para a criança em termos de morte fetal, crescimento inadequado e outros problemas de saúde no bebê.

Nesta pesquisa, enquanto várias mães e avós indicam terem tido crianças que morreram, mortalidades infantis não são relatadas entre os casais casados. No caso de uma menina que se casou aos 15 anos com um homem de 22 anos, o filho deles toma medicamentos para convulsões (convulsões potenciais, mas sua condição não foi plenamente explicada pela pessoa entrevistada). A menina casada e sua mãe cuidavam do bebê, e o marido da mãe (o pai da menina casada) brincava com ele às vezes para “ajudar”.

A experiência de uma enfermeira numa sala de parto no Maranhão, frequentemente com jovens mães, oferece insights adicionais sobre riscos à saúde do bebê, as atitudes dos profissionais de saúde e a utilização de substâncias não-medicinais percebidas como remédios. Em uma de suas primeiras experiências, a enfermeira testemunhou um médico dando um tapa em uma jovem mãe adolescente porque a mãe estava com medo e mantinha suas pernas fechadas durante seu primeiro parto. De acordo com a enfermeira, nem mães primigestas, nem os assistentes de parto estão adequadamente preparados, o que aumenta os riscos de saúde no bebê. Ao comentar sobre suas experiências com partos em áreas rurais, a enfermeira menciona uma pomada feita à mão colocada sobre o corte do cordão umbilical do bebê (que leva a infecções e, por vezes, morte), e o *mingão*, usado para alimentar bebês, já que bebês gordos são vistos como atraentes (o *mingão*, uma mistura semelhante a um mingau grosso, pode obstruir os intestinos dos bebês antes de seu desenvolvimento e fazer bebês incharem ou desenvolverem excesso de peso). Ela afirma ainda que frequentemente não vê informações adequadas sendo fornecida às mães nas visitas trimestrais ou pré-natais.

Os achados ressaltam a importância de avançar políticas brasileiras que promovem o envolvimento dos homens na saúde pré-natal. Nos últimos anos, várias políticas nacionais de saúde inéditas foram desenvolvidas para promover a participação de homens na saúde materna, neonatal e infantil, além de promover a saúde dos homens para além do uso da sala de emergência. Em primeiro lugar, a lei nacional permite que uma futura mãe possa ter um companheiro de sua escolha na sala de parto. Esta iniciativa tem tido progresso significativo com o apoio da Promundo e outras ONGs e atores governamentais, porém ainda falta se tornar prática comum no país. Em segundo lugar, há um esforço contínuo para ampliar a licença paterna, atualmente de cinco dias. Em terceiro lugar, uma política pública nacional de grande escala conduzida pela Unidade de Saúde do Homem, o Pré-natal Masculino (serviços de saúde pré-natal envolvendo homens), já foi implementada em mais de 1.000 municípios brasileiros. A política incentiva a participação de pais e cuidadores no cuidado pré-natal com mulheres e oferece também uma oportunidade para o homem de averiguar a sua própria saúde.

Este estudo constata que homens de fato estão menos presentes em espaços de prestação de serviços sociais no sistema de saúde, incluindo visitas pré-natais e partos. As equipes de pesquisa em ambos os locais observaram que a maioria das meninas que procuram cuidados pré-natais vão sozinhas ou acompanhadas por um familiar do sexo feminino. A presença de homens em pelo menos uma visita pré-natal com as suas parceiras, no entanto, significa que os serviços de cuidados pré-natais se tornam locais de recrutamento de participantes do sexo masculino nesta pesquisa. Espaços de cuidados pré-natais representam uma oportunidade vital para trabalhar uma série de achados desta pesquisa, através do envolvimento de homens em mudanças de normas em torno de relações de gênero igualitárias, melhor saúde além de outros efeitos positivos.

O PAI E O CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

No geral, a pesquisa encontrou expectativas limitadas do potencial positivo do papel de homens como cuidadores em todos os grupos que participaram na pesquisa de campo. Três papéis relacionados à paternidade foram identificados na pesquisa qualitativa:

- **O papel do pai na decisão da filha em se casar:** o pai ou incentiva ou tem influência.
- **O papel dos homens casados em cuidar dos filhos** espera-se que homens casados tenham pouco ou nenhum papel de cuidador para além de serem provedores. A expectativa – reforçada tanto por homens quanto mulheres – é que as mães e as avós das crianças criem os filhos.
- **O papel dos homens casados (mais velhos) enquanto “figuras paternas” para jovens meninas casadas:** sobretudo quando existe uma grande diferença de idade, homens casados às vezes assumem a responsabilidade de prover financeiramente a menina. Isso geralmente vem acompanhado de atitudes controladoras e paternalistas, centradas no desejo de “ensinar” as suas esposas.

O PAPEL DO PAI NA DECISÃO DA FILHA EM SE CASAR | Em alguns casos, as decisões do pai foram cruciais para pressionar as meninas a se casarem. Isto ocorre principalmente devido ao desejo do pai em prevenir uma gravidez ou “passar” a responsabilidade financeira associada a uma gravidez de suas filhas para os futuros maridos. No caso de uma menina que se casou em Belém aos 17 anos com um homem de 30 anos de idade, uma avó descreve como o namorado pediu ao pai permissão para namorar, ao que o pai respondeu com a sugestão de um casamento; pouco tempo depois, a garota casada ficou grávida.

Aí começou a ir para casa dele e o pai dela chamou e disse: “que assumir, assume logo. Esse negócio de ir e dorme e volta. Aí antes que tu engravide ela, quer assumir assume logo”. Daí ele assumiu....

No caso de uma outra menina na DGF de São Luís, o casamento também foi visto como uma alternativa ao seu pai denunciar o homem que “tirou” sua virgindade.

Tal como discutido com as meninas nas DGFs de São Luís e ao longo da pesquisa, não é esperado que o pai esteja presente e participe do cuidado e apoio às crianças que conceberam. Nesta DGF mais da metade das meninas espontaneamente trouxeram o assunto e compartilham a experiência de ter um pai que tem diversos filhos com diferentes mulheres. Uma menina disse: “Meu pai tem filhos espalhados pelo mundo!”. A infidelidade dos homens e múltiplas parceiras sexuais (tendo às vezes filhos com tais parceiras) é normalizada pelos homens e especialmente pelas meninas e membros da família por toda a pesquisa qualitativa. Em contraste, espera-se que mulheres e meninas sejam fiéis em um relacionamento ou casamento.

Os resultados também mostram como qualquer interação entre homens adultos e meninas é percebido enquanto sexualizado por homens e mulheres da comunidade. Um exemplo significa-

tivo desta sexualização ocorreu em São Luís, onde se achava que uma menina casada era a jovem esposa ou namorada de seu pai quando andavam de mãos dadas pelo bairro.

O PAPEL DOS HOMENS CASADOS EM CUIDAR DOS FILHOS | Quase todos os casais entrevistados para esta pesquisa ou tinham filhos pequenos ou estavam grávidas no momento da coleta de dados – em parte porque maternidades e clínicas de saúde foram usadas como locais de recrutamento para a pesquisa.

Os homens casados entrevistados consistentemente expressam a atitude de que cuidar de crianças é uma “esfera das mulheres” ou “mais natural” para as mulheres. Tais atitudes são reforçadas por membros da família do sexo feminino e meninas (casadas e não casadas), que consideram homens como sendo primordialmente provedores econômicos em vez de cuidadores. Por conta de sua juventude, as meninas são muitas vezes incapazes de cuidar do bebê sozinhas. Dentro desse contexto, casamento infantil é justificado como uma forma de fornecer estabilidade financeira para as meninas para que criem seus bebês. Na prática, porém, esta pesquisa mostra que as mães e/ou avós das meninas acabam realizando quase todo o trabalho de cuidar pelo bebê. Além disso, a provisão financeira é largamente insuficiente, uma vez que os homens casados têm empregos de baixa remuneração ou estão desempregados.

As mães das meninas casadas aceitam e até mesmo reforçam a falta de comprometimento dos homens no cuidado dos filhos. Começando com o nascimento de seu neto, uma mãe desestimulava os cuidados por parte de seu genro (com 23 anos de idade casado com uma menina de 16 anos). Ela assumiu a responsabilidade completa de cuidar da criança quando sua filha deu à luz, impedindo o marido da moça de desempenhar um papel mais proativo, pois ela iria “tomar conta de tudo.”

Em diversos momentos durante a pesquisa os homens indicaram preferências por filhos do sexo masculino. Por exemplo, um homem casado em Belém afirma que se o casal se separar, ele iria ficar com a criança se fosse um menino (a menina estava grávida no momento da entrevista). Um homem de 21 anos de idade, casado com uma garota de 15, também em Belém, afirmou que quer um filho para que ele pudesse jogar futebol com ele.³⁸ Os homens também parecem sentir que têm um papel maior na criação de meninos ao invés de meninas. Por exemplo, um outro homem em Belém explica que os papéis de cuidado devem ser diferentes até que as crianças cresçam – por exemplo, homens não devem banhar as crianças, especialmente as meninas, pois isso seria um trabalho da mãe.³⁹



38. Pesquisas anteriores mostraram resultados semelhantes (gerando o projeto do Promundo, “Criança, Sujeito de Direitos”, que incluem discussões com os pais e mães sobre expectativas de gênero e preferências por um filho ou filha.

39. Os resultados da pesquisa do Promundo “Homens que Cuidam” foram similares, no que diz respeito a expectativas de gênero relacionadas aos papéis de cuidadores.

O HOMEM COMO CUIDADOR:

DAS “CIRCUNSTÂNCIAS DE EMERGÊNCIA” NA AUSÊNCIA DE UMA MULHER - À DISPONIBILIDADE

Os poucos exemplos de pais envolvidos na pesquisa estão sempre relacionados a situações em que as mães *não podem ou não cuidam de seus filhos*. Uma conversa na DGF de Belém com homens começa com uma crença compartilhada de que as mães devem cuidar das crianças. Um homem descreve como ele assumiu os cuidados de sua filha, pois a mãe da menina (sua ex-esposa) gosta de festejar e teria “matado” a filha ao deixá-la em casa sozinha. Aqui, novamente, a dicotomia festa/irresponsabilidade versus responsabilidade/casamento/maternidade fica evidente.

Da mesma forma, quando perguntada sobre quem ficaria com o bebê no caso de uma separação entre uma jovem moça e o homem, uma mãe (39 anos, com uma filha que se casou aos 15 anos e tem uma criança) afirma que o bebê ficaria com o pai apenas se *a mãe abandonasse o lar*. Em outro exemplo, um pai assumiu o papel de cuidar da criança por necessidade, quando a menina com quem se casou foi hospitalizada após a gravidez. Ele ficou em casa durante dois meses e levou o bebê para ser vacinado – mas o seu papel de cuidador terminou uma vez que sua esposa deixou o hospital.

Há, no entanto, exemplos notáveis nos quais homens entrevistados e homens nas DGFs defendem os papéis dos pais no cuidado da criança. Um homem na DGF de Belém, por exemplo, sublinha que os pais também podem cuidar dos filhos. Ele fala após uma discussão sobre como meninas casadas, com a ajuda dos avós, realizam os cuidados com a criança. Segue-se uma conversa bem-humorada, sobre como poucos homens no DGF sabem cozinhar: às vezes eles queimam a comida. Um homem brinca que felizmente ainda não deixou um prego cair na comida. Tal como acontece com a paternidade, a participação de homens na cozinha e nas tarefas domésticas ajuda a reverter os estereótipos de que homens são “incompetentes” para estas tarefas e que mulheres são naturalmente “competentes” nelas. Quando outro participante do sexo masculino da mesma DGF sugere que um homem casado pode também participar na prestação de cuidados, um debate segue. Ele aponta os desafios práticos em coordenar os cuidados com a criança e coloca a questão: quais são as maneiras de envolver os homens como cuidadores ativos quando eles trabalham turnos longos (muitos homens têm empregos na construção civil) e são os únicos provedores?

Os resultados sugerem que homens podem estar dispostos a encontrar soluções para estas questões legítimas e contribuir na prestação de cuidados; eles não estão inteiramente de acordo com uma ordem de gênero na qual o pai está fora de cena. A participação ativa dos homens enquanto pais não é apenas benéfica para o relacionamento, para crianças e para os próprios homens, mas é também um fator de suporte inexplorado para a educação das meninas.

O PAPEL DOS HOMENS CASADOS (MAIS VELHOS) ENQUANTO “FIGURAS PATERNAS” PARA JOVENS MENINAS CASADAS |

Diversos entrevistados referem-se a homens casados como “tornando-se pais para as meninas”. Quando indagados sobre o casamento com meninas jovens, vários homens discorrem sobre os papéis dos homens casados em “criar” as meninas – às vezes para compensar a “educação inadequada” das meninas, como descrito por um homem na DGF de São Luís:

É, porque ela saiu da casa do pai dela sem saber, ‘bem dizer’, tudo e tem pai, mãe que não educam o filho, né, só cria, mas não educa, assim, questão de ensinar. Então, o marido se torna o marido e pai.

Mesmo quando a diferença de idade entre o casal não é grande, o papel ‘paterno’ é muitas vezes acompanhado de comportamentos autoritários e paternalistas. As seguintes observações de um homem casado em Belém merecem destaque:

ENTREVISTADOR: Porque tu acha que algumas meninas se casam com homens mais velhos?
 HOMEM CASADO: o que ela não sabia da vida eu mostrei pra ela como era a vida, de casado. É completamente diferente da pessoa que ta solteira, porque a vida de casado tem que pensar e muito pensar... Um homem que veio pra ser homem ter que ter autoridade, sendo novo, velho qualquer idade, tem que ter autoridade no que você faz.

| *Homem de Belém que se casou com uma menina um ano atrás quando ele tinha 22 e ela tinha 15 anos*

Parece haver uma opinião entre membros da família e homens casados de que, uma vez que uma menina está na casa do homem, ela não está mais sob os cuidados ou proteção de sua família de origem. Em consonância com o que é visto em outras estruturas patriarcais, em um certo sentido a menina casada torna-se a “propriedade”, a “responsabilidade” do novo patriarca (mesmo no caso de jovens homens casados, que às vezes se esforçam mais para atender às expectativas de provedores econômicos). Como resultado, algumas famílias não sabem muito sobre a vida das mulheres casadas, especialmente nos casos em que a menina deixa sua família de origem por sua própria vontade.

Os cuidados recebidos na família de origem é, portanto, substituído pelo homem casado. Este cuidado, no entanto, é acompanhado por uma dinâmica de poder altamente desigual, sendo mais controle do que cuidado. Esses padrões são mais intensos quanto maior a diferença de idade. Várias mães continuam uma espécie de “co-parentalidade” da menina junto com o marido, antes e durante o casamento. Por exemplo, um homem mais velho casado descreve como ele ameaçou ligar para a mãe da sua esposa caso ela não fosse à escola. Outra mãe de São Luís disse que quando sua filha – que se casou, aos 16 anos, com um homem de 23 anos de idade – fica irritada, tanto ela quanto o marido tentam acalmar a menina. Esta mesma mãe assumiu totalmente a responsabilidade dos cuidados quando a menina deu à luz.

SEPARAÇÃO E VIDA APÓS O CASAMENTO

As meninas que se casam quando menores de idade são mais propensas a se casarem informalmente e, portanto, a não terem proteção legal quando o casal se separa. Meninas na DGF de São Luís discutem o desafio da falta de documentação (de seu próprio casamento ou do nascimento de seus filhos) ao buscarem ajuda de serviços sociais para saírem de um casamento (informal). Às vezes, as meninas buscam permanecer com seus maridos, mesmo não estando em um relacionamento satisfatório, pois têm receio de se encontrarem numa situação pior sem eles.⁴⁰

Casamentos formais e informais parecem ter um impacto maior na vida das meninas, uma vez que favorecem os papéis de gênero tradicionais, especialmente ao reforçarem expectativas de que as meninas façam o trabalho doméstico, se tornem mães, e sirvam os homens com quem se casaram. Cumprir esses papéis também impede as meninas de terem acesso à educação e a oportunidades de emprego fora de casa, ao mesmo tempo em que reduz as chances de socializarem com seus pares.

Os resultados mostram que o fim de um casamento traz menos mudanças para os homens. Ainda que por razões diferentes, os homens também se deparam com oportunidades educacionais e empregatícias limitadas – embora melhor do que as meninas – nas comunidades em que a pesquisa foi realizada. No entanto, os homens se beneficiam de redes sociais maiores do que suas ex-mulheres, e muitas vezes a única expectativa é que os homens ofereçam suporte financeiro à(s) criança(s), a menos que abandonem a mãe e a criança completamente. Esta pesquisa também constatou referências ao fenômeno de homens “reciclarem” mulheres, tal como identificado em pesquisas anteriores no estado da Bahia (Greene, 1995). Como observado por uma prima de uma menina casada em São Luís, alguns homens “mudam de opinião tal como mudam de roupa” – realçando a natureza fugaz de alguns casamentos, onde o casamento é tal como uma “aventura” para homens que eventualmente cansam de suas esposas.

Após a separação, meninas e mulheres jovens se encontram com pouca ou nenhuma perspectiva de educação ou emprego e redes sociais limitadas. Em quase todos os casos, homens, mulheres e membros da família afirmam que, no caso de uma separação, os filhos ficam com a mãe. Uma mãe (cuja filha se casou aos 13 anos com um homem de 26 anos) em São Luís relata o receio de que as meninas fiquem ‘soltas’ após se separarem. Meninas e mulheres são muito comumente descritas, pelos homens e membros da família, como ansiosas e nervosas nesta e em outras pesquisas do Promundo realizadas no Brasil.



40. Um dos efeitos do Bolsa Família, um programa de transferência condicionada de renda do Brasil, é que as mulheres são capazes de saírem de relacionamentos indesejados com maior segurança financeira.

A mulher depois que ela tem um filho e separa do marido tem mulher que fica louca... que andam com um homem, ficam com outro, é uma coisa e é outra, cada dia com um cara diferente. Tem mulher que quando se separa fica assim.

Estigmas e riscos potenciais são desafios que acompanham a separação, para as meninas casadas. Para as meninas, “serem largadas pelo homem” frequentemente gera estigma contra elas, mas não contra o homem (ver Moreira & Guedes, 2007). Em alguns casos, as meninas dizem que a separação nem sequer é possível devido ao medo do marido agir com violência ou a menina se ver incapaz de sustentar a seus filhos e a si mesma. De acordo com as meninas casadas e seus familiares, a separação pode ser particularmente difícil quando a menina toma a iniciativa.

Ao longo da pesquisa qualitativa, as mulheres são constantemente retratadas como posses, algo a ser obtido pelo homem e, quando o homem não quer mais a menina, são devolvidas às suas famílias de origem, que deve agora assumir todas as responsabilidades financeiras. Este tratamento das meninas como objetos trocáveis é descrito na DGF com os homens em Belém:

Na minha opinião, se ele pegou ela [a menina casada] da família dela lá, da mesma forma que ele pegou, ele vai ter que tentar entregar os direito dela na frente do pai e da mãe. “Aqui ó, não dá mais certo, aconteceu isso, isso e isso. Tá aqui a sua filha. Não quero que ela venha mais atrás de mim, tô lhe entregando com os direitos dela”.

Mais adiante, na mesma DGF, outro homem descreve essa transação com seu cunhado, que “devolveu” a menina casada para sua mãe. Ele realça que uma vez que havia “devolvido” a menina para a sogra, o cunhado não era mais responsável e não queria mais nada com ela. Ao dizer “Eu quero apenas o que é meu – uma televisão e um guarda-roupa (móveis)”, o cunhado não se sente mais em posse dela.

Noções de posse e controle às vezes persistem muito além do próprio casamento, como observado por vários homens na DGF em Belém:

- É mais difícil pra ela [depois da separação], porque ele vai ficar correndo atrás dela, ameaçando.
- Tem esses homens que falam que “não, ela é minha”. Aquela coisa de posse. Ela não pode ter mais relacionamento que não seja aquele.

As próprias meninas (na DG Fem Belém) também contribuem para objetificar as descrições de mulheres e meninas ao questionarem por que os homens gostariam de ter relações sexuais com mulheres que estão “usadas”, significando “muita velha” (e também sexualmente experiente):

- Eles vão querer pegar coisa que já tá muito usada? Eles querem as que tão mais novas, né.
- As novinha são mais bonita.

Quanto aos membros da família, eles geralmente desencorajam a separação – às vezes retratada como uma possível regressão para a “vida de festa”, como discutido nas seções anteriores. Uma mãe em São Luís (cuja filha se casou aos 15 anos com um homem de 22 anos), por exemplo, descreve como ela havia convencido a filha a “manter seu marido” quando o casal brigou, para evitar maiores encargos financeiros sobre si mesma:

Porque ela, ela ia mesmo se encostar em cima de mim, porque ela não trabalha, ela não tem como trabalhar com uma criança e se ele [o pai] fosse pra pagar uma pensão, ele ia dar só um pouquinho e o pouquinho, cem reais, duzentos reais não é nada, ainda mais pra uma criança que toma remédio, concorda comigo?

Apesar de serem consideradas velhas o suficiente para terem filhos e casarem, as meninas são amplamente consideradas jovens demais para tomarem outras decisões importantes por conta própria, tal como sair de um casamento. A mãe de São Luís citada acima refere-se à insatisfação de sua filha em seu casamento como uma “fase”, infantilizando suas vontades:

Aí eu disse pra ela: ‘minha filha, isso é uma fase, tu tem que segurar teu marido ou bom ou ruim tu tem que segurar, porque tu tem um filho, tu quer se criar, igual foi criada, sem pai?’

Longe de ser um caso isolado, esta atitude é compartilhada pela maioria dos homens casados e familiares entrevistados no decorrer desta pesquisa. Vale também mencionar que a mãe se refere à infância de sua filha sem pai como uma razão para que menina continue no casamento: para que a criança possa ter um pai.

“É SÓ NO PAPEL:” OS DESAFIOS COM A LEGISLAÇÃO E SERVIÇOS

Muitos casamentos poderiam ser evitados, e separação seria mais viável, com maior conscientização sobre, e aplicação da legislação. Se a lei fosse eficaz, a prestação de serviços dedicados à proteção da criança e do adolescente melhorariam.

Na larga maioria, o conhecimento da legislação relacionada com a idade para o casamento é limitada e a aplicação da lei é vista como fraca. De acordo com o Código Penal Brasileiro, sexo com um/uma menor de 14 anos ou abaixo é considerado estupro de vulnerável. Meninas e homens nas DGFs conhecem e concordam com esta lei – sendo consistente com outros achados que mostram uma maior rejeição de casamento envolvendo meninas de 12 a 14 anos, quando comparado com meninas de 15 a 17 anos de idade.

A pesquisa constata menor conscientização no que diz respeito à idade mínima para casar (sendo de 18 anos no Brasil, 16 com autorização dos pais e exceções a partir aos 14 anos). Os resultados das pesquisas domiciliares em São Luís constataram que cerca de 20 por cento acreditam *que existe uma lei* que define

a idade mínima para casar no cartório. Uma porcentagem maior de homens (35 por cento) e de meninas (32 por cento) não acham que essa lei exista para homens ou mulheres.

Quando perguntados se uma lei deveria *definir* a idade mínima para que homens e mulheres possam se casar no cartório, a maioria dos mesmos participantes da pesquisa domiciliar responderam afirmativamente. Homens acreditam que as meninas devem se casar em uma idade mais jovem (19 anos em média, com a menor idade citada sendo 13 anos). Já as próprias meninas defendiam uma média de 21 anos para que meninas possam se casar, com 15 anos sendo a menor idade citada por elas. Homens entrevistados acham, em média, que a idade para homens se casarem deveria ser acima de 19 anos, enquanto meninas afirmaram 21 anos. Os resultados podem indicar que os participantes afirmam aos pesquisadores o que eles acreditam ser uma resposta apropriada (isto é, referindo-se as idades acima de 18 anos), e não o que eles praticam ou acreditam. As respostas também podem indicar resultados encorajadores em termos de preferências contra o casamento infantil.

A ausência de uma aplicação legal é ressaltada na DGF de São Luís com homens e em várias entrevistas. Os participantes argumentam que se uma lei não é aplicada, não importa se ela existe “no papel.” Um homem na DGF de Belém aponta que homens mais velhos comumente namoram e fazem sexo com meninas que conhecem em festas populares, sabendo que a lei pode ser contornada através de subornos para autoridades, se necessário.

REDES DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | Profissionais das redes de proteção da criança e do adolescente em ambos os locais tendem a dizer inicialmente que casamentos infantis e adolescentes são mais comuns em áreas rurais do que na cidade. No decorrer da DGF ou da entrevista, eles então afirmam que se depararam com vários casos de tais casamentos nas áreas urbanas.

Conclusões e observações de trabalho de campo mostram que profissionais das redes de proteção de nível local ou da cidade frequentemente têm atitudes discriminatórias frente às meninas que se casam e/ou engravidam. Essas atitudes podem ser resumidas em três maneiras:

- **Oferecendo atendimento ruim (de discriminação a abuso verbal) na prestação de serviços** em centros de serviços de saúde, escolas e outros espaços. A pesquisa constatou que este tratamento dissuade meninas de buscarem serviços, e podem ainda levar a experiências de re-traumatização e abuso.
- **Transmitindo juízos morais ao invés de oferecer incentivos positivos** para que meninas e meninos possam estabelecer vias alternativas ao casamento. Esse acúmulo de discriminação, tal como descrito por uma das pesquisadoras, transmite a mensagem de que “você nunca será nada na vida” em vez de “como podemos desenvolver um projeto de vida com e para esta menina?”, tal como sugerido por uma assistente social na DGF em Belém. Da mesma forma, um estilo didático poderia ser substituído pelo incentivo ao questionamento e a reflexão.

- **Reforçando desigualdades sociais e econômicas** quando questionados sobre casamento na infância e adolescência e gravidez. Essas atitudes podem ser resumidas de tal forma: *os pobres não ensinam valores aos seus filhos nem têm estruturas familiares fortes*. Uma delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), por exemplo, diz que falta às famílias pobres os ‘valores’ que as famílias de classe média ensinam aos filhos. Líderes comunitários em Belém e outros locais enfrentam estas formas de estigma (que consideram pobres como “criminosos” e “pais negligentes”) ao enfatizar os interesses dos residentes em trabalhar duro e criar bem as crianças.

Essas atitudes reforçam noções referentes à responsabilidade da mãe (em vez de ambos os pais) na criação dos filhos, no casamento no contexto de outras oportunidades, e nas principais questões de classe e desigualdade que moldam as percepções sobre as práticas relacionadas ao casamento na infância e adolescência na região da América Latina. Na realidade, enquanto que há uma crença de que casamentos na infância e adolescência são menos comuns em comunidades com uma renda média-alta, eles também ocorrem neste grupo econômico.

BUSCANDO APOIO: IDENTIFICANDO SERVIÇOS ADEQUADOS | Os respondentes da pesquisa quantitativa foram perguntados se existem locais onde uma menina com idade abaixo de 18 anos possa recorrer por ajuda, caso esteja sendo pressionada a se casar, mesmo que ela queira fazê-lo. O conselho tutelar e a família são as instituições mais frequentemente citadas, tanto por homens quanto por meninas. Entre as meninas casadas, além de citar essas duas opções, elas frequentemente mencionam as delegacias das mulheres e das crianças como locais para pedir ajuda ou para terminar um casamento.

Na pesquisa qualitativa, as agências governamentais mais citadas como capazes de lidar com casamento na infância e adolescência também foram os conselhos tutelares, além de centros de assistência social (CREAS, CRAS), a Defensoria Pública, delegacias de mulheres, e a Promotoria, com o Ministério Público. Vários desafios relacionados à estrutura e capacidade da rede de proteção – tanto de entidades públicas quanto de entidades sem fins lucrativos – surgiram da pesquisa qualitativa:

- **Profissionais e instituições parecem desconectados** e mencionam a falta de treinamento sobre como fazer encaminhamentos adequados aos serviços ligados aos direitos da criança e dos adolescentes e relacionamentos.
- **Os serviços são frequentemente demasiado cheios ou não oferecem uma atenção plena às meninas** (às vezes mais atenção é dada quando há uma criança envolvida). Quando perguntado sobre as instituições, as meninas nas DGFs dizem buscar ajuda das famílias ao invés de uma instituição.
- **As demandas são maiores do que a capacidade de atendimento dos prestadores de serviços**, de acordo com os próprios profissionais nas redes de proteção. Eles apontam que precisam de mais treinamento e desenvolvimento profissional para lidarem com o casamento infantil.

RESISTINDO, OU “DESVIANDO” DO CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Em uma escala mais ampla, os dados de opinião pública mostram que brasileiros largamente acreditam que uma mulher deve ser livre para escolher o seu próprio marido, independentemente dos desejos de sua família.⁴¹ Nesta pesquisa, os prestadores de serviços anteriormente descritos estão dispostos e prontos para receberem treinamento e efetuarem coordenações mais eficazes. Além disso, muitas meninas casadas, bem como os próprios homens ou membros da família, contestam as práticas de casamento na infância e adolescência, defendendo que meninas devem se casar numa idade mais avançada (ainda que as práticas de casamento sejam amparadas por normas que as favorecem) e vigorosamente defendem uma educação contínua.

Homens reconhecem ao menos algumas consequências negativas do casamento precoce das meninas. Por exemplo, diversos homens na DGF de São Luís reconhecem as consequências para as meninas:

- Também é ruim, também, por exemplo, uma mulher, uma menina se relacionar [sexualmente] a partir dos 14 anos... se isso não durar pra sempre, ela terminar o relacionamento com 14 anos, aí, ela engravida, quem sai pior prejudicada é ela, né, por mais que ela receba um apoio ainda do ex-marido, né, ela vai acabar perdendo, porque, às vezes, ela deixou de estudar pra cuidar dos filhos, né, perdeu um pouco ali da adolescência dela. E, com certeza, dificilmente, ela vai concluir os estudos dela.
- Tirou a liberdade dela, que ela ia estudar.

Quando os homens na DGF foram indagados se já interviram em um casamento infantil, um homem demonstra consciência de como o casamento afeta homens e mulheres diferentemente:

[Havia um homem] que tinha uns 20 anos mais ou menos e a menina tinha uns 14 anos. Eu intervi mais por ela do que por ele, né, porque ela ia perder muita coisa saindo de casa, perdendo essa liberdade toda de adolescência, né. Mas ele não, ele se quisesse separar não ia perder nada, ia continuar a vida dele, ia morar na casa dos pais normalmente.

Durante a pesquisa as atitudes dos homens são frequentemente mais equitativas do que os seus comportamentos, embora não esteja claro se isso significa que eles desejam mudar ou se isso ocorre devido a um viés na resposta. Eles frequentemente indicam atitudes contrárias ao casamento na infância e adolescência, quando falam do futuro de seus próprios filhos e experienciam contestações por parte das meninas. No geral, os resultados desta pesquisa demonstram oportunidades de múltiplas partes interessadas para influenciar atitudes e práticas que ‘desviam’ do casamento na infância e adolescência.



41. Pew Research Center (2007). Pergunta Q.44 (97 por cento responderam que a mulher deve ser livre para escolher).

IMPLICAÇÕES
PARA POLÍTICAS
PÚBLICAS,
PROGRAMAS
DE INTERVENÇÃO
E PESQUISA

O casamento na infância e adolescência no Brasil não é um problema isolado, sendo fundamental para alcançar uma série de direitos e metas de desenvolvimento já em pauta. Dada a falta de visibilidade desses casamentos no Brasil – apesar dos números e das consequências prejudiciais que o casamento infantil tantas vezes acarreta –, o primeiro passo é a conscientização. Para que o casamento na infância e adolescência receba a atenção que merece, uma resposta comprometida faz-se necessária. Para este fim, a pesquisa propõe três conjuntos de recomendações:

- Fortalecimento da legislação e de serviços de proteção que garantam os direitos da criança e do adolescente;
- Participação dos setores de educação e saúde; e
- Transformar as normas sociais que sustentam o casamento na infância e adolescência.

FORTALECIMENTO DA LEGISLAÇÃO E DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO

Tratar da questão do casamento na infância e adolescência demanda uma abordagem integrada em todos os níveis do governo – federal, estadual e municipal. No Brasil, é fundamental que esses esforços sejam coordenados para alavancar os avanços existentes referentes aos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, bem como na educação, saúde e política social.

Alterar, aplicar e promover a legislação. Dado o vasto tamanho da população brasileira e as divisões administrativas do país, a mudança demanda um compromisso claro no âmbito federal. Também implica a implementação de políticas e programas nos âmbitos estaduais, municipais e comunitários. Encontra-se listado abaixo as prioridades identificadas a partir da pesquisa:

- **Alteração da legislação:** o Código Civil deve eliminar as ambiguidades existentes e garantir 18 anos como a idade mínima para o casamento de meninas e meninos, eliminando as atuais exceções que discriminam contra meninas.
- **Aplicar a legislação:** juízes dos tribunais da família, escrivães e representantes de proteção à criança devem receber formação adequada sobre os direitos de crianças e adolescentes

a fim de garantir que casamentos ocorram somente após a idade de 18 anos. A formação deve fazer parte do desenvolvimento profissional e deve incluir a reflexão sobre próprias atitudes dos profissionais em relação à prática e às populações com os quais trabalham.

- **Fornecer financiamento adequado e estabelecer cooperação entre todos os setores** para garantir que a mudança ocorra e que seja duradoura. Como o casamento infantil é uma questão transversal, a lista de ministérios e secretarias relevantes inclui: Ministérios da Saúde e Educação; Secretaria de Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Nacional da Juventude; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Unidade Gênero e Políticas para as Mulheres); e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- **Desenvolver diretrizes para prevenir e lidar com casamento na infância e adolescência** com apoio federal e assessoria técnica. Orientações são também cruciais, pois não há precedentes para lidar especificamente com casamento na infância e adolescência no Brasil.
- **Promover a conscientização pública**, dado o conhecimento muito limitado da legislação e das consequências prejudiciais do casamento na infância e adolescência. Comunidades – e especialmente as meninas – precisam ter acesso a informações sobre como procurar serviços de apoio e, quando necessário, denunciar casos com segurança.

Além das leis que especificam proteção contra casamento na infância e adolescência, para que as meninas possam plenamente expressar sua agência é necessário abordar o contexto socioeconômico em que vivem e expandir as oportunidades disponíveis para elas antes de entrarem ou após saírem de um casamento.

Incorporar casamento na infância e adolescência como uma parte significativa das agendas das agências de proteção. Estas agências de proteção incluem a Secretaria de Direitos da Criança e do Adolescente e entidades afins no âmbito federal,⁴² bem como redes existentes dedicadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Orientações e treinamentos também devem ser oferecidos às agências que atuam no âmbito local listadas abaixo. Estas agências são especialmente importantes, pois meninas, homens não casados e familiares as listam mais frequentemente como as responsáveis pela resolução de questões ligadas ao casamento na infância e adolescência:



42. Estas incluem o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos Humanos e a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente.

- **Membros do conselho tutelar** – líderes comunitários, professores, assistentes sociais – que determinam conjuntamente medidas de proteção da criança para determinados casos;
- **Instituições que atendem famílias de baixa renda**, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (psicólogos e assistentes sociais), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (incluindo serviços mais especializados), e profissionais ligados ao Bolsa Família; e
- **Delegacia de Proteção da Criança e Adolescente**, responsável por lidar com crimes em que crianças e adolescentes são vítimas.

Serviços orientados para mulheres adultas⁴³ devem alcançar meninas e mulheres adultas que se casaram enquanto meninas e fornecer aconselhamento, educação e formação profissional.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Priorizar uma educação sexual abrangente em ambientes escolares e não-escolares, de uma forma significativa para a vida das meninas, ao invés de estigmatizante.

Quando os pais e os homens controlam a sexualidade das meninas (por exemplo, pressionando-as a se casarem após a iniciação sexual ou gravidez), as meninas carregam o peso das consequências. Normas que privilegiam a virgindade também diminuem o potencial das meninas e dos rapazes de terem relações de namoro e experiências sexuais saudáveis e igualitárias. As abordagens devem, portanto, (a) incentivar os pais a apoiar a gravidez das filhas bem como relações sexuais/namoro saudáveis, em vez de considerar o casamento como uma “solução”, (b) promover o diálogo sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR) e escolhas, e (c) envolver planejamento em conjunto com incentivos para a educação das meninas e empoderamento econômico e social.



43. Alguns centros existentes no Brasil incluem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, o Centro de Referência da Mulher, e a Casa da Mulher, na Bahia.

Alcançar as meninas, meninos, membros da família e membros da comunidade de forma a estimular discussões sobre SDSR e relacionamentos faz parte dos esforços da Promundo em vários estados brasileiros.⁴⁴ Juntamente com o apoio do governo, esses esforços poderiam ser adaptados para lidar com casamentos na infância e adolescência.

Promover a educação contínua e de qualidade das meninas e as suas relações com emprego. As políticas devem, antes de mais nada, apoiar a continuidade da educação das meninas antes, durante e depois do casamento e/ou gravidez. Fatores estruturais que comprometem a importância da educação das meninas devem ser tratados, tais como as condições habitacionais, gravidez e a responsabilidade desproporcional e não remunerada dos cuidados com a prole.

Os anseios expressados pelas meninas e familiares ao longo desta pesquisa destacam a necessidade de uma educação de qualidade que esteja ligada a oportunidades de emprego significativas, de modo que a educação seja percebida como um caminho importante na vida das meninas. Quando as meninas não têm tais oportunidades, elas vão ter empregos de baixa remuneração ou permanecer financeiramente dependentes de seus maridos. Formação profissional ou estágios escolares também devem ser considerados. Além disso, uma vez que as meninas tendem a permanecer na escola no período que antecede o casamento ou gravidez, e às vezes durante o casamento (apesar dos desafios para o desempenho e frequência escolar), elas devem ser apoiadas quando precisam repetir o ano ou receber educação alternativa para compensar a perda de tempo escolar. Bolsas de incentivo escolar devem ser exploradas.⁴⁵

Creches também oferecem suporte na educação das meninas e aliviam os encargos da prestação de cuidados aos filhos expressados por membros da família, que às vezes incentivam o casamento a fim de evitar tais encargos. Formas inovadoras de creches poderiam oferecer espaços para as mães jovens desenvolverem seu empoderamento econômico e social dentro ou além destes espaços (por exemplo, em creches comunitárias coletivas ou no sistema de saúde). Creches são também espaços nos quais homens podem se engajar enquanto cuidadores e defensores da educação das meninas.



44. O Programa M do Promundo inclui discussões sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo o direito de escolher o parceiro, e como esse direito pode estar sendo violado quando uma família obriga uma menina a se casar por conta da gravidez. Além disso, o Portal para Equidade de Gênero nas Escolas (PEGE) está incluído nos Programas H|M|D do Promundo. Ele promove educação sexual nas instituições, contribuindo para o desenvolvimento profissional de professores, através de certificação de Secretarias de Educação. O PEGE foi implementado em três Estados brasileiros.

45. Bolsas de estudo implementadas na região da América Latina e Caribe incluem bolsa para uma menina se ela concluir a escola sem engravidar (México), e uma bolsa de estudos de uma escola particular, visando reduzir a coabitação (Colômbia). (Angrist et al., 2002). Um incentivo similar poderia ser testado nas escolas públicas brasileiras.

Oferta de serviços de saúde acessíveis para a juventude. Além de uma educação sexual abrangente, a prestação de serviços de saúde para crianças e adolescentes deve ser orientada de forma a facilitar o acesso a informações sobre métodos contraceptivos e serviços (especialmente porque o aborto é ilegal no Brasil), e ao cuidado pré-natal, parto e pós-natal. Para este objetivo, os profissionais de saúde devem ser treinados para uma prestação de serviço não-discriminatória, que atenda às necessidades específicas de meninas e meninos. Além disso, o papel dos agentes comunitários de saúde deve ser ampliado,⁴⁶ pois não apenas as populações do estudo vivem em áreas urbanas marginalizadas, mas os resultados também carregam implicações para as populações rurais.

Serviços de saúde governamentais específicos a serem abordados incluem clínicas de saúde locais, tais como as Clínicas da Família, que também realizam visitas domiciliares e coletam dados domiciliares demográficos e de saúde, e o Pré-natal Masculino, novo programa do governo para promover o papel dos homens no cuidado pré-natal e no nascimento. Visitas de cuidados pré-natais são uma oportunidade para envolver parceiros do sexo masculino, à luz das conclusões desta pesquisa sobre o cuidado limitado dos homens durante toda a gravidez de sua parceira e da vida da criança.

TRANSFORMAR AS NORMAS SOCIAIS

A transformação de normas sociais é uma estratégia abrangente para lidar com o casamento na infância e adolescência. Quando homens e meninas problematizam o casamento infantil, mas em seguida se envolvem em tal relação, isso sugere que eles precisam superar fortes influências a fim de evitar o casamento. Suas escolhas também refletem os desafios colocados pelas oportunidades limitadas (por exemplo, em relação às decisões de continuar na escola e adiar a gravidez e/ou casamento).



46. Entre os exemplos de serviços de saúde em comunidades marginalizadas estão os agentes de saúde comunitários do Plan Internacional Brasil, que fazem visitas domiciliares e atendimento móvel em aconselhamento, testagem, contracepção e prevenção de VBG, em uma van cedida pela ONG colombiana Profamilia.

O Programa H|M|D do Promundo fornece uma base eficiente para adaptar uma programação com intervenções transformadoras das relações de gênero, através de uma reflexão crítica e questionamentos dos papéis de gênero que surgiram durante a pesquisa. O Programa pode também abordar as normas que surgiram na discussão sobre o não envolvimento em questões que ocorrem “entre o casal”.

Potencializar espaços significativos para socialização. O trabalho de campo mostra a escassez de espaços positivos e saudáveis em que meninas e meninos possam interagir com outras pessoas de sua idade, considerando que as escolas não atendem essas necessidades. Além dos espaços identificados nesta pesquisa (por exemplo, centros de serviços de saúde, cursos supletivos), locais para esportes, dança e artes, bem como espaços culturais, tais como festivais e eventos de música⁴⁷, trazem um enorme significado social. O trabalho para modificar normas nesses espaços – se realizado com sensibilidade com os familiares e homens – também pode combater a noção de que meninas casadas ou “boas meninas” não devem interagir em tais espaços. Transformar normas também significa visar mídia e música, bem como desenvolver mudanças de comportamento através da televisão, rádio e aplicativos para celulares.

Empoderar meninas para realizarem suas aspirações. Potencializar as aspirações frequentemente mencionadas pelas meninas deve ser parte do empoderamento das mesmas, incluindo a melhoria das condições nas quais elas tomam decisões sobre sexualidade, relacionamentos e casamento – e para além disso.

Programas de transferência de renda (PTR) – se adaptados às necessidades das meninas – são dois exemplos de espaços nos quais as meninas podem desenvolver um empoderamento econômico e social. Essas iniciativas também combatem as dificuldades práticas quando o homem é o único provedor em famílias de baixa renda. Avaliações de PTR mostraram que as beneficiárias tiveram um aumento na educação, redução nas taxas de casamento, adiamento da iniciação sexual, e redução no comportamento de risco (por exemplo, o uso do preservativo e redução de atividade sexual com parceiros mais velhos) (Baird et al., 2009). Além disso, alguns dados mostram que o uso de grupos com reuniões frequentes pode ampliar e aprofundar redes sociais (Glennerster & Takavarasha, 2010). Na presente pesquisa, as meninas desejaram interagir com os colegas e tiveram maior mobilidade.

Incentivar as aspirações das meninas via modelos de comportamento e grupos de apoio com colegas⁴⁸ é essencial, uma vez que quase todas as meninas da pesquisa demonstraram ter aspirações profissionais e de vida. Alternativamente, as meninas podem facilmente abandonar essas aspirações e adotar uma das



47. Grandes festivais, que envolvem moradores de todas as idades, incluem o Círio (especialmente no Pará, assim como as populares festas de aparelhagem) e as festas de São João e bumba meu boi em todo o Nordeste.

48. O programa *Abriendo Oportunidades* do Population Council, com meninas de áreas rurais na Guatemala, é um exemplo.

primeiras formas aparentes de apoio e atenção: um marido. As meninas nas discussões de grupo focal também recomendam a prevenção do casamento precoce; apoio psicológico, especialmente para aquelas que foram vítimas de abuso; e orientação para preparar as meninas prestes a se casarem.

Envolvimento estratégico de homens e meninos enquanto parte da solução. Há um reconhecimento crescente de que programas de intervenção eficazes envolvem homens como tomadores de decisão chave, e meninos como potenciais maridos e pais (Greene et al., 2015). Tais programas podem aprimorar as iniciativas existentes no Brasil para promover o empoderamento das mulheres e das meninas; a saúde materna, neonatal e infantil; e os direitos da criança e do adolescente.

Os resultados que mostram que as percepções dos homens e das meninas de que homens desejam se casar com meninas jovens por serem consideradas atraentes ressaltam a justificativa de se estabelecer abordagens de transformação nas relações de gênero que valorizem mulheres de todas as idades, para além da aparência física. Existe também um potencial para influenciar grupos de homens e seus colegas. A pesquisa do Promundo sobre exploração sexual (Segundo et al., 2012) mostra que a porcentagem de homens que afirmam ter amigos que se envolveram em relações sexuais com adolescentes é mais que o dobro entre os indivíduos que se envolveram em relações sexuais com adolescentes do que entre aqueles que não se envolveram. Estes resultados levam os pesquisadores a concluir que os colegas podem ter uma grande influência sobre outros homens no envolvimento em relações sexuais comerciais com adolescentes; resultados similares poderiam ser testados na prevenção do casamento na infância e adolescência.

PAIS | A importância de intervenções que abordem a paternidade e a criação da criança de forma ativa e compartilhada surgiu de forma consistente ao longo da pesquisa. Tais intervenções aumentariam o entendimento de que o papel do homem como pai é mais do que meramente ser um provedor, desafiando a noção de que homens devem se casar com meninas, a fim de “provar” sua capacidade financeira e sua responsabilidade enquanto homens. O trabalho com os pais poderia também desafiar a percepção de que o casamento é uma solução para a “perda” da virgindade e gravidez das meninas. No Brasil, especificamente:

- Adaptar o *Você é meu pai*, a campanha brasileira da *MenCare*, como uma estratégia de conscientização para abordar a participação no cuidado da criança e da paternidade entre as comunidades e em contextos mais amplos; e
- Reforçar o *Pré-natal Masculino* (descrito anteriormente), incluindo a divisão das responsabilidades de cuidar da criança e promover a saúde.

MENINOS E ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO | Trabalhar com meninos desde a tenra idade para desafiar as normas sociais de gênero, abordando relacionamentos dentro de uma educação sexual abrangente. Todos os grupos entrevistados categorizam homens adolescentes como irresponsáveis e não atraentes para o casamento. Essa percepção é parcialmente responsável por

fazer com que meninas busquem homens mais velhos. É importante ressaltar que os resultados mostram como meninos adolescentes/jovens começam a “testar” a sua capacidade de exercer poder sobre meninas através de normas desiguais de gênero, realçando a necessidade de abranger meninos ainda jovens, a fim de promover normas igualitárias entre os meninos como futuros maridos.

Mudanças sociais eficazes relacionadas ao casamento na infância e adolescência implica em empoderar meninas, envolver homens e meninos, e encontrar pontos de partida significativos para líderes comunitários, tais como líderes religiosos. Para as meninas casadas que se identificam enquanto religiosas, a igreja representa um dos únicos espaços em que elas podem socializar longe dos maridos e familiares. As iniciativas devem também alavancar desviantes positivos, tais como membros da família, as próprias meninas, homens que incentivam as aspirações das meninas à espera de casamento e educadores que estimulem as meninas a permanecer na escola. Todas as recomendações devem ser cuidadosamente adaptadas aos contextos locais, mas podem ser consideradas para outros locais onde o casamento na infância e adolescência apresenta características semelhantes com as práticas descritas nesta pesquisa.

RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA

Como este é o primeiro estudo deste tipo no Brasil (e um estudo empírico preliminar na América Latina e Caribe, embora com uma amostra limitada), há potencial para realizar mais pesquisas em diversas configurações no Brasil e na região da América Latina e Caribe. A pesquisa nesses locais implica conexões entre o casamento na infância e adolescência e as seguintes questões:

- Agência, escolha e empoderamento interligados com gravidez, casamento e consequências mais amplas na educação e economia;
- Cuidados e criação da criança e paternidade no contexto da união matrimonial, e especialmente nas consequências para a saúde da mãe, do recém-nascido e da criança;
- Normas sociais e práticas tradicionais nocivas mais gerais na região;
- O papel da religião; e
- As estruturas legais e os desafios de aplicação da lei.

Pesquisas adicionais também são necessárias, a fim de entender como desigualdades no relacionamento e no casamento são afetadas por fatores tais como:

- Construções da sexualidade masculina e feminina;
- Atitudes conservadoras e desiguais presentes nos locais de pesquisa; e
- O impacto da (des)igualdade e violência nos relacionamentos das meninas em experiências de violência por parceiro íntimo (VPI), e pesquisa quantitativa sobre casamento infantil e consequências da VPI.

Além disso, pesquisas devem explorar decisões referentes ao casamento na infância e adolescência e:

- Conexões com desigualdade, pobreza e insegurança urbana. Uma pesquisa nessa direção desdobraria os resultados iniciais deste estudo: de que casamentos infantis e adolescentes ocorrem em áreas urbanas assim como em zonas rurais;
- Ambientes rurais ainda pouco analisados na região, incluindo comunidades indígenas e quilombolas;
- O apoio da família a um casamento quando a família tem um grande número de filhos e/ou quando a menina é a mais velha dentre várias filhas;
- Exploração sexual, inclusive na conjuntura de grandes projetos do setor privado;⁴⁹ e
- Pesquisa longitudinal sobre casamento ao longo do tempo com adultos que se casaram quando eram crianças.

Pesquisas nestas áreas apresentam o potencial de conduzir políticas e programas de intervenção baseadas em evidências e aprimorar medidas de acompanhamento do progresso em direção à mudança.



49. No trabalho de campo inicial, emergiram as implicações do casamento no contexto das grandes obras (obras de infraestrutura ou projetos petrolíferos/energéticos) no Brasil.

CONCLUSÕES

Se a maioria das meninas têm aspirações que não envolvem se casarem enquanto jovens, e muitas meninas e mulheres indicam atitudes contrárias ao casamento na infância e adolescência, – como evidenciado através dos resultados qualitativos e quantitativos – por que a prática do casamento infantil persiste no grau indicado por esta pesquisa (e números censitários)?

Os resultados encontrados em São Luís e Belém mostram que o casamento de meninas com idades entre 12 a 18 anos com homens adultos é altamente normalizado, a ponto de não ser considerado um problema.

Os casamentos informais envolvendo crianças e adolescentes no Brasil partilham causas e consequências parecidas com casamentos mais formais em outros contextos. Esses casamentos estão motivados por uma combinação de fatores individuais e estruturais. A prática do casamento na infância não é o mais frequente entre a população em situação de pobreza nos locais pesquisados. No entanto, a pobreza é um fator presente antes e durante o casamento na vida das meninas que casam com menos de 18 anos. Gravidez ou iniciação sexual são usados para justificar um casamento na infância e adolescência (e muitas vezes a gravidez ocorre logo após a união). Nestes casos, a religião em especial surge como um fator importante na influência de normas em torno da sexualidade e do casamento. Um familiar abusivo, condições financeiras precárias, controle e dificuldade na mobilidade na casa de origem e outros fatores motivam as meninas a deixarem a sua casa e se casarem. Maridos muitas vezes têm a palavra final, com diferentes graus de influência vindo dos familiares e das próprias meninas. Normas sociais desiguais de gênero também fundamentam preferências conjugais, tomadas de decisões, papéis desiguais e limitam as opções por uma separação.

EXPERIÊNCIAS MATRIMONIAIS E CONSEQUÊNCIAS | Em face destes riscos e de oportunidades limitadas, por um lado (para homens e algumas meninas), ou de serem controladas e terem dificuldades na mobilidade na casa de infância, do outro lado (para muitas meninas), o casamento muitas vezes surge como uma opção sedutora, oferecendo uma suposta promessa de estabilidade e proteção contra riscos. Para os homens, o status de se casar está ligado a fortes pressões em torno de assumir responsabilidades e prover renda; para as meninas, se casar, juntamente com ter filhos, significa ficar em casa. O casamento oferece às meninas um caminho importante para serem vistas como uma mulher adulta e adquirir status diante de alternativas escassas de educação, emprego, dentre outras oportunidades.

O trabalho de campo em Belém e São Luís indica, no entanto, que na maior parte das vezes o casamento não condiz às expectativas das meninas (ou dos homens); na verdade, o casamento amplia riscos, o controle e a dificuldade de mobilidade para as meninas. Especificamente, o casamento infantil prejudica a capacidade das meninas em concretizar suas aspirações e a realizarem escolhas plenas sobre seu futuro, comprometendo seu bem-estar e desenvolvimento, mesmo quando as meninas casam por vontade própria, com o consentimento dos pais, ou por problemas financeiros. A maioria das meninas casadas estão sobrecarregadas com responsabilidades enquanto

esposas e mães e sem apoio, recursos ou experiência de vida o suficiente para enfrentar tais desafios. Para as meninas, a infância ou adolescência vivida no casamento é marcada por negociações, tarefas domésticas, maternidade, aprendendo a evitar brigas com o marido – além de uma mobilidade e aspirações limitadas.

Vivendo em condições de pobreza e desigualdade tais como a dos participantes da pesquisa, as oportunidades percebidas são poucas e as inseguranças são altas. Meninas solteiras são retratadas como em situação pior e vivendo uma vida mais instável. “Se estabelecer” em uma idade jovem surge assim como parte de uma série de outros eventos na vida das meninas que começam na infância e início da adolescência, tais como a iniciação sexual, gravidez e maternidade. O casamento surge como atraente, na ausência de incentivos por parte da sociedade, dos pais, e de homens e mulheres, para uma sexualidade, namoro e alternativas saudáveis. Para ambos homens e mulheres na pesquisa, o casamento representa também uma estratégia para evitar um estilo de vida que os participantes associam a festas, drogas, sexo com múltiplos parceiros e prostituição. Desta forma, o casamento é muitas vezes colocado como uma extremidade “segura” e responsável no espectro. Uma vez na união, no entanto, os casais têm relações extremamente desiguais: homens exercem controle sobre as meninas em termos de mobilidade, sexualidade, fertilidade e finanças.

Enquanto o casamento na infância e adolescência raramente envolve um ritual no Brasil, esta forma de casamento remete a diferentes expressões de desigualdade de gênero e formas cotidianas de desigualdade conjugal e de gênero. É também uma expressão da dinâmica da família e da comunidade, nas quais normas não igualitárias perpetuam o casamento na infância e adolescência, assim como as consequências que afetam negativamente a vida das meninas.

Este relatório destaca as vozes de meninas que, por vezes, expressam um desejo de se casar ou coabitar mesmo contra a vontade dos pais. Meninas brasileiras expressam agência nesta pesquisa, sendo muitas vezes ofuscada por outras influências. Esta agência deve ser considerada. Esta agência também está em forte contraste com a forma pela qual a sociedade em geral considera o casamento infantil enquanto vitimizador. Esta pesquisa oferece alguns dados para fundamentar esta afirmação (trazendo assim o casamento infantil para debates mais sutis, baseados em evidências, e menos ideológicos). No entanto, como o contexto brasileiro é altamente complexo, os resultados também destacam a influência que os pais muitas vezes têm, bem como o controle que os maridos exercem sobre as jovens casadas, desde a iniciação sexual até o casamento.

FALTA DE RECONHECIMENTO | Pouca atenção tem sido dada para as causas e consequências do casamento infantil no Brasil. Esta atenção limitada fica evidente tanto no movimento global para acabar com o casamento infantil quanto nas agendas nacionais de formulação de políticas. Considerando quadros jurídicos nacionais e internacionais e os resultados desta pesquisa, a lei no Brasil oferece pouca proteção efetiva e real para as meninas. No Brasil, apesar de avanços notáveis com a participação política de mulheres e metas de desenvolvimento, a agenda de igualdade de gênero permanece inacabada. O número de casamentos infantis são uma evidência desta agenda incompleta.

Uma série de percepções sobre o casamento na infância e adolescência surgiu repetidas vezes pela pesquisa explicando tal falta de reconhecimento. Estas incluem uma maior aceitação da prática a partir da idade de 16-17 anos (mas a rejeita para as idades 10-12). Há também uma atitude geral – especialmente advinda de profissionais de redes de proteção – de que o casamento em si não é um “problema” (e que só é problemático se houver violência física). Além disso, presume-se que práticas de casamento infantil estão confinadas em contextos mais distantes e mais pobres.

OPORTUNIDADE | Em termos gerais, a ausência de uma compreensão e atenção plena para a questão apresenta significativas janelas de oportunidade para políticas, programas e pesquisas para reverter esta tendência. Uma série de políticas brasileiras em curso podem ser aproveitadas e os dados disponíveis referentes ao casamento no país podem ser usados para desenvolver políticas e programas direcionados e baseados em evidências.

Na esfera comunitária, vários fatores têm o potencial de abolir tal prática: contestação e negociação; desviantes positivos; o envolvimento de não apenas um ator, mas vários atores nas decisões para se casar; a disposição dos prestadores de serviços em aprimorar as suas capacidades; e o fato de que muitas meninas e homens não desejam se casar, mas se casam devido a certas circunstâncias. As normas de gênero que impulsionam desigualdades em relacionamentos não podem ser transformadas a curto prazo, mas a mudança é possível; para tal é necessário promover o empoderamento das meninas, inclusive dentro de relacionamentos e para outras aspirações (tais como educação, trabalho e vida financeira). Isso implica em envolver homens e meninos no processo. Além disso, o apoio federal para as políticas e programas devem ser combinados com compromissos no âmbito local para sustentar tal mudança.

Uma abordagem sistêmica do casamento na infância e adolescência tem o potencial de gerar progressos na diminuição de desigualdades econômicas, além de atingir outras metas de desenvolvimento fundamentais já presentes na agenda brasileira. Isso torna-se essencial para o avanço dos direitos de saúde sexual e reprodutiva e da proteção integral dos direitos humanos para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

| FONTES DOS DADOS |

IBGE, *Censo Demográfico 2010*. Acessado 2 de abril de 2015 da: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006. (2008) Brasília/DF: Ministério da Saúde. Acessado da: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_PNDS2006_04julho2008.pdf

PEW RESEARCH CENTER. (2007). Acessado do Social Institutions and Gender Index. 31 de março de 2015 da: http://www.genderindex.org/country/brazil#_ftnref

| LITERATURA E PUBLICAÇÕES |

ADAMS, V. e PIGG, S.L., eds. (2005). *Sex in Development: Science, Sexuality, and Morality in Global Perspective*. [Sexo em Desenvolvimento: Ciência, Sexualidade e Moralidade numa Perspectiva Global]. Durham and London: Duke University Press.

ALMEIDA, M.C.C., AQUINO, E.M.L. e DE BARROS, A.P. (2006). “Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras.” *Cadernos de Saúde Pública* 22(7).

ANGRIST, J., BETTINGER, E., BLOOM, E., KING, E. e KREMER, M. (2002). “Vouchers for Private Schooling in Colombia: Evidence from a Randomized Natural Experiment.” [Vouchers para Escolas Públicas na Colômbia: Evidência de Um Experimento Natural Aleatório.] *American Economic Review* 92(5): 1535-1558.

BAIRD S., Chirwa E., MCINTOSH, C. e ÖZLER, B. (2010). “The Short-term Impact of a Schooling Conditional Cash Transfer Program on the Sexual Behavior of Young Women.” [O impacto de curto prazo de um Programa de Transferência de Renda educacional no comportamento sexual de mulheres jovens]. *Health Economics*, 19: 55-68.

BICCHIERI, C., JIANG, T. e LINDEMAN, J.W. (2015). *A Social Norms Perspective on Child Marriage: The General Framework*. [Uma perspectiva de normas sociais no casamento infantil: Um quadro geral.] [Publicação antecipada com a UNICEF].

BICCHIERI, C. (2010). “Norms, Preferences, and Conditional Behavior.” [Normas, Preferências e Comportamento Condicional]. *Politics, Philosophy and Economics* 9(3): 297-313.

- BINSTOCK, G. e CERRUTTI, M. (2005). Carreras Truncadas. “El Abandono Escolar en el Nivel Medio en la Argentina.” Buenos Aires: United Nations Children’s Fund (UNICEF).
- BRUCE, J. e CLARK, S. (2003). *Including Married Adolescents in Adolescent Reproductive Health and HIV/AIDS Policy*. [Incluindo os(as) adolescentes casados(as) em saúde reprodutiva e política de HIV/AIDS]. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- BRUCE, J. e HALLMAN, K. (2008). “Reaching the Girls Left Behind.” [Alcançando as meninas deixadas para trás]. *Gender and Development* 16(2): 227-245. Special Issue: Reproductive Rights: Current Challenges.
- CABRERA PÉREZ ARMIÑAN, M.L. e ROJAS, A. (2011). Uniones de hecho forzadas en adolescents en Guatemala. Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamerica (CIRMA), Embajada de Suecia, UNICEF.
- CHAE, S. (2013). “Times of Orphanhood, Early Sexual Debut and Early Marriage in Four Sub-Saharan Countries.” [Tempos de orfandade, iniciação sexual precoce, e casamento precoce em quatro países subsarianos]. *Studies in Family Planning* 44(2): 123-146.
- CHALEM, E., MITSUHIRO, S.S., FERRI, C.P., MORAES BARROS, M.C., GUINSBURG, R. e LARANJEIRA, R. (2007). “Teenage Pregnancy: Behavioral and Sociodemographic Profile of an Urban Brazilian Population.” *Cadernos de Saúde Pública* 23(1): 177-186.
- COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E COMISSÃO INTERSECTORIAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. (2006). *18 de maio: Direitos Sexuais são Direitos Humanos*. Brasília.
- GLENNERSTER, R. e TAKAVARASHA, K. (2010). “Empowering Young Women: What do we Know?” [Empoderando as meninas jovens: o que sabemos?] Preparado pela Nike Foundation pelo The Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab no MIT. <http://www.povertyactionlab.org/publication/empowering-young-women-what-do-we-know>
- GRANT, M.J. e HALLMAN, K.K. (2008). “Pregnancy-related School Dropout and Prior School Performance in KwaZulu-Natal, South Africa [Evasão escolar relacionada a gravidez e desempenho escolar anterior em KwaZulu-Natal, África do Sul]: *Studies in Family Planning* 39(4): 369-382.
- GREENE, M.E., PERLSON, S., TAYLOR, A. and LAURO, G. (2015). *Engaging Men and Boys to Address the Practice of Child Marriage*. [Engajando os homens e meninos para enfrentar a prática de casamento infantil]. Washington, DC: GreeneWorks.
- GREENE, M. E. (2014). “Ending Child Marriage in a Generation: What Research is Needed?” [Acabando com o casamento infantil em uma geração: quais tipos de pesquisas precisamos?] New York: Ford Foundation.

GREENE, M.E. (1995). Blessed Art Thou Among Women: Male Advantage in the Brazilian Marriage Market. [Seja você abençoado entre as mulheres: A vantagem masculina no mercado de casamento no Brasil].

JAIN, S. e KURTZ, K. (2007). *New Insights on Preventing Child Marriage: A Global Analysis of Factors and Programs*. [Novos insights na prevenção do casamento infantil: Uma análise global de fatores e programas]. International Center for Research on Women (ICRW).

LEE-RIFE, S., MALHOTRA, A., WARNER, A. e GLINSKI, A.M. (2012). “What Works to Prevent Child Marriage: A Review of the Evidence.” [O que funciona para prevenir o casamento infantil: uma revisão das evidências.] *Stud Fam Plann.* 43(4): 287-303.

MANCHIKANTI GÓMEZ, A. (2011). “Testing the Cycle of Violence Hypothesis: Child Abuse and Adolescent Dating Violence as Predictors of Intimate Partner Violence in Young Adulthood.” [Testando a hipótese do ciclo de violência: Abuso infantil e violência em relacionamentos de namoro de adolescentes como preditores de violência contra parceiro íntimo na vida adulta jovem]. *Youth & Society.* (43)1: 171-192.

MOREIRA, V. e GUEDES, D. (2007). “Largada pelo marido! O estigma vivido por mulheres em Tianguá-CE.” *Psicologia em Estudo*, Maringá (12)1.

MURPHY-GRAHAM, E. e LEAL, G. (2015). “Child Marriage, Agency, and Schooling in Rural Honduras. [Casamento Infantil, Agência e Escolaridade em Honduras Rural]. *Comparative Education Review*(59:1).

NASCIMENTO, G.M., XAVIER, P.F. e PASSOS DE SA, R.D. (2011). “Adolescentes grávidas: a vivência no âmbito familiar e social.” *Adolesc. Saude*, Rio de Janeiro(8) 4: 41-47.

NOVE, A., MATTHEWS, Z. e CAMACHO, A.V. 2014. “Maternal Mortality in Adolescents compared with Women of Other Ages: Evidence from 144 Countries.” [A mortalidade materna entre adolescentes comparadas com mulheres de outras idades: evidências de 144 países]. *The Lancet* 2(3): e155-e164.

PEÑA CÁRDENAS, F., ZAMORANO GONZÁLEZ, B. HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, G., DE LA LUZ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, M., VARGAS MARTÍNEZ, J.I. e PARRA SIERRA, V. (2013). “Violencia en el noviazgo en una muestra de jóvenes mexicanos.” *Revista Costarricense de Psicología*. Jan-June, (32)1: 27-40.

PLAN BRASIL. (2014). *Por Ser Menina No Brasil. Crescendo entre Direitos e Violências: Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil*. São Luis and São Paulo: Plan Brazil. <http://plan-international.org/where-we-work/americas/brazil/sobre-a-plan-no-brasil/pesquisaporsermenina>.

RAJ, A. e BOEHMER, U. (2013). “Girl Child Marriage and Its Association with National Rates of HIV, Maternal Health, and Infant Mortality Across 97 Countries.” [Casamento infantil feminina e a associação com taxas nacionais de HIV, saúde materna e mortalidade infantil em 97 países]. *Violence Against Women.* 19(4): 536-51.

RAJ, A. (2010). “When the Mother is a Child: The Impact of Child Marriage on Health and Human Rights of Girls.” [Quando a mãe é criança: o impacto do casamento infantil na saúde e nos direitos humanos das meninas]. *Archives of Diseases in Childhood* 95(11): 931-935.

RAJ, A., SAGGURTI, N., LAWRENCE, D., BALAIAH, D. e SILVERMAN, J.G. (2010). “Association between Adolescent Marriage and Martial Violence among Young Adult Women in India.” [Associação entre casamento na adolescência e violência marital entre mulheres jovens na Índia]. *International Journal of Gynaecology and Obstetrics: The official organ of the International Federation of Gynaecology and Obstetrics*(100)1: 35-39.

SAADEH RIVERA, A.M. e CABALLERO GARCIA, M.E. (2013). *La trata de personas con fines de matrimonios forzados, explotación sexual comercial y explotación laboral en Huehuetenango, Quetzaltenango, Totonicapán and Quiché*. ECPAT Guatemala. ECPAT Guatemala. <http://ecpatguatemala.org/inicio/investigaciones-e-informes.html>

SEGUNDO, M., ARAÚJO, D., NASCIMENTO, M. e MOURA, T. (2012). “Homens, Mulheres e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Quatro Cidades do Brasil: Resultados de um Estudo Qualitativo e Quantitativo.” Rio de Janeiro: Instituto Promundo.

SEXUAL RIGHTS INITIATIVE AND WOMEN FOR WOMEN’S RIGHTS - NEW WAYS. (2013). Submission to the Office of United Nations High Commissioner on Human Rights (OHCHR) on preventing and eliminating child, early and forced marriage. [Apresentação ao Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas sobre a prevenção e erradicação do casamento infantil, precoce e forçado]. http://sexualrightsinitiative.com/wp-content/uploads/SRI_WWHR_Submission-to-OHCHR-on-child_early_and_forced-marriage_Final.pdf

SMITH, P.H., WHITE, H.W. e HOLLAND, L.J. (2003). “A Longitudinal Perspective on Dating Violence among Adolescent and College-aged Women.” [Uma perspectiva longitudinal sobre violência em relacionamentos de namoro entre adolescentes e mulheres com idade da faculdade]. *American Journal of Public Health* (93)7: 1104-1109.

SORHAINDO, A. (2013). *Exploratory Research to assess the Problem of Child Marriage in Five Latin American Countries: El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua and Southern Mexico*. [Uma pesquisa exploratória para avaliar o problema do casamento infantil em cinco países latino-americanos: El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e o sul do México]. Mexico City: Population Council.

SOUZAS, R. e ALVARENGA, A.T. (2001). “Da negociação às estratégias: relações conjugais e de gênero no discurso de mulheres de baixa renda em São Paulo” [From negotiation to strategies: intimate relationships and of gender relations in the discourse of low-income women in São Paulo]. *Saude e Sociedade* 10(2): 15-34.

STROPASOLAS, V.L. (2004). “O valor (do) casamento na agricultura familiar”. *Estudos Feministas*, Florianópolis 12(1): 360.

TREJO, M. (2015). *Exploratory Research: Child Marriage in Latin America*. [Uma pesquisa exploratória: casamento infantil na América Latina]. Londres: Girls Not Brides.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). (2004). *Child Marriage: Advocacy Package*. [Casamento Infantil: Pacote de Advocacy] New York: United Nations Population Fund.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). (2012). *Marrying Too Young: End Child Marriage*. [Casando cedo demais: Pelo fim do casamento infantil]. New York: United Nations Population Fund.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). (2014). “Uniones impropias: niñas madres y embarazo en la adolescencia en Costa Rica.” <http://www.unfpa.or.cr/documentos-y-publicaciones-14/declaraciones-y-pronunciamientos/196-uniones-impropias-unfpa-paniamor/file>

UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (UNICEF). (2007). *Progress for Children. Protecting against Abuse, Exploitation and Violence. Child Marriage*. [Progresso pelas crianças. Protegendo contra o abuso, a exploração e a violência. Casamento Infantil]. New York: United Nations Children’s Fund. Acessado da: http://www.unicef.org/progressforchildren/2007n6/index_41843.htm

UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (UNICEF). (2014). *The State of the World’s Children 2014 In Numbers: Every Child Counts*. [O Estado das Crianças no Mundo 2014 – os números: Cada Criança Conta]. New York: United Nations Children’s Fund. http://www.unicef.org/sowc2014/numbers/documents/english/SOWC2014_In%20Numbers_28%20Jan.pdf

UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (UNICEF) e UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS (UIS). (2012). *Brasil: Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa– Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Global Initiative on Out-of-School Children*. Brasília: UNICEF e UIS. <http://dx.doi.org/10.15220/uis-unicef-cntry-brasil-2012-po>

VOGELSTEIN, R. (2013). *Ending Child Marriage: How Elevating the Status of Girls advances US Foreign Policy Objectives*. [Acabando com o casamento infantil: como a elevação do status das meninas progride os objetivos das política externa dos EUA]. New York: Council on Foreign Relations. Available at: <http://www.cfr.org/children/ending-child-marriage/p30734>

WAISELFISZ, J.J. (2012). *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil – Caderno Complementar 1: Homicídios de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf

ANEXOS

ANEXO I

REVISÃO DE PUBLICAÇÕES: AMÉRICA LATINA

RELATÓRIOS E ESTUDOS RECENTES SOBRE CASAMENTO INFANTIL NA AMÉRICA LATINA

ORGANIZADOR (AUTORES)	MÉTODO / FOCO	FINANCIADORES	DATA DE PUBLICAÇÃO (TIPO)
EL SALVADOR, GUATEMALA			
UNFPA EL SALVADOR, UNFPA GUATEMALA	USO DE DADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA IDENTIFICAR MENINAS CASADAS E ENTÃO REALIZAR ENTREVISTAS	FUNDAÇÃO FORD	Prestes a ser publicado, 2015/2016
BRASIL (ÁREAS URBANAS EM DOIS ESTADOS DO NORTE E NORDESTE)			
PROMUNDO, COM A PLAN INTERNACIONAL BRASIL E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (TAYLOR, LAURO, SEGUNDO, GREENE)	PESQUISA EMPÍRICA: PESQUISAS QUALITATIVAS SOBRE ATITUDES E PRÁTICAS COM AS MENINAS E HOMENS CASADOS, MEMBROS DA FAMÍLIA DE MENINAS CASADAS, COM A REDE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E INFORMANTES-CHAVE; PESQUISA DOMICILIAR QUANTITATIVA COM MENINAS E HOMENS NÃO CASADOS	FUNDAÇÃO FORD	2015
MÉXICO, GUATEMALA, NICARAGUA			
CONTRATADO PELO GIRLS NOT BRIDES (TREJO)	REVISÃO DA LITERATURA E ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE; MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE PODERIAM SE INTERESSAR EM SE TORNAR MEMBROS OU TRABALHAR COM A GIRLS NOT BRIDES	GIRLS NOT BRIDES	2015
HONDURAS			
UC BERKELEY SCHOOL OF EDUCATION (MURPHY-GRAHAM AND LEAL)	ANALISA ATRAVÉS DE UMA PESQUISA QUALITATIVA LONGITUDINAL (EMPÍRICA) AS CONEXÕES ENTRE CASAMENTO ADOLESCENTE, AGÊNCIA E ESCOLARIDADE EM REGIÕES RURAIS DE HONDURAS	UC BERKELEY AND WILLIAM & FLORA HEWLETT FOUNDATION	2015
COSTA RICA			
UNFPA COSTA RICA (GONZÁLEZ GÓMEZ) COM O INSTITUTO PANIAMOR	APRESENTAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES SOBRE "UNIÕES IMPRÓPRIAS" (<i>UNIONES IMPROPRIAS</i>), MENINAS QUE SÃO MÃES E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA; ÊNFASE NA DISCUSSÃO TERMINOLÓGICA	UNFPA	2014
EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, NICARAGUA, E SUL DO MÉXICO			
POPULATION COUNCIL (SORHAINDO)	Revisão da literatura, entrevistas com informantes-chave e dados disponíveis sobre "uniões precoces" (<i>uniones tempranas</i>)	FORD FOUNDATION	2013
GUATEMALA (QUATRO ÁREAS COM POPULAÇÕES PRIMORDIALMENTE INDÍGENAS)			
ECPAT GUATEMALA	CASAMENTO FORÇADO, EXPLORAÇÃO SEXUAL E LABORAL EM HUEHUETENANGO, QUETZALTENANGO, TOTONICAPÁN E QUICHÉ.	IBIS	2013
GUATEMALA			
UNICEF, CIRMA (CABRERA PÉREZ)	CASAMENTOS INFANTIS E UNIÕES FORÇADAS - PESQUISA EMPÍRICA	EMBAIXADA DA SUÉCIA	2011

ANEXO 2

REVISÃO DA LITERATURA: BRASIL

As categorias de busca a seguir foram selecionadas pois uma pesquisa formativa indicou que não existem publicações específicas para a questão do casamento infantil no Brasil, e que há riscos sobrepostos relacionados com estas categorias e as uniões matrimoniais das meninas. O número relativamente grande de artigos em cada uma das duas principais categorias reflete as preocupações entre os pesquisadores e formuladores de políticas sobre os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes.

A principal categoria buscada “**casamento e uniões durante a infância e adolescência**”, retornou o menor número de publicações (10). No geral, três tendências principais são aparentes. Primeiramente, publicações sobre (ou que mencionam) casamento no Brasil quase sempre se concentram em experiências *dentro* do casamento e não sobre os processos ou motivações que levam ao casamento (e como estes se relacionam com os planos de vida das meninas). Em segundo, há uma ausência de pesquisas dedicada à casamentos, uniões e as relações entre crianças e adolescentes; há um foco maior em relacionamentos adultos. Por fim, a literatura disponível se concentra principalmente em populações de baixa renda, tanto em áreas rurais quanto urbanas.

Dentro desta categoria principal, uma publicação por Greene mostra-se particularmente relevante para os objetivos deste estudo. Ao explorar os espaços e redes em que os casamentos são formados, *Blessed Art Thou Among Women: Male Advantage in the Brazilian Marriage Market* (Greene, 1995) alargou a compreensão do mercado do casamento através de um estudo de caso na Bahia, Brasil. Usando dados demográficos, a pesquisa examina os contextos e possíveis explicações para o crescimento de uniões consensuais, investigando as maneiras em que tais casamentos inibem a regulação estatal e favorecem a capacidade dos homens para dissolver as uniões, portanto “reciclado” mulheres através do mercado de casamento. Considerando que a pesquisa majoritariamente encontrou casamentos informais, o estudo de Greene é especialmente útil para compreender as implicações da falta de proteção legal que caracteriza tais uniões.

Outra categoria, “**contracepção e gravidez na infância e adolescência**”, retornou o maior número de publicações (50) entre as categorias pesquisadas. Esta categoria é especialmente visível no âmbito dos esforços do Brasil para lidar com as implicações em saúde pública, política de desenvolvimento e programas de intervenção. Uma revisão das publicações relevantes indica interesses em “regular” a sexualidade de meninas e jovens mulheres, uma tendência particular-

mente digna de nota em um país em que o aborto é ilegal e com igrejas católicas e evangélicas profundamente enraizadas. A análise da literatura também mostra uma atenção especial à análise de casos de gravidez precoce; muitos dos artigos tratam de como histórias de vida se refletem em gravidez durante a infância/adolescência, seus desafios e as possíveis estratégias preventivas.

Outra categoria, **“violência e abuso, exploração sexual, tráfico sexual”** (37 publicações), aparece como uma área prioritária para organizações da sociedade civil, veículos de imprensa (nacionais e internacionais) e atores governamentais. Esta literatura inclui estudos de caso e sugere soluções para os problemas de violência sexual e interfamiliar, o que – até certo ponto – pode ser relevante para um melhor entendimento da prática do casamento infantil. Por exemplo, uma pesquisa com métodos mistos sobre exploração sexual comercial em quatro cidades brasileiras (Segundo et al., 2012) oferece conclusões sobre as percepções e tolerância em torno do sexo, intimidade e relacionamentos entre adultos com menores que ressoam com os resultados do presente estudo.

Em termos de violência por parceiro íntimo (VPI), o Brasil se encontra na sétima posição entre 84 países no quesito homicídios contra mulheres, a maioria deles cometidos contra meninas e mulheres entre 15 e 29 anos (ranking da OMS utilizando dados de 2006-2010). De 1980 a 2010, aproximadamente 91.000 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil, 43.500 delas apenas durante a década de 2000 (Waiselfisz, 2012). Os índices de violência doméstica continuam elevados e também afetam crianças e adolescentes do sexo feminino, embora o foco principal da legislação regional (Convenção de Belém do Pará) e nacional (Maria da Penha) seja em mulheres adultas. A pesquisa também mostra que a VPI em relações de namoro adolescente pode estar associado ao aumento do risco de VPI no primeiro ano e meio da coabitação e em relacionamentos adultos (Peña Cárdenas et al., 2013; Manchikanti Gómez, 2011; Smith et al., 2003), podendo estar ainda associado a resultados adversos para a saúde. Por fim, os esforços de prevenção da VPI devem abordar o testemunho da violência por parte dos meninos; A Pesquisa IMAGENS do Promundo no Brasil e em outros países, por exemplo, mostra que o preditor mais forte de VPI por parte de um homem adulto é o fato de ter testemunhado – enquanto criança – um homem se utilizando da violência contra sua mãe (Barker et al, 2011).

Por fim, a categoria **“educação, evasão escolar (incluindo relacionada a gravidez e iniciação sexual)”** (11 publicações), é analisada na seção Educação do presente relatório. Publicações adicionais foram identificadas através das categorias de **“trabalho infantil e adolescente”** (23) e, mais amplamente, **“direitos sexuais durante a infância/adolescência”** (22).

ANEXO 3

TABELA | IDADE NO CASAMENTO E DIFERENÇA DE IDADE MARITAL

IDADE NO CASAMENTO E DIFERENÇA DE IDADE MARITAL

PARTICIPANTES NA PESQUISA QUALITATIVA
BASEADO EM DADOS DISPONÍVEIS (E NÃO EM TODAS AS ENTREVISTAS)
PARA CASAIS N=141 TOTAL; PARA 15 HOMENS CASADOS, 14 MENINAS
CASADAS E 12 MEMBROS DA FAMÍLIA)

IDADE DA MENINA CASADA NO CASAMENTO	IDADE DO HOMEM CASADO NO CASAMENTO	DIFERENÇA DE IDADE MARITAL
DIFERENÇA DA IDADE MARITAL MÉDIA		9.1 ANOS

HOMENS CASADOS ♂

14	19	5
15	25	10
17	22	5
15	21	6
16	23	7
15	25	10
15	23	8
17	27	10
18	30	12
13	19	6
13	22	9
18	58	40
14	25	11
15	27	12
14	30	16

IDADE DA MENINA CASADA
NO CASAMENTO

IDADE DO HOMEM CASADO
NO CASAMENTO

DIFERENÇA DE
IDADE MARITAL

MENINAS CASADAS ♀

13	29	16
14	19	5
15	19	4
14	20	6
14	16	2
12	19	7
16	22	6
16	28	12
16	24	8
15	18	3
15	22	7
14	21	7
13	36	23
15	22	7

MEMBROS DA FAMÍLIA

14	19	5
15	18	3
17	30	13
14	25	11
12	17	5
16	24	8
17	30	13
13	19	6
15	27	12
15	22	7
16	23	7
18	21	3

ANEXO 4

ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

| BELÉM DO PARÁ

- ANTÔNIO GOMES MOREIRA MAUÉS, PhD, Advogado e Professor na Universidade Federal do Pará no programa de pós-graduação em Direito e Direitos Humanos.
- PAULO WEYL, PhD, Advogado e Professor na Universidade Federal do Pará no programa de pós-graduação em Direito e Direitos Humanos.
- JEAN-FRANÇOIS YVES DELUCHEY, PhD, Professor na Universidade Federal do Pará no programa de pós-graduação em Direito e Direitos Humanos.
- MILTON RIBEIRO, Antropólogo realizando pesquisas sobre a formação da identidade de gênero e iniciação sexual de jovens na periferia de Belém.
- RAMÓN REIS, Antropólogo realizando pesquisas sobre a formação da identidade de gênero e iniciação sexual de jovens nas periferias de Belém e São Paulo.
- LÚCIA LIMA, Psicóloga e Professora na Universidade Federal do Pará.
- MONICA CONRADO, Socióloga na Universidade Federal do Pará.
- IZABELA JATENE, PhD, Antropóloga e Professora na Universidade Federal do Pará no programa de pós-graduação em Sociologia; é também fundadora da Secretaria Pro Paz do Estado do Pará.
- ADRIANA FERNANDES, Psicóloga e funcionária do programa da Secretaria Pro Paz do Estado do Pará.
- JORGE BITTENCOURT, funcionário do programa da Secretaria Pro Paz do Estado do Pará.
- NAIANA LEITE, Psicóloga e coordenadora do programa de assistência para crianças que sofreram violência sexual na Secretaria Pro Paz do Estado do Pará.
- DÉBORA HOSANA, Psicóloga e coordenadora do programa de assistência para crianças que sofreram violência sexual na Secretaria Pro Paz do Estado do Pará.
- MÔNICA ALTMAN, Educadora na Secretaria de Educação do Pará.
- ANA CRISTINA GUZZO, Mestre, Pediatra e coordenadora do programa de Saúde Materna e Infantil na Secretaria de Saúde do Estado do Pará.
- SYANE COSTA, Antropóloga e Coordenadora do Programa de Saúde do Adolescente da Secretaria de Saúde do Estado do Pará.
- MARGARETH CARNEIRO, Funcionária do programa da Secretaria de Saúde do Estado do Pará.
- GUILHERME MARTINS, Funcionário do programa da Secretaria de Saúde do Estado do Pará.
- SIMONE EDORON, Agente da polícia Civil especializada em violência sexual contra crianças, atualmente a cargo da Unidade de Polícia Civil do Estado do Pará focada em grupos vulneráveis (DAV).
- CELINA HAMOY, Advogada e Coordenadora do Centro de Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), realizando pesquisas sobre a rede de proteção à criança do Pará.
- ANTÔNIO CARLOS CABRAL, Funcionário do programa no escritório da UNICEF no Pará, especialista em Saúde Pública.

| SÃO LUÍS DO MARANHÃO

- ARTENIRA SAUAIA, PhD, Psicóloga e Professora de Direitos da Criança na Escola Judiciária de Estudos Superiores do Estado do Maranhão (ESMAM).
- NÁDIA GUTERRES, Psicóloga, Funcionária do Programa na Secretaria Municipal da Saúde e coordenadora de projetos da ONG Akoni, trabalhando na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no estado do Maranhão.
- IGLIANA FREITAS, Agente da polícia Civil especializada em violência contra as crianças, atualmente reponsável pela Unidade de Proteção da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Maranhão (DPCA).
- CÉLIA REGINA MOREIRA RAYMUNDO, Mestre, Médica e diretora do Centro de Perícia Técnica da Criança e Adolescente (CPTCA).
- RICHARDISON GOMES, Psicólogo no Centro de Perícia Técnica da Criança e Adolescente (CPTCA).
- ANTÔNIO AUGUSTO NEPOMUCENO, Advogado e Procurador do Estado para os Direitos da Criança.
- CLÁUDIA GOMES LIMA, Assistente do Procurador do Estado de Registro Civil, Gladston Fernandes de Araújo.
- LÍTIA CAVALCANTI, Advogada e Procurada do Estado para os Direitos do Consumidor, responsável por casos de exploração sexual de crianças e tráfico de seres humanos durante dois anos.
- ELIZIANE GAMA, Parlamentar, Jornalista e deputada estadual (eleita para um segundo mandato 2010-2014), participante nas Comissões Parlamentares dos Estados Pelo Fim da Violência Contra as Crianças, Pedofilia e Violência Sexual contra Crianças, Direitos da Mulher e Direitos Humanos.
- SANDRA SILVA, Assistente Social, antigo membro do Conselho da Cidade de São Luís para a Proteção dos Direitos da Criança e Assessora da Parlamentar Eliziane Gama.
- FELIPE KLAMT, Jornalista, Ex-Secretário dos Direitos da Criança e consultor da oposição para o parlamentar Rubens Pereira Júnior.
- RAFAELA MARQUES, Jornalista, ativista e ex-Funcionária dos Assuntos Internos do Sistema Único de Saúde do Maranhão (SUS).
- NELMA PEREIRA DA SILVA, Psicóloga especializada em violência contra crianças e adolescentes, trabalha na ONG de Direitos Humanos Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).
- LUCA SINESI, Diretor da Plan Internacional Brasil, no Maranhão.
- CELIA BONILHA, Assessor de Gênero, Plan Internacional Brasil.
- ELIANA ALMEIDA, UNICEF no Maranhão.
- ANDREIA BARBOSA, UNICEF no Maranhão.

| NACIONAL - BRASIL

- ANGÉLICA GOULART, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretária dos Direitos Humanos da Presidência (Brasília).
- MONICA ALKMIM, Advogada de Direitos Humanos, Projeto Legal (Rio de Janeiro).
- KATHIE NJAINE, FioCruz (Rio de Janeiro).
- ANDRÉA PACHÁ, Juíza do Tribunal da Família (antes em Petrópolis, atualmente no Rio de Janeiro no Tribunal de Justiça).
- LUDIMILA PALAZZO, Funcionária da Cidadania Adolescente, UNICEF (Brasília).
- MARIO VOLPI, Especialista em Desenvolvimento do Adolescente e do Jovem, UNICEF (Brasília).
- BENEDITO MEDRADO, Professor, Universidade Federal de Pernambuco; Pesquisador, Instituto Papai.
- LEILA POSENATO GARCIA, PhD, Pesquisadora de feminicídios e questões de gênero no Brasil, IPEA (Brasília).

| INTERNACIONAL & REGIONAL

- ANITA RAJ, Diretor, Universidade da Califórnia, San Diego - Center on Gender Equity and Health.
- MARGARET E. GREENE, GreeneWorks.
- DIANA KERRIGAN, Johns Hopkins University
- CARMEN BARROSO, Diretora Regional, International Planned Parenthood.
- ANA LUISA LIGUORI, Ford Foundation, México





PARCEIROS:



FINANCIAMENTO:



FORD
FOUNDATION

